

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU* EM ADMINISTRAÇÃO

ANA FLÁVIA SIQUEIRA ABRAHÃO

**CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL: ESTUDO NA SAG DA
BOVINOCULTURA DE CORTE**

**CAMPO GRANDE - MS
2016**

ANA FLÁVIA SIQUEIRA ABRAHÃO

**CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL: ESTUDO NA SAG DA
BOVINOCULTURA DE CORTE**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em
Administração.

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* em Administração.
Área de concentração em Sustentabilidade do Agronegócio.

Orientadora: Denise Barros de Azevedo, Dra.

**CAMPO GRANDE - MS
2016**

Abrahão, Ana Flávia Siqueira.

Certificação Ambiental: estudo na sag da bovinocultura de corte

Ana Flávia Siqueira Abrahão – Campo Grande, 2016.

110 f., 16 Fig., 7 Tabelas, 1 Quadro.

Orientadora: Denise Barros de Azevedo

Dissertação (Mestrado em Administração) Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* em Administração. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Inclui Bibliografia

1. Certificação Ambiental. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. *Stakeholders*. 4. Sistemas Agroindustriais. I. Ilse. II Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Curso de Pós-Graduação em Administração. III Certificação ambiental na SAG da bovinocultura no Brasil.

CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL: ESTUDO NA SAG DA BOVINOCULTURA DE CORTE

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Grau de Mestre em Administração na área de concentração em Sustentabilidade no Agronegócio do Programa de Pós-Graduação *strictu sensu* em Administração da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e aprovada, em sua forma final, em 25 de maio de 2016.

Prof. Dra. Denise Barros de Azevedo
Coordenadora do Curso

Apresentada à Comissão Examinadora composta pelos professores:

Prof. Dra. Denise Barros de Azevedo
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Jose Carlos de Jesus Lopes
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Guilherme Cunha Malafaia
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

AGRADECIMENTOS

Cabe aqui os meus sinceros agradecimentos aos profissionais que auxiliaram na pesquisa: os professores Doutores da UFMS Milton Mariani, Mayra Bittencourt, Silvia Caleman, Patrícia Campeão, Jeovan de Carvalho Figueiredo, Rosamaria Fox Leite, Elcio Benini, Leandro Sauer, Maísa Gomides Teixeira, Adrianne de Queiroz que diretamente contribuíram para minha formação acadêmica, para meu crescimento profissional e que de maneira indireta para quebrar paradigmas existentes que precisam ser sobrepostos para construção de novos valores necessários para nosso desenvolvimento. Agradeço também o professor Dr. José Carlos de Jesus Lopes, bem como os professores da USP, que me receberam em suas respectivas turmas pelo Projeto Casadinho que pode grandemente enobrecer a pesquisa, em especial o professor Dr. Décio Zylbersztayn e Dr. Isak Kruglianskas e ainda todos os integrantes do Grupo Pensa de pesquisa da FEA, Dilma Senhorinha, Camila Cristina, Gustavo, Thiago, Caroline, Carolina, Antonio, Pedro, Fernanda, Tobias e professor Dr. Cláudio; outros colegas a quem tenho gratidão de terem compartilhado meu caminho Matheus, Daniel, Juliano e Juliana.

Sou grata pela amizade que a pós trouxe como Larissa Marchiore, Marcus Osório, Luiz Gustavo Soares e Paula Santos; com todo o grupo de pesquisa Sustentabilidade no Agronegócio da ESAN/UFMS. Sou grata em especial à minha professora orientadora Denise Barros de Azevedo que mais do que instruir foi responsável pela troca de experiências acadêmicas essenciais para a construção de um caminho forte, certo e avante.

Importante também agradecer os entrevistados das organizações elencadas nesta pesquisa, que contribuíram para a elucidação do tema sustentabilidade que não mais tange apenas o cerne da teoria.

Minha maior gratidão à Deus e à minha família pela vida, pelos passos amparados, pelos abraços acolhidos e principalmente pelo incentivo na busca e construção do melhoramento contínuo.

Agradeço a Capes pela disponibilização dos recursos assaz necessários, sem os quais essa pós não poderia ter sido realizada, principalmente o intercâmbio realizado na Universidade de São Paulo.

E por fim, mas não menos importante, agradeço aos meus fiéis amigos Luigi, *the cat*, e Hüter, *mein hund*, que são as minhas companhias nas eternas madrugadas de leitura.

RESUMO

ABRAHÃO, Ana Flávia Siqueira. **Certificação Ambiental: estudo da SAG da bovinocultura de corte.** 110 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2016.

Orientadora: Denise Barros de Azevedo

Defesa: /05/2016

A presente pesquisa tem como objetivo analisar o processo das certificações ambientais no contexto da SAG da bovinocultura de corte no Brasil através de um mapeamento de suas promulgações a fim de caracterizá-las para identificar quais são as certificações mais comuns e as mais raras, bem como analisar o papel dos *stakeholders* da SAG da bovinocultura de corte. A pesquisa é necessária vez que as certificações ambientais são o resultado de uma implementação prática nas organizações do desenvolvimento sustentável através da gestão ambiental de cada uma. A adoção de procedimentos padronizados pelo processo de certificação parece ser uma das saídas encontradas para dirimir o impacto no meio ambiente, pois assim as firmas se certificam de medidas protetivas em relação a este. Para tal mudança há agentes que influenciam neste processo, chamados de *stakeholders* pró sustentabilidade, que tiveram seus papéis analisados no presente trabalho com intuito de identificar como agem na promulgação das certificações ambientais. Para tanto realizou-se uma análise bibliométrica acerca do tema em periódicos, livros, teses e afins cujas abordagens foram: desenvolvimento sustentável, gestão ambiental, certificação ambiental, teoria dos *stakeholders* e SAG. Foi analisado qualitativamente em conjunto a esta, o material coletado como dados das entrevistas semiestruturadas com os responsáveis no processo de certificação, sendo eles o auditor da agência certificadora e os empresários certificados para assim amparar a presente pesquisa descritiva-exploratória. Verificou-se que em cada uma das organizações a gestão ambiental estava bem estruturada, principalmente na rotina dos colaboradores o que proporciona um acesso mais efetivo ao desenvolvimento sustentável e na obtenção do certificado. A promulgação deste nas organizações estudadas ocorrera de forma natural, já que nelas os procedimentos de suas atividades já vinham sendo adotados de maneira a dirimir o impacto ambiental. Portanto, o processo de certificação foi natural já que as adaptações necessárias para angariar o selo não foram dificultosas, pois os requisitos em sua maioria estavam cumpridos, sejam eles de ordem econômico, ambiental ou social. O que ficou evidenciado na pesquisa é que a resistência existente ainda é o ser humano que precisa de uma educação menos antropocêntrica e mais ecossistêmica de respeito ao meio ambiente para as mudanças necessárias em prol do uso consciente dos recursos naturais.

Palavras-chaves: desenvolvimento sustentável, gestão ambiental, certificação ambiental, sistemas agroindustriais e *stakeholders*.

ABSTRACT

ABRAHÃO, Ana Flávia Siqueira. **Environmental Certification: study** on the production chain of beef cattle in Brazil. 110 f. Dissertation (Masters in Business Administration) – Business Master's Course, Federal University of Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2016.

Professor: Denise Barros de Azevedo

Apresentatin: 25/may/2016

This research aims to analyze the process of environmental certification in the context of the production chain of beef cattle in Brazil through a mapping of their enactments in order to characterize them to identify which are the most common and the rarest certifications, and to examine the role of stakeholders in the production chain of beef cattle. Research is needed as environmental certifications are the result of a practical implementation in sustainable development organizations is no longer attached to the already developed countries, and is present in various organizations around the globe, from small businesses to large multinationals. The adoption of standardized procedures for the certification process seems to be one of the solutions found to resolve the impact on the environment, as well as firms make sure protective measures regarding this. For such a change for agents that influence this process, called stakeholders towards sustainability, who had their papers analyzed in this study in order to identify how they act in the enactment of environmental certifications. Therefore we carried out a bibliometric analysis of the topic in journals, books, theses and the like whose approaches were: sustainable development, environmental management, environmental certification, stakeholder theory and production chain. Was qualitatively analyzed in conjunction to this, the material collected as data from semi-structured interviews with officials in the certification process, being the auditor of the certifying agency and certificates entrepreneurs to support so this descriptive and exploratory research. It was found that in each of the organizations environmental management was well structured, especially in the routine of employees which provides more effective access to sustainable development and getting the certificate. The enactment of this in the organizations studied had occurred naturally, since in them the procedures of its activities had already been adopted in order to resolve the environmental impact. Therefore, the certification process was natural as the adjustments necessary to raise the seal were not difficult because the requirements were mostly met, be they economic, environmental or social. What remains evident in the research is that the existing resistance is still the human being who needs an education less anthropocentric and more ecosystem of respect for the environment for the necessary changes in favor of the conscious use of natural resources.

Key Words: sustainable development, environmental management, environmental certification, agribusiness systems and stakeholders.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 SAG da bovinocultura de corte.....	22
Figura 2 SAG da pecuária	23
Figura 3 Agentes da SAG da bovinocultura de corte.....	24
Figura 4 Modelo de <i>stakeholders</i>	26
Figura 5 Classificação dos <i>stakeholders</i> de acordo com a influência.....	28
Figura 6 Algumas interações entre os fatores econômico, social e ambiental.....	30
Figura 7 Fatores intercorrentes da qualidade da carne.....	32
Figura 8 Elementos SGA.....	41
Figura 9 Ciclo da logística reversa.....	43
Figura 10 Selos verdes Internacionais	48
Figura 11 Selos de certificação no Brasil.....	50
Figura 12 Fases esquematizadas da Pesquisa.....	53
Figura 13 Certificados da Fazenda São Marcelo.....	67
Figura 14 Selos emitidos pelo Imaflora.....	68
Figura 15 Certificados na SAG da bovinocultura.....	82
Figura 16 Os <i>stakeholders</i> da SAG da bovinocultura de corte.....	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Gestão tradicional <i>versus</i> Gestão ecocêntrica.....	41
Tabela 2 - Membros da ISEAL.....	46
Tabela 3 – Clientes da SAG da bovinocultura do leite e de corte IBD.....	54
Tabela 4 - Esquema aplicado às entrevistas.....	56
Tabela 5 – Das variáveis analisadas do referencial teórico	57
Tabela 6 – Das características dos selos da SAG da bovinocultura de corte no Brasil	91
Tabela 7 – Resumo.....	80

LISTA QUADROS

Quadro 1 - Fases esquematizadas da pesquisa.....	53
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira De Normas Técnicas
ABIEC	Associação Brasileira de Indústrias Exportadoras de Carnes
ABPO	Associação Brasileira de Pecuária Orgânica
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CERES	Coalizão das Economias Ambientalmente Responsáveis
CIP	Comissão Interministerial de Preços
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CF	Constituição Federal
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CRS	Center for Resource Solutions
EMBRAPA	Empresa Brasileira de pesquisa Agropecuária
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FLO	Fairtrade Labelling Organization
FSC	<i>Forest Stewardship Council</i>
GEE	Gases de Efeito Estufa
GRI	Global Reporting Initiative
GTPS	Grupo de trabalho da Pecuária Sustentável
IATP	Institute for Agriculture and Trade Policy
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBD	Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOAM	<i>International Federation of Organic Agricultural Movements</i>
IMAFLORA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
ISEAL	Aliança Internacional para a Acreditação e Certificação Social e Ambiental
ISO	<i>International Standartization of Organizations</i>
MAC	Marine Aquarium Council
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCT	Ministério das Ciências e Tecnologias

MSC	Marine Stewardship Council
OECD	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIE	Organização Mundial de Saúde Animal
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PNMA	Política Nacional para o Meio Ambiente
PROCEL	Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica
SAI	Social Accountability International
SAG	Sistemas Agroindustriais
SEBRAE	Serviço Brasileiro de apoio às Pequenas Empresas
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
SISBOV	Serviço Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos
WRI	World Resource Institute
WSPA	World Animal Protection Brazil
WWF	<i>World Wide Fund for Nature</i>

Sumário

1. INTRODUÇÃO	12
1.1. PROBLEMA E JUSTIFICATIVA	17
1.2. OBJETIVOS.....	17
1.2.1. Objetivo geral	17
1.2.2. Objetivos específicos	18
2. REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1. SAG.....	19
2.1.1. SAG da bovinocultura de corte	19
2.2. TEORIA DOS <i>STAKEHOLDERS</i>	23
2.2.1. <i>Stakeholders</i> : origem e conceito.....	23
2.2.2. <i>Stakeholders</i> da sustentabilidade na SAG da bovinocultura de corte	26
2.3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	277
2.3.1. Desenvolvimento Sustentável: Origens e Conceitos	27
2.3.2. Do Estado como garantidor da sustentabilidade	32
2.3.3. Gestão Ambiental e seus princípios.....	35
2.4. DO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO.....	42
2.4.1. Origens e Conceito	42
2.4.2. Características das certificações.....	44
2.4.3. Certificados Brasileiros	46
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	50
3.1. PRESSUPOSTOS DA PESQUISA	50
3.2. DELINEAMENTO DA PESQUISA E CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	50
3.3. DA NATUREZA DA PESQUISA	51
3.4. PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS	52
3.4.1 Estratégia de pesquisa.....	52
3.5. DESENHO E ETAPAS DA PESQUISA.....	52
3.6. SELEÇÃO DO ESTUDO DE CASO	53
3.7. COLETA DE DADOS	55
3.8. ANÁLISE DOS DADOS.....	58
4. RESULTADOS	59
4.1. SOBRE AS ORGANIZAÇÕES ENTREVISTADAS	59
4.1.1. DO GRUPO JBS.....	59
4.1.2. DO IMAFLORA.....	61
4.1.3. DA FAZENDA SÃO MARCELO – GRUPO JD.....	62
4.2. DA SAG DA BOVINOCULTURA DE CORTE	63
4.3. DOS <i>STAKEHOLDERS</i>	65
4.4. DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	69
4.5. DA CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL	73
4.6. DAS CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS DENTRO DA SAG DA BOVINOCULTURA DE CORTE NAS ORGANIZAÇÕES ANALISADAS	81
4.7. DO PAPEL DOS <i>STAKEHOLDERS</i> NO PROCESSO DAS CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS NA SAG DA BOVINOCULTURA DE CORTE	85
4.8. DOS PRINCÍPIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PROMULGAÇÃO DAS CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS.	87
4.9. DAS AÇÕES PARA INSERÇÃO DE CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS NA SAG DE BOVINOCULTURA DE CORTE.	89
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
6. REFERÊNCIAS	95

1. INTRODUÇÃO

É notório que a poluição gerada no planeta desde os primórdios da revolução industrial do século XVIII até hoje contribui para o aquecimento global e para a degradação do meio ambiente, já que até meados do século passado não havia quaisquer preocupações na finitude dos recursos naturais, que foram usados sem o manejo necessário para sua própria renovação. Fato é que tais preocupações passaram a estar em pauta nos fóruns e *roundtables* mundiais no que concerne o desenvolvimento sustentável, vez que o efeito estufa e as mudanças climáticas corroboram para os desastres naturais que afetam diretamente a produção agrícola, o que é preocupante para toda a sociedade.

Logo nas primeiras percepções dessas problemáticas na economia, por volta de 1960, as organizações deram início as discussões acerca do tema de como desenvolver-se sustentavelmente. Considerando a demasiada degradação da natureza e a necessidade de recuperá-la a fim de usufruir da mesma de forma consciente, os debates buscam uma resposta de como crescer economicamente com respeito às limitações dos recursos naturais disponíveis.

Assim, desde pouco mais da metade do século passado, ambientalistas do mundo todo debatem a questão do impacto ambiental engendrado pelo crescimento desenfreado das indústrias, na busca do desenvolvimento sustentável, cujo conceito fora dado pela primeira vez no relatório de Brundtland: usufruir dos recursos atuais de maneira a não comprometer as necessidades das gerações futuras (BRUNDTLAND, 1991).

Tal tema se mostra importante para diversos setores da economia, seja ela macro ou micro; não somente para o crescimento e desenvolvimento econômico destes, mas também para que ocorra no país um desenvolvimento social mais sólido e um ambiental mais limpo. As instituições de tais setores estão diretamente ligadas quando considerada a responsabilidade de se agir em prol do meio ambiente, seja na sanção de leis protetivas por parte do Governo, seja na implementação de inovação em sustentabilidade por parte das organizações privadas (MARTHA, 2015). Contudo, o que pode parecer mais difícil é considerar que parta e que surja das próprias organizações esse senso de responsabilidade. (EYCKMANS E KVERNDOKK, 2013)

Importante destacar o fato de que este desenvolvimento sustentável tem como principais agentes os seus respectivos *stakeholders*. Estes por sua vez são grupos - ou até

mesmo um indivíduo, capaz de influenciar direta ou indiretamente as tomadas de decisão das organizações (CLARCKSON, 1995).

Em 1983 a cúpula da ONU (Organização das Nações Unidas), importante *stakeholder*, solicitou a formação de uma comissão à secretaria do Meio Ambiente para que fosse realizado um relatório acerca das condições ambientais à época e que fossem propostas estratégias de uso consciente dos recursos naturais. Tal relatório, conhecido como relatório de Brundtland, recebeu o nome de “Nosso Futuro Comum”, pois desde então já era alarmante a situação do meio ambiente e do desenvolvimento da sociedade. Era necessário adotar medidas que visassem atenuar os impactos que as gerações causaram e as que hoje causam para que as futuras possam usufruir ainda dos mesmos recursos (BRUNDTLAND, 1991).

De acordo com texto de Brundtland (1991), secretária norueguesa, presidente da comissão da ONU: “Na década de 70, o número de pessoas atingidas por catástrofes “naturais” a cada ano dobrou em relação à década de 60. [...] Ao que parece, essa tendência sinistra dos anos 80 se transformará numa crise que deverá mudar toda a década de 90” (BRUNDTLAND, 1991, p. 9). Considerando o número de catástrofes ambientais como enchentes, tsunamis, furacões, verões escaldantes e invernos cada vez mais rigorosos, ficou evidente o que a secretária já havia previsto o pior.

Depois desta primeira reunião global sobre o tema, outras aconteceram sempre no intuito de buscar soluções que pudessem dirimir o impacto que o crescimento econômico causa ao meio ambiente ensejando outros debates, como por exemplo o da Eco92, onde se reuniram representantes das principais nações no mundo no Rio Janeiro dentre outros *stakeholders* para discutir sobre ecologia e proteção do nosso ecossistema.

Vinte anos depois, a reunião repaginou-se na Rio+20, com o mesmo intuito de propor medidas e cobrar comprometimento das organizações em prol da sustentabilidade (MARCOVITCH, 2012). Em tais reuniões são colocados em pauta essa questão do desenvolvimento sustentável e protocolos como os de Kyoto (MCT, 1999), que são tratados internacionais com termos de comprometimento a serem adotados para diminuir, por exemplo, a emissão de gases que aumentam o efeito estufa na atmosfera terrestre responsável pelo aquecimento global, são assinados.

Contudo, muitos destes protocolos não são cumpridos integralmente, muitas vezes nem em parte, nem tampouco acatados pelos principais emissores, como por exemplo, os EUA que somente na presidência de Barack Obama, se comprometem a controlar o consumo e, por conseguinte, diminuir a emissão *per capita* dos GEEs (Gases do efeito estufa) (MARCOVITCH, 2012).

Vale destacar que a importância do controle de emissão dos GEEs foi considerada desde Brundtland que alarmava a concentração de dióxido de carbono no planeta que impede o retorno da radiação solar para além da atmosfera o que acaba por elevar a temperatura do planeta. Em se tratando de GEEs a bovinocultura hoje é o alvo dos alarmes, isto porque a emissão de metano pelos animais compromete também aquela radiação.

Fato é que essas reuniões enaltecem a importância de se adotar medidas protetivas para com a natureza, sendo essas figuras públicas importantes para tanto, pois ensejam o debate angariando mais adeptos e casuístas. Outras instituições crescentes e não que são menos importantes neste cenário são as ONGs (Organizações Não Governamentais) como WWF e *GreenPeace* que lideram campanhas de proteção ambiental, alarmando o que o consumo desenfreado do ser humano tem causado ao meio ambiente. As associações civis, empresas sem fins lucrativos dentre outras são também exemplos de *stakeholders*; tanto chefes de estado em uma reunião mundial, quanto ONGs internacionais e organizações privadas com alcance local, são atores responsáveis pelas *roundtables* pró sustentabilidade.

O papel de tais atores é crucial para o desenvolvimento sustentável, pois atuam na regulamentação das medidas a serem estabelecidas para atenuar o impacto no meio ambiente e principalmente na implementação daquelas medidas nos procedimentos tomados desde a origem dos insumos até a alocação do produto no mercado pelas organizações de maneira a diminuir o impacto ambiental. Contudo, a sustentabilidade depende de um viés tanto educacional, quanto cultural, e sua implementação depende da inserção na sociedade de que essas mudanças são necessárias (SILVESTRE, 2015).

Nesta ordem, a gestão ambiental da organização deve estar implementada a fim de alcançar o intuito de desenvolver-se sustentavelmente. Esta implementação possibilitará que a organização se adeque ao que necessário para diminuir os impactos que sua produção engendra no meio ambiente, com uso racional e moderado dos recursos naturais por exemplo. Importante destacar que tal adequação nada mais é do que introduzir novas práticas no processo de gestão da organização, através de inovações em prol da sustentabilidade. Assim sendo, para viabilização dessas novas práticas faz-se necessário inserir em sua rotina novos hábitos de educação e cultura pró meio ambiente.

No presente trabalho será demonstrado como a padronização de medidas pró sustentabilidade nestes processos poderá ser certificada por outra empresa especializada em garantir esse padrão e atestar que estão de acordo com os requisitos do desenvolvimento sustentável, para então restar demonstrado que este precisa de inovações em tecnologias no processo de produção das organizações (KLEWITZ E HANSEN, 2013).

Cumprer esclarecer que as certificações tiveram origem em relação à qualidade do produto, onde um produto certificado tinha a garantia de que passou por um rígido processo de auditorias e fiscalização que acabaram por certificar que aquele produto foi testado e aprovado por uma certificadora auditora (ISO, 2012). Na medida em que os produtos certificados passaram a ter mais destaque no mercado, processos e serviços foram angariando também certificações nestes mesmos moldes. Contudo, o alcance foi se tornando cada vez mais específico, existindo certificado quanto à segurança do trabalho, segurança alimentar, quanto ao meio ambiente dentre outros.

Neste sentido, as certificações ambientais atestam que aquele produto ou serviço passaram por uma rígida fiscalização de que não agridem o meio ambiente, ou ao menos possuem um impacto ambiental diminuído em razão dos seus procedimentos diferenciados atestados pela auditoria (ISO, 2012).

A questão é de quem realiza essa auditoria, bem como a de quem possui legitimidade para auferir tal qualidade àquele produto. É por este motivo que existem as certificadoras com notoriedade internacional e alcance global. Essas se destacam e formam uma rede de certificação em quase todos os países do mundo, pois considerando a economia global de hoje, a certificadora opera tanto na Rússia que compra carne do Brasil quanto na Inglaterra que compra vinho da França. Portanto, os selos vêm nesse intuito, qual seja: o de assegurar a garantia esperada pelo tomador do serviço e pelo consumidor final em um âmbito global.

Waack (2010) destaca a importância do Brasil no cenário econômico mundial do agronegócio e que essas mudanças nos sistemas de governança *multistakeholder* ensejam novas tratativas dentre os executivos, principalmente no que diz respeito a esses novos conceitos como certificação, verificação, monitoramento, princípios e critérios de análise dos contratos. Assim sendo, a certificação surge para dar mais garantia ao produto que uma vez selado possui um diferencial em relação aos demais.

O mercado das certificações está em um crescimento contínuo, mas ainda aquém do necessário para contribuir para um desenvolvimento sustentável legítimo, que esteja em atenção ao tripé da sustentabilidade: desenvolvimento social, econômico e ambiental. A demanda internacional, também crescente por produtos ambientalmente certificados, aponta para um cenário onde as medidas protetivas não serão limitadas às organizações mais desenvolvidas, ou seja, há uma tendência mundial para que todas assim se comportem (BLACKMAN E NARANJO, 2010).

A falta dessa padronização engendra uma perda de competitividade no mercado internacional, uma vez que o produto certificado possui maior credibilidade entre os compradores (AIDOO E FROMM, 2015), chamada *willingness to pay*, existente mais em mercados onde os consumidores são mais instruídos e educados quanto às características dos seus produtos (ALVES-PINTO, NEWTON E PINTO, 2013).

Em descompasso com essa tendência, a agroindústria da bovinocultura de corte não apresenta vestígios para tal implementação, muito embora ela deva atender a uma rigorosa vistoria realizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) quanto a sanidade animal, pelo MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) nas questões ambientais, bem como do ministério público nas relacionadas às condições de trabalho dos colaboradores das organizações. Neste sentido, Santos e Barczsz (2001) dispõem: “[...], lacunas foram encontradas na configuração da sustentabilidade ambiental, como a inexistência de certificação ambiental e estratégias para racionalização da água e energia” (SANTOS E BARCZSZ, 2012, p.1).

Inobstante a presença de tais lacunas no tocante à certificação ambiental, outros trabalhos apontam que as preocupações quanto às certificações sanitárias vêm ganhando consistência dentro da cadeia, pois assim se comportam os *stakeholders* ao exigirem tais garantias, e em atenção a estes os produtores passaram a implementar o cumprimento da lei com os selos de sanidade e atestados de origem por exemplo (MARQUES, 2013).

O MAPA demonstra em números a importância do agronegócio para a economia brasileira, sendo que desses números a cadeia da bovinocultura de corte tem expressiva contribuição; vejamos: em 2013 o valor bruto das exportações do agronegócio brasileiro foi de U\$ 100 bilhões, sendo que a expectativa da agropecuária de 2014 alcançou R\$ 447,6 bilhões; da pecuária R\$ 173, 47, e especificamente da carne bovina pouco mais de R\$ 87 bilhões deste total. No cenário internacional da carne bovina os números se mostram ainda mais expressivos, vez que o Brasil possui representativamente de quase 20% do comércio total (MAPA, 2014; ABIEC, 2015).

Face tais assertivas, questiona-se: qual o contexto em que se inserem as certificações ambientais na SAG de bovinocultura de corte no Brasil? Quais certificações já foram emitidas nesta cadeia? Quem são os agentes certificadores e acreditadores? E quais as características dos já promulgados?

Por fim, a problemática apresentada é: qual a razão do mercado brasileiro, enquanto produtor mundial na SAG da bovinocultura de corte, ainda não ter se adequadado quanto às exigências do mercado internacional no tocante à sustentabilidade?

1.1. Problema e justificativa

Considerando a atividade pecuária como uma atividade de impacto ambiental, desde o desmatamento de florestas, uso da terra até a produção de insumos para os animais e aditivos químicos para controle de pestes, o que gera empobrecimento do solo, até as químicas usadas no setor coureiro e nas agroindústrias, dentre outras, as discussões sobre como dirimi-lo vêm ganhando espaço nas *roundtables* mundiais, sendo certo que o Brasil enquanto grande produtor e exportador de carne bovina deve se atentar às essas práticas mais sustentáveis que estão sendo discutidas pelos seus *stakeholders* (FREEMAN, 1984; AZEVEDO *et al*, 2015).

Diante deste cenário, optou-se por averiguar o processo de certificação ambiental que no mercado global tem alcançado expressiva notoriedade, já que busca uma padronização nos procedimentos internos das organizações baseada nos princípios da sustentabilidade, qual seja, a procura em adotar medidas ambientalmente corretas em seu processo produtivo, socialmente justas para com seus colaboradores e comunidade local e que ainda tragam rendimento econômico para as organizações envolvidas (PINTO, 2014).

De acordo com a WRI (2014) são mais de 340 selos sócio-ambientais cadastrados em mais de 42 países; no Brasil existem 40 certificadoras diferentes que atestam os procedimentos pró sustentabilidade (WRI, 2014). Considerando a expressão dos dados, no caso do agronegócio, se faz necessário analisar quais certificações são emitidas na cadeia da bovinocultura de corte no Brasil, dada a importância desta para a economia do país.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo geral

O presente estudo tem como objetivo geral descrever os processos de certificação ambiental no contexto da SAG da bovinocultura de corte em prol da sustentabilidade.

1.2.2. Objetivos específicos

Por objetivos específicos será buscado:

- mapear as certificações ambientais da SAG da bovinocultura de corte;
- descrever as certificações ambientais encontradas nos elos da SAG da bovinocultura de corte;
- identificar a influência dos *stakeholders* da SAG da bovinocultura de corte na promulgação das certificações;
- analisar o desenvolvimento sustentável inserido nas certificações ambientais emitidas nos diferentes elos da cadeia.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS - SAG

Para entender o que é sistemas agroindustriais se faz necessário discutir seu conceito, a origem de sua terminologia, bem como a correlação com as cadeias produtivas. De acordo com Batalha (2007) os estudos de tais sistemas foram iniciados em 1950, por Davis e Goldberg, dois franceses que realizaram a análise destes, assim como analisaram também as questões ligadas ao seu caráter sistêmico e mesoanalítico, angariando notoriedade no final da década de 80. Davis e Goldberg tiveram papel crucial na propagação dos estudos das cadeias agrícolas. Tal importância se deu através do conceito *Commodity System Approach* (CSA) o que acabou por inserir uma visão sistêmica sobre as várias etapas da produção agrícola e possibilitando a análise do desempenho das organizações ligadas ao setor e a competitividade das cadeias (BATALHA, 2007).

Após a disseminação do CSA, em 1968, Goldberg introduziu o conceito de agribusiness como “um conjunto de atividades envolvidas no processamento e distribuição dos insumos agropecuários, nas operações de produção na fazenda, no armazenamento e na distribuição dos produtos agrícolas e seus derivados, ou seja, da produção de insumos à venda do produto ao consumidor final” (GOLDBERG, 1968, p. 21).

O conceito de cadeia produtiva, por sua vez, é dado em definição como instrumento de visão também sistêmica; nas palavras de Prochnik (2002) ela é tida como “um conjunto de etapas consecutivas pelas quais passam e vão sendo transformados e transferidos os diversos insumos” (PROCHNIK, 2002, p. 1). Assim sendo, pode-se concluir que, inobstante a ponderação de Prochnik, a cadeia produtiva é um complexo aglomerado de diferentes organizações, constituindo os seus respectivos sistemas que se interrelacionam por meio de infinitos contratos que tem por bem preservar seus respectivos direitos de propriedade (ZYLBERSZTAJN, 2000).

2.1.1. SAG da bovinocultura de corte

As características da SAG da bovinocultura de corte não destoam das demais, sendo conceituada como a interação de sistemas produtivos, desde a matéria prima e seus insumos até o consumidor final. Um diferencial que pode ser apontado deste sistema é a sua

heterogeneidade, pois é composto desde grandes latifundiários à pequenos produtores, de grandes e modernos frigoríficos com alta tecnologia à matadouros que sequer atendem aos requisitos mínimos da legislação sanitária; tal realidade parece ser fruto do ambiente institucional onde a cadeia se insere (MALAFAIA *et al* 2014).

As variáveis que determinam o grau de competitividade neste setor são grandes, até porque são questões ligadas às políticas públicas, desde comércio exterior à legislação e fiscalização sanitária e ambiental, questões ligadas também ao investimento em inovação por parte dos empresários etc. A implementação de tecnologias que inovam a agropecuária acabam por beneficiar o Estado (MARTHA, 2015), neste sentido dispõe Martha (2015):

O Estado se beneficia da agricultura pela ampliação das oportunidades de geração de emprego e renda, pela atenuação de pressões inflacionárias e, pelo efeito renda da demanda, em especial na população de renda mais baixa, pelo maior dinamismo em outros setores da economia. Ganha também com o expressivo superávit da balança comercial do setor agrícola, que entre outros pontos, auxilia na implementação e manutenção de programas sociais e de desenvolvimento no Brasil (MARTHA, 2015, p. 118).

A SAG da carne bovina tem grande expressão dentro do agronegócio brasileiro, como já dito, vez que a área do território nacional desta atividade é muito grande se comparada aos demais sistemas da agropecuária, movimentando em torno de US\$ 167,5 bilhões/ano, emprega cerca de 7 milhões de pessoas, US\$ 16,5 bilhões de contribuição fiscal e US\$ 42 bilhões de faturamento para os frigoríficos (AZEVEDO *et al*, 2015).

Segundo os dados da ABIEC (2011) a criação de rebanho para corte no Brasil responde à quase 20% do efetivo mundial. Já em números gerais, corresponde à 208 milhões de cabeças, sendo a maior parte desta produção na região Centro-Oeste com 35% da criação, seguida das regiões Norte (14,5%), Sul (13,8%), Nordeste (12,7%) e Sudeste (9,3%), é maior do mundo, perdendo somente para Índia, onde não se abatem as rezes, já aqui 43,3 milhões de cabeças da gados são abatidas por ano (ABIEC, 2015).

CADEIA PRODUTIVA DA CARNE BOVINA

US\$ 167,5 bilhões movimentados em 2010

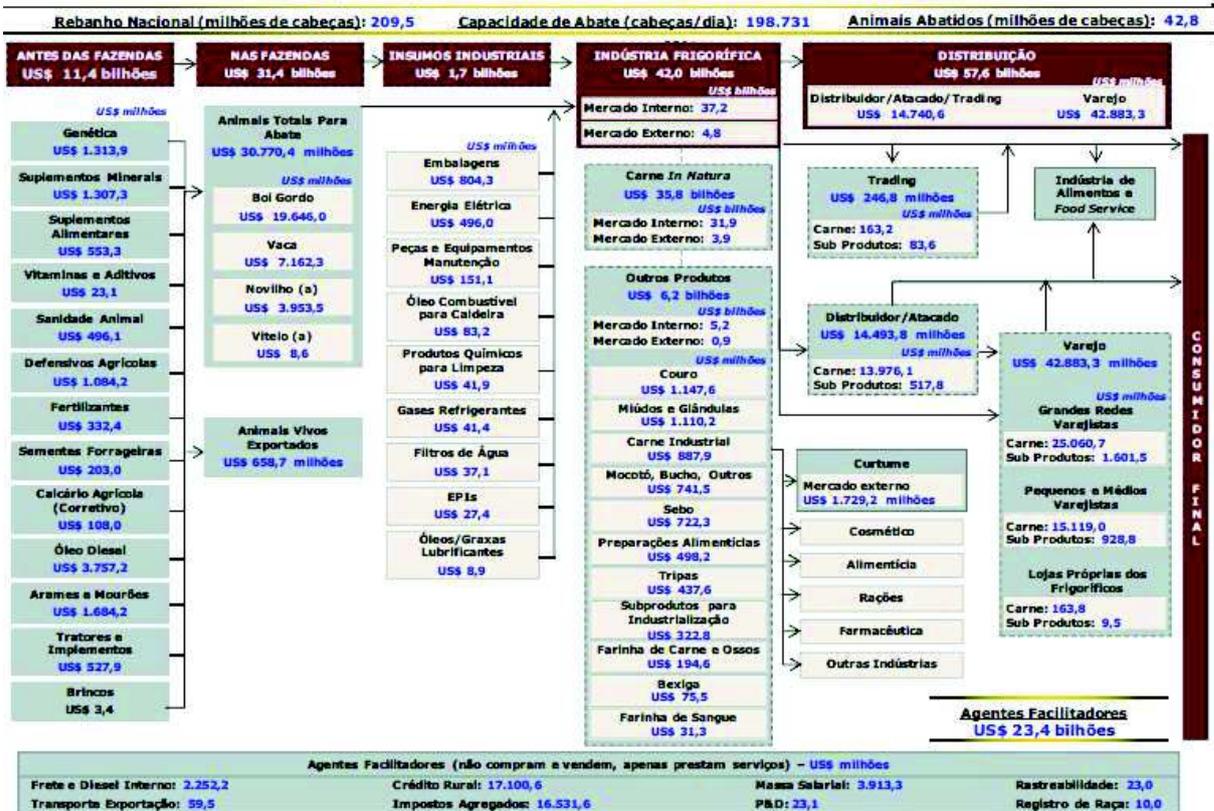


Figura 1: SAG da Bovinocultura de Corte
Fonte: ABIEC, 2011.

A produção em carcaça é de um volume de 10,2 milhões de toneladas, o que deixa o Brasil com o segundo lugar de na produção global, responsável por 16,9% desta. Contudo, a produtividade ainda é baixa, pois as áreas de pastagem estão degradadas o que quer dizer que o número de animais por hectare poderia ser melhorado caso houvesse investimento em biotecnologias, inseminação artificial e utilização de reprodutores de maior potencial genético visando o melhoramento dos rebanhos (MALAFAIA *et al*, 2014).

Conforme, pode-se observar na figura 1, esta SAG é complexa possuindo elos bem distintos entre si, senão vejamos: antes da fazenda, nas fazendas, insumos industriais, indústria frigorífica e distribuição. Tal complexidade acaba por exigir de suas instituições uma força cooperativa através das atividades de apoio que tempo por intuito melhorar a produtividade, seja em termos econômicos, seja em termos socioambientais.

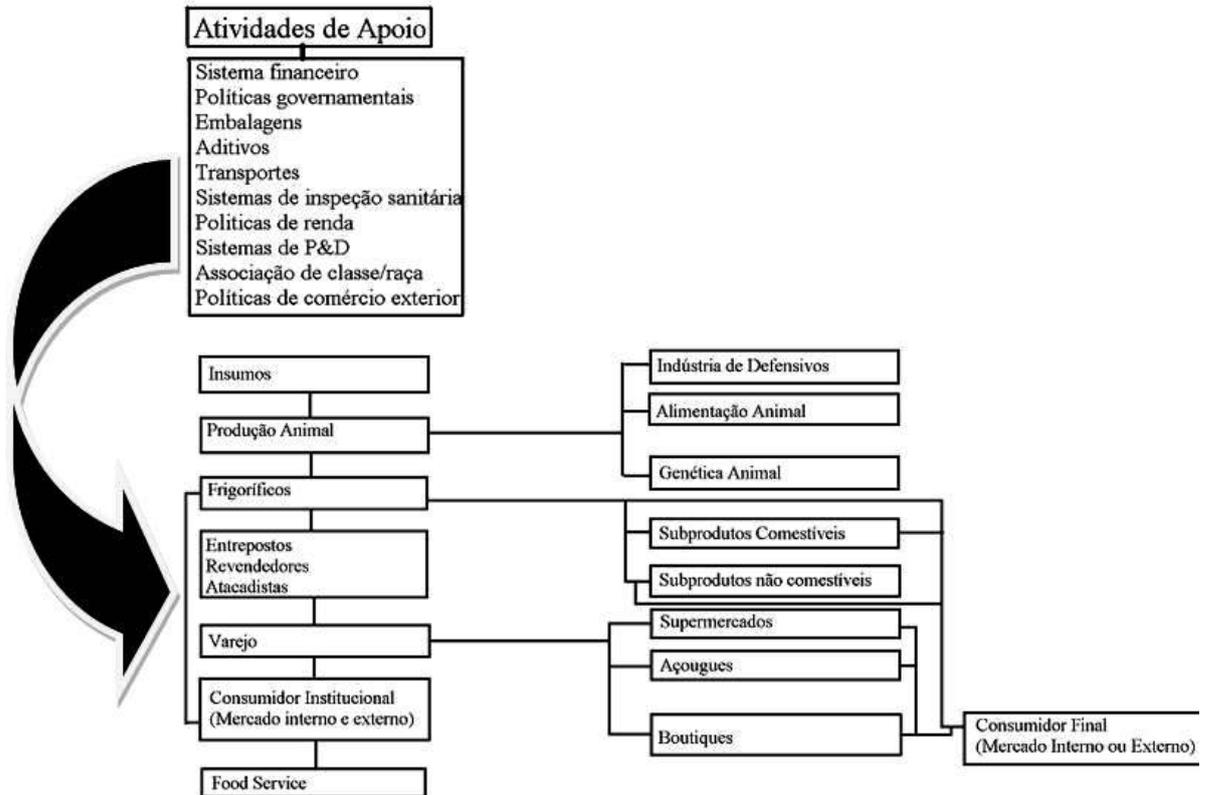


Figura 2: SAG da Pecuária;
Fonte: Com base em Sebrae, 2000

Na figura 2 resta representado em cada uma das caixas um elo diferente que existe dentro da SAG onde é agregado valor à carne. Ou seja, cada um dos segmentos indica que ali ocorre um contrato diferente de compra e venda, o que corrobora ao explicitado de que a cooperação é necessária para fortalecer as instituições existentes na cadeia, trazendo por conseguinte mais força aos seus agentes, em toda a extensão da cadeia.

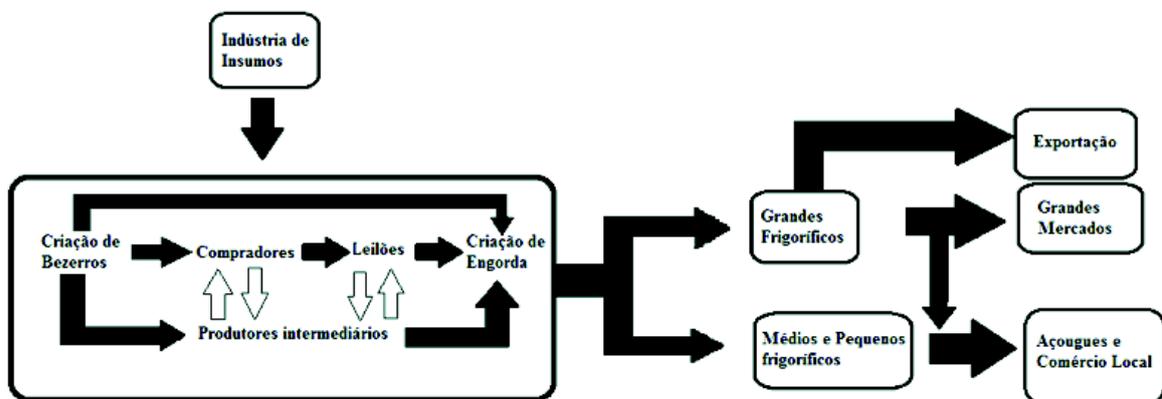


Figura 3: Agentes da SAG da Bovinocultura de corte
Fonte: Com base em Walker *et al*, 2013

Grande parte da produção é voltada para o mercado interno abastecendo assim a demanda nacional. Segundo o MAPA (2014), a produção total de carnes do país, o que inclui todos os animais (suínos, bovinos, caprinos, frango, peixes e etc), equivale a aproximadamente 24,5 milhões de toneladas, o consumo interno é de 75% desse montante e o restante exportado. Considerando a expressão de tais dados o “GTPS atua na promoção de debates e formulação de padrões de práticas sustentáveis a serem adotadas por todos os envolvidos na cadeia da bovinocultura de corte – *stakeholders*” (AZEVEDO *et al*, 2015, p. 393). A importância dessa promoção na cadeia se dá também pelos impactos ambientais gerados pela mesma, onde a agroindústria da pecuária de corte é responsável por quase 15% da emissão dos GEE (gases do efeito estufa) provocados por ação antrópica, sendo que a emissão animal dentro da cadeia responde por 41% (setor de produção), o restante é dividido entre o transporte e processamento dos produtos de origem animal (AZEVEDO *et al*, 2015).

Um dos *stakeholders* da cadeia, no caso a EMBRAPA, lidera uma discussão com outras 300 instituições em um projeto que já está em andamento e que tem por fim minizar a quantidade de GEE emitida pelos produtores em balanço com créditos de carbono. O projeto recai na busca da compensação dos gases nocivos para a camada de ozônio com o plantio de árvores capazes de neutralizá-los na atmosfera (MOZONI E BIDERMAN, 2010; EMBRAPA, 2013). Esta é uma realidade da importância de tais discussões para a SAG da bovinocultura de corte.

Isto posto, resta demonstrada a relevância da análise da cadeia em questão para com o desenvolvimento sustentável, cujas práticas para a diminuição do seu impacto ambiental já estão sendo desenvolvidas pelos seus principais *stakeholders*.

2.2. Teoria dos *Stakeholders*

2.2.1. *Stakeholders*: origem e conceito

Insta trazer à baila o conceito dos *stakeholders*, já que são eles os maiores responsáveis pela implementação dos certificados ambientais.

O uso do termo *stakeholders* teve seu início na década de 1980 e o avanço da discussão em torno do tema originou diferentes modos de definir quem seriam esses agentes (AZEVEDO, 2011). É de suma importância conceituar tal terminação, já que são estes os atores principais para a emissão das certificações ambientais.

Partindo de conceitos mais abrangentes, passando por subdefinições e

exemplificações com o intuito de facilitar o entendimento do termo, os autores se complementam e apresentam pequenas divergências há mais de 20 anos. Para Hoff (2008), Freeman foi o pioneiro em tal abordagem, sendo que em seu trabalho sobre governança corporativa acaba por definir *stakeholders* como os indivíduos ou organizações que afetam ou são afetados por objetivos e/ou problemas criando uma possibilidade infinita de atuação dos mesmos (HOFF, 2008). Já para Clarkson (1995), outro pioneiro, há uma distinção entre os *stakeholders* em voluntários e involuntários. Azevedo (2010) bem preleciona tal distinção, em suas palavras:

O *stakeholder* voluntário é aquele que incorre em algum risco, por ter investido em alguma forma de capital humano ou financeiro, em algum tipo de valor na firma. Os *stakeholders* involuntários são aqueles que estão sujeitos a riscos, resultante da ação das firmas. Percebe-se, nessa conceituação, um sentido da perda ou de um risco associado. [...] considerando como *stakeholders* pessoas ou grupos que tem ou reivindicam propriedade, direito ou interesse em uma corporação e/ou situação e em suas atividades passadas, presentes ou futuras. (AZEVEDO, 2010, p. 121)

A autora preleciona ainda que os *stakeholders* são os agentes da economia que influenciam na tomada de decisão das empresas de maneira a fazer com que esta se adeque aos novos moldes do mercado, assim de acordo com seu objetivo. A figura 4 esclarece através de um organograma a realidade da empresa que opera sob a influência dos *stakeholders* indicando quem são estes no ambiente organizacional:



Figura 4: Modelo de *stakeholders*
Fonte: Donald e Preston, 1995, p. 69.

Importante destacar que cada um dos agentes que influenciam na tomada de decisão das organizações possui um nível de contribuição, pois alguns determinam a tomada com maior relevância que outros, a depender da ordem de importância que a organização classifica (DONALDSON E PRESTON, 1995). A contribuição do trabalho de Donald e Preston para a teoria dos *stakeholders* é no sentido de destacar como será o possível

comportamento da organização a partir da análise daqueles agentes que influenciam a sua tomada de decisão.

Já esses agentes do desenvolvimento sustentável para Hoff (2008), também chamados de atores da sustentabilidade, são as instituições, organizações, indivíduos e sociedade sendo que será única e exclusivamente nas interações destes que o processo que almeja a sustentabilidade poderá ser alcançado. Assim sendo, vê-se que quando os *stakeholders* da cadeia passam a influenciar a tomada de decisão da empresa no sentido de que esta passe a implementar uma gestão ambiental pró sustentabilidade, essa, por sua vez, procederá de acordo com o grau de influência que os agentes possuem sobre ela.

No trabalho de Aguiar (2004), ficou claramente evidenciado que as organizações sustentáveis possuem dentro dos seus próprios valores organizacionais a sustentabilidade; estes valores estão nos alicerces da instituição; logo, a aceitação de mudança em suas práticas do dia-a-dia parece não ser tão resistente, principalmente quando comparadas à organizações que não possuem tais valores em suas premissas. O que se demonstra necessário nas organizações é um ajuste maleável entre as suas raízes, que devem ser fortes e profundas nos seus princípios e valores, e suas asas que estão em contato com o mercado volátil por natureza e voam de acordo com as tendências deste, (AGUIAR, 2004). É a adaptação do que a organização possui como valores ao que os *stakeholders* estão demandando, as asas das organizações precisam estar de acordo com o vento que aqueles agentes emanam.

O agronegócio, apesar de possuir um passado exploratório, tende a seguir o caminho natural que vários outros setores produtivos no Brasil estão seguindo, que é o do desenvolvimento sustentável, podendo assim, promover seu sistema de produção de forma mais ampla, adaptando-se às necessidades exigidas pelo mercado (MACHIAVELLI, 2009).

Pode-se dizer, portanto, que nas organizações que sempre cultivaram uma preocupação com o meio ambiente, que possuem um complexo de padrões de comportamento e que já tenham desenvolvido no processo de aprendizagem ações sustentáveis, as mudanças em prol do meio ambiente supracitadas já não são tão mais árduas.

O que se pode concluir até então é que tais atores possuem papel crucial na adoção de medidas pró meio ambiente, sendo estas medidas um processo de mudança que apesar de lento urge nas organizações. A certificação ambiental é um dos exemplos de saída na problemática de como desenvolver-se sustentavelmente, todavia, a padronização de procedimentos que dirimam o impacto nos recursos naturais por si só não é o suficiente para alcançar tal objetivo, mas certamente um dos meios a ser seguido.

2.2.2. Stakeholders da sustentabilidade na SAG da bovinocultura de corte

Segundo as pontuações de Azevedo *et al* (2014), Freeman (1984) explicou a maneira como as organizações se relacionam com o ambiente externo das mesmas, bem como os seus comportamentos. Pois bem, considerando que o ambiente externo aqui tratado discute a sustentabilidade, alguns *stakeholders* se sobrepõe a outros. Para a autora, até mesmo os fatores climáticos podem fazer parte do conjunto ao qual denominamos *stakeholders*, o que de fato faz, pois por ele novas estratégias estão sendo consolidadas no mercado a fim de impedir as mudanças ocorridas em razão da degradação da natureza (AZEVEDO *et al*, 2014).

As diferentes abordagens e caracterizações dos *stakeholders* definem a influência destes na firma. No agronegócio, assim como em outras cadeias, talvez os *stakeholders* diretos sejam os prontamente capazes de mudar as estratégias de uma organização, contudo, em se tratando de meio-ambiente e de sustentabilidade, os *stakeholders* indiretos e secundários parecem tomar esse lugar.

Por muito tempo o consumidor final era o cerne da atenção das firmas, sendo que o seu comportamento sempre foi estudado porque afinal influenciava diretamente as decisões das organizações, contudo outros atores que influenciam nessas tomadas de decisão estão sendo estudados. “Tornou-se visível que, quando inserir a teoria *stakeholders* nos modelos de CSA e *filiere*, eles começam a direcionar seus objetivos para uma gama de intervenientes, o que permite uma maior concentração de atores e agentes em detrimento dos consumidores” (AZEVEDO, *et al*, p. 752, 2014). Assim sendo, vale elencar esses agentes dentro da cadeia de acordo com o nível de influência dentro da cadeia, já que cada um dos atores possui um nível de contribuição, assim de acordo com a figura 5 que assim explicita:



Figura 5: Classificação dos *stakeholders* de acordo com a influência.
Fonte: Mitchell, Alge e Wood, 1997.

A sustentabilidade por ser um tema de interesse muito abrangente, onde diversos *stakeholders* discutem a sua importância, haja vista, o número de certificadoras existentes dentro das cadeias do agronegócio brasileiras, vem ganhando mais peso na tomada de decisão das organizações, bem como na estratégia destas. O que se vislumbra ainda são consumidores também em prol da sustentabilidade (WAACK, 2010). Portanto, os agentes pró sustentabilidade são os *stakeholders* legítimos (legitimidade), a natureza o demandante (urgência) e os consumidores os de poder sendo as certificadoras os *stakeholders* definitivos, pois tem a legitimidade da sustentabilidade em caráter de urgência, atendendo a demanda da indústria e varejo que seriam os *stakeholders* dormentes e que detem o poder de atuação pró sustentabilidade.

A consideração de que os *stakeholders* da sustentabilidade estão se posicionando mais enfaticamente no agronegócio é uma realidade hodierna, que vem tomando expressões mais significativas, motivo pelo qual mapear e identificar esses atores é questão de grande valia a fim de melhorar as discussões que promovem a defesa do meio ambiente (WAACK, 2010).

2.3. Desenvolvimento Sustentável

2.3.1. Desenvolvimento Sustentável: Origens e Conceitos

A necessidade de preservar o meio ambiente confere um título emergencial ao desenvolvimento sustentável. A prática de exploração predatória dos recursos naturais já não é mais tolerada e aceita como nos primórdios do crescimento econômico e da industrialização. Contudo, a dificuldade apresentada é justamente encontrar um equilíbrio entre o crescimento econômico e o desenvolvimento ambiental. A economia ecológica explica que há convergência entre estes, já que “o valor econômico total de um recurso ambiental compreende a soma dos valores de uso e do valor de existência do recurso ambiental” (MAY, LUSTOSA E VINHA 2003, p.7).

Certo é que a economia se vale dos recursos naturais para o seu crescimento, sendo que a mensuração de tais recursos é dada pela disponibilidade dos mesmos; uma vez escassos seu valor fatalmente se tornaria intangível, portanto, inúmeras discussões emergem na tentativa de otimizar seu uso. Assim, as discussões acerca da sustentabilidade pressupõem a existência de um equilíbrio entre economia e meio ambiente, também chamado de ambientalismo renovado; o conceito deste é prelecionado por Hoff (2008):

[...] dentro da construção deste novo paradigma, de ambientalismo renovado, centrado na sustentabilidade, um paradigma de busca a reduzir o desequilíbrio existente entre crescimento populacional, crescimento econômico, desenvolvimento, uso de recursos naturais e preservação do meio ambiente, que ocorre a discussão acerca da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável. (HOFF, 2008, p.58)

Conforme citado acima, nas discussões iniciadas em Estocolmo, assim como no relatório de Brundtland (1991), tal paradigma desde então é objeto de estudo dos pesquisadores e cientistas do tema, sendo apresentados diversos conceitos que buscam definir sustentabilidade. Ainda no mesmo trabalho, Hoff (2008) destaca que naquele relatório, princípios orientadores foram estabelecidos com o intuito de atender à necessidade de critérios e princípios comuns que ofereçam inspiração e guia para preservar e melhorar o meio ambiente para a humanidade. Nestes princípios já estão presentes elementos como desenvolvimento econômico, social e ambiental, como facetas de um mesmo processo.

Importante destacar que naquele encontro de 1972, o conceito de desenvolvimento sustentável foi definido como meio de “assegurar a satisfação das necessidades do presente, sem comprometer a habilidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1991, p.23); as questões que deste conceito emerge são: o que é necessidade do presente e como evitar o comprometimento futuro?

Certo é que tal processo visa a sustentabilidade, ou melhor, o desenvolvimento sustentável, sendo que a necessidade presente e comprometimento futuro estão calcados, justamente, no tripé do desenvolvimento sustentável, mundialmente conhecido como *triple botton line*, que consiste na base daquele desenvolvimento; o entendimento da relação entre cada pé é, por fim, a definição de desenvolvimento sustentável, cuja figura 6 é capaz de traçar cada uma das interações entre o tripé do desenvolvimento social, econômico e ambiental.

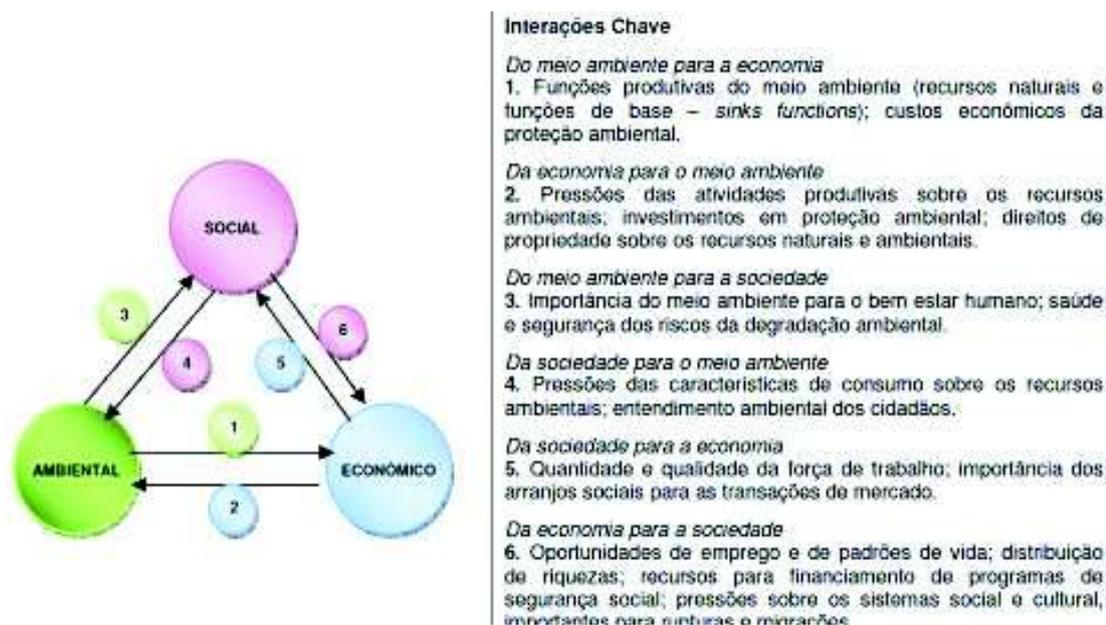


Figura 6: Algumas interações entre os fatores econômico, social e ambiental
Fonte: OECD *apud* Hoff (2001, p. 37).

Da análise dessas interações percebe-se que a teoria acerca da sustentabilidade pressupõe o desenvolvimento da sociedade, já que no ciclo de número 6 da figura 6 estão previstos padrões de vida e distribuição de riqueza, por exemplo, valores estes de cunho social.

Por outro lado, vê-se que para a economia, a produção de riqueza é uma busca incessante, sendo que na verdade a distribuição desta dentro de um país é o que define se há ou não desenvolvimento social. Contudo, a exploração ambiental desenfreada fez surgir uma atenção específica à degradação dos recursos naturais de tal forma que desenvolvimento ambiental hoje é o cerne da questão da sustentabilidade, assim de acordo com as premissas das certificações ambientais.

Na presente pesquisa, um dos exemplos mais concretos de sustentabilidade no cenário da bovinocultura de corte encontrado é o caso da produção de “carne orgânica”, no que diz respeito à criação e manejo. De acordo com Matias (2013) a pecuária extensiva do pantanal sul matogrossense, especificamente representada pela ABPO (Associação Brasileira de Pecuária Orgânica), vem implementando as práticas de desenvolvimento sustentável em sua cultura visando a responsabilidade socioambiental, com respeito ao meio ambiente e a viabilidade econômica, de maneira a preservar o bioma natural da região, com o intuito também de agregar valor à carne pantaneira, bem como desenvolver a comunidade local através da capacitação de seus colaboradores e familiares (MATIAS, 2013).

A gestão ambiental aplicada neste caso foi implementada através de um processo de certificação que padronizou os procedimentos adotados no manejo do gado, bem como aos insumos fornecidos que são orgânicos, assim como a medicação que é homeopática (MATIAS, 2013). Tal prática evidencia a adoção de mudanças no processo produtivo na cadeia da bovinocultura de corte na busca do desenvolvimento ambiental, social e econômico, tripé do desenvolvimento sustentável.

Outro critério que envolve a sustentabilidade é o do bem-estar animal, já que presente no meio ambiente, e mesmo definido como semovente pela Constituição Federal de 1988, o tratamento destinado aos animais de criação devem respeitar também as leis ambientais que estipulam multas de responsabilidade civil para aqueles que a inobservarem e mal tratem os animais que estão sob sua responsabilidade. Ferrarini e Baldo (2014), destacam que o bem-estar animal tem sido destaque nos debates do GTPS, pois há uma crescente conscientização por parte dos consumidores e produtores sobre as questões éticas que se insere no trato com os animais. Contudo, tal questão é muito delicada, visto que a própria OIE (Organização Mundial de Saúde Animal) trata o tema como complexo uma vez que envolve questões científicas, éticas, culturais e políticas, o que acaba dificultando um consenso geral e principalmente definições sobre o que é bem-estar (FERRARINI E BALDO, 2014).

Apesar desses fatores limitantes, a OIE arrola itens que deverão ser respeitados pelos criadores de animais, que devem garantir a eles: estar saudável, confortável, bem nutrido, seguro, se comportando naturalmente e não estar sofrendo com sensações desagradáveis como a dor, o medo e o estresse. Um bom estado de bem-estar animal exige a prevenção de doenças e o tratamento veterinário, abrigo adequado, um bom manejo, boa nutrição e adoção de técnicas para o abate humanitário (BROOM *apud* FERRARINI e BALDO, 2014). Certo é que estes itens arrolados como de bem-estar animal estão presentes quando se fala em sustentabilidade, principalmente na questão de certificados nos campos de concentração de animais para o consumo humano, pois está diretamente ligada a qualidade da carne. Um animal abatido dentro dos moldes de abate humanitário possui uma carne mais macia, com menos adrenalina e menos estresse (LUDTKE, 2012).



Figura 7: Fatores intercorrentes da qualidade da carne
 Fonte: Ludtke 2012, p. 103

Em se tratando de gestão ambiental e de bem-estar animal, estes são os moldes que os *stakeholders* preceituam como melhor eficácia para a tratativa de abate dos animais que traz um retorno em qualidade que os demais não trazem (LUDTKE, 2012).

Vê-se, portanto a amplitude do tema sustentabilidade que alcança não só a natureza e as matas virgens das florestas, mas a consideração de todos os indivíduos da flora e da fauna. Estas são as questões trazidas por Hardin (1968) no livro a Tragédia dos comuns onde o autor aborda o tema tentando discernir o que é bem comum e o que é bem privado. No livro é traçado um exemplo onde bois pastam em um pasto comum a todos, onde qualquer um pode usufruir daquela pastagem, porém os que possuem mais animais se valerão mais daquele espaço e na eventualidade de outrem quiser também usufruir depois restará prejudicado porque o primeiro a colocar seus animais em maior número não corroborou para o usufruto futuro do outro indivíduo (HARDIN, 1968). É a premissa da sustentabilidade, usufruir no presente em atenção ao uso futuro, já que toda a sociedade se vale, por exemplo do uso da água que deve ser protegida de poluentes, assim como a qualidade do ar etc.

Este é o cerne da questão sustentabilidade: usufruir dos recursos naturais que é comum a todos, e por não ser de propriedade de ninguém em específico, todos têm direitos, contudo os deveres de cada um ainda não foram explicitamente definidos. É público e notório que o oxigênio e a água são recursos naturais, cuja fonte é renovável, porém finita. Não respeitar esse limite traz consequências alarmantes, motivo pelo qual a promoção do desenvolvimento sustentável passa a ser vital para a sociedade, sendo necessário que esta se adeque ao novo *status quo* do planeta e para isso as organizações devem instaurar em suas rotinas de produção uma gestão ambiental coerente para com o desenvolvimento social, econômico e ambiental.

2.3.2. Do Estado como garantidor da sustentabilidade

Neste item da fundamentação teórica será apresentado conceito de meio ambiente no intuito de demonstrar que o Estado Brasileiro o preceitua na Constituição Federal de 1988 como *res publica*, ou seja, coisa pública (*ipsis litteris*) tratando assim de o proteger como tal. Como dito os recursos naturais são de direito de todos, contudo os deveres estão ainda sendo estabelecidos quando da promulgação de leis ambientais.

Importante esclarecer que o Estado intervencionista, que segue para conduzir ajustes de ordem social e econômico, também traça os direitos e deveres dos cidadãos para com o meio ambiente. Nesta ordem de importância, se faz necessário delinear quais são as medidas que a Administração Pública impõe para promover a sustentabilidade para a sociedade.

A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (2010) conceitua este em seu art. 3º, inciso I, meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas (BRASIL, 2010). Vê-se que conceitualmente, a lei não se limita à natureza fauna e flora, ampliando a todo um conjunto (organismo) indeterminado de interações.

No mesmo diploma legal, no art. 2º, I, tem-se que o meio ambiente é “um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo” (BRASIL, 2010). Ou seja, o meio ambiente é um bem público, um bem da sociedade que pode ser usado por esta e que deve ser protegido e assegurado em virtude de lei. Vale notar que não fora aqui especificado quem deve assegurar ou proteger, isto porque tais especificações são delimitadas em outras leis, resoluções e normativas.

Importante pontuar ainda que a Constituição Federal (CF) preceitua como direito fundamental a garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Há no teor de seu art. 225 a existência de um dever do Poder Público em adotar medidas administrativas para a proteção ambiental. Analisando tal norma como um princípio é possível ir além dos conflitos jurídicos para idealizar uma adequada aplicação dos preceitos constitucionais, permitindo uma interação entre as disposições da Constituição e a realidade, que no caso é a proteção ambiental, tanto por parte da Administração Pública, quanto por parte da sociedade, incluído as organizações principalmente as instituições de apoio.

Isto posto, insta relacionar os Direitos Fundamentais estabelecidos no título II da Carta Magna e o Meio Ambiente, título IV da mesma Carta, pois remetem ao direito à vida. Porém, o direito à vida não está limitado à mera existência, mas sim a uma existência digna,

sendo necessário para tanto (dentre outras necessidades), um meio ambiente saudável. Disto implica um manejo de políticas públicas nas mais diversas searas, principalmente, o da fiscalização, a fim de alcançar o referido ambiente digno que tenha o intuito de engendrar o bem-estar a todos.

Silva (2001) pondera ser o capítulo do meio ambiente um dos mais importantes e elaborados da Constituição de 1988, pois define o meio ambiente como um bem de responsabilidade do Estado, que visa assegurar a saúde e o bem-estar do cidadão brasileiro, para assim assegurar o direito fundamental à vida. Ou seja, o Estado explicita em sua Carta Magna que a natureza é um valor preponderante à vida, estando acima do direito de propriedade por exemplo, protegendo um bem maior que é a qualidade da vida humana.

O constituinte procurou tratar a preservação ao meio ambiente como princípio inerente à ordem social do país, vez que inserido neste título da Carta Magna: Da Ordem Social Título VIII, incidindo em preceito fundamental devendo, assim, ser adotado por todos os membros da sociedade. Neste sentido, Grau (2003) assevera que a Constituição é pontual quanto à exploração predatória dos recursos naturais, entendendo que o art. 225 é avançado neste sentido pois determina uma ordem sustentável, baseada no *triple botton line*:

O princípio da defesa do meio ambiente conforme a ordem econômica (mundo do ser), informando substancialmente os princípios da garantia do desenvolvimento e do pleno emprego. Além de objetivo, em si, é instrumento necessário - e indispensável - à realização do fim dessa ordem, o de assegurar a todos existência digna. Nutre também, ademais, os ditames da justiça social. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo - diz o art. 225, caput. [Grifo nosso] (GRAU, 2003, p. 3x?)

Assim, partindo da premissa que é do Estado a responsabilidade de garantir seus princípios constitucionais é seu o papel de intervir na economia para que esta se converta ao desígnio da proteção ambiental. Uma vez respeitada tal premissa, tem-se a garantia de que o desenvolvimento econômico se dará dentro da já supracitada sustentabilidade.

São princípios da supracitada proteção ambiental o Princípio do Desenvolvimento Sustentável, Princípio do Poluidor pagador, Princípio da Responsabilidade, o da Precaução e o da Prevenção. Eles são previstos como mecanismos de inserção de políticas públicas para preservação do meio ambiente.

No art. 170, inciso VI, está previsto ainda o princípio de defesa do meio ambiente, onde o *caput* do artigo dispõe que a ordem econômica assegura a existência digna através deste princípio. Vê-se, portanto que a defesa do meio ambiente em relação ao crescimento

econômico se dá através do desenvolvimento sustentável, podendo este ser entendido como o mais importante dos princípios, conquanto não exista esse tipo de ordem entre eles.

O que é buscado em verdade é a coexistência harmônica entre crescimento econômico, social e ambiental que é a sustentabilidade (BRUNDTLAND, 1997).

O não menos importante princípio do poluidor pagador, previsto no §3º do art.225, prevê sanções penais e administrativas aos infratores que lesionarem o meio ambiente, independentemente da obrigação de reparar os danos causados. Este princípio foi instituído com a finalidade de prevenir que empresas se utilizem de produtos e práticas nocivas ao meio ambiente, em detrimentos àquelas, que por vezes são mais onerosas, o que demonstra que o Estado de fato intervém objetivamente na preservação da natureza.

Crítica bem formada por Antunes (2005) ao discorrer sobre este princípio, aduzindo que o mercado possui, dentre outras, esta limitação, não sendo tão livre quanto suas estruturas teóricas prelecionavam, pois o princípio do poluidor pagador impõe novas regras na concorrência entre as empresas; em suas palavras: “Ora, se o custo da redução dos recursos naturais não for considerado no sistema de preços, o mercado não será capaz de refletir a escassez. Assim sendo, são necessárias políticas públicas capazes de eliminar a falha de mercado, de forma a assegurar que os preços dos produtos reflitam os custos ambientais” (ANTUNES,2005, p.39).

Por sua vez, o princípio da responsabilidade é também encontrado neste mesmo dispositivo, onde Antunes (2005) destaca o quê relevante deste princípio:

Um ponto que julgo mereça ser ressaltado é o fato de que a responsabilidade, no sistema jurídico brasileiro decorre da lei ou de contrato. A afirmação seria acaciana se, no caso concreto do Direito Ambiental, não existissem “responsabilidades” derivadas de atos administrativos emanados do Ministério do Meio Ambiente e de diversos outros órgãos ambientais. Um exemplo eloquente do que se fala é a chamada responsabilidade pós consumo, mediante a qual os produtores de determinados produtos (pilhas, baterias, por exemplo) são responsabilizados pelo descarte final. A matéria, em meu ponto de vista, é eminentemente legal e não meramente administrativa. A responsabilidade ambiental se divide em: (i) civil, (ii) administrativa e (iii) penal. (ANTUNES, 2005, p.39)

Temos então que tais princípios penalizam os responsáveis pelos seus atos infratores, tanto omissivos, quanto comissivos, à medida de sua responsabilidade, respondendo pelas atitudes que agridem o meio ambiente. Esta é, portanto, a intervenção que o Estado faz no que tange o desenvolvimento sustentável, sancionando leis que impelem as organizações a procederem de maneira a dirimir o impacto ambiental, engendrando a

necessidade das organizações em assumirem um papel mais responsável sobre suas atividades, o que por conseguinte exige a implementação de uma gestão ambiental eficaz.

2.3.3. Gestão Ambiental e seus princípios

Entende-se por gestão ambiental a congruência de políticas ambientais, que nada mais são do que um conjunto de princípios doutrinários, normas, regulamentações e leis emanadas pela Administração Pública sobre planejamento ambiental. Tal conjunto é norteado por um estudo prospectivo visando atender as políticas ambientais previamente estabelecidas, a um gerenciamento ambiental. Este gerenciamento por sua vez é definido como um conjunto de ações delimitadas à preservação e proteção dos recursos naturais (SEIFERT, 2010).

Essas medidas serão adotadas pela organização que passa a aderir em seu quadro de gestão um específico ao ambiental, assim como possuem a gestão de recursos humanos, gestão financeira e jurídica por exemplo. Mesmo as de menor expressão, aquelas que implementam com ênfase de um diferencial de mercado, demonstram êxito nesse quesito (JABBOUR *et al*, 2013). Todavia, o ideal não é que a gestão ambiental se limite à firma, pois sua eficácia será alcançada quando incluir atividades de abrangência externa, tais como a compra verde, logística reversa e gestão de produtos, o que estende o alcance da responsabilidade ambiental, fechando o ciclo de vida de uma mercadoria quando expandida a toda sua cadeia produtiva (VACHON E KLASSEN, 2008).

A destinação final dos produtos, como responsabilidade dos seus produtores está prevista na Lei 12.305 de 2010 que regula as regras de destinação de produtos descartados pelos produtores rurais, atribuindo seu retorno aos fabricantes. Nesse sistema, as embalagens dos produtos serão reaproveitadas através de uma destinação final correta. Dentre os produtos que deverão ser devolvidos obrigatoriamente aos fabricantes estão: as embalagens de agrotóxicos, pois quando indevidamente armazenadas, contaminam o solo o que acabam gerando desequilíbrio ambiental e agrícola; pilhas e baterias, vez que seus elementos como chumbo, cádmio, mercúrio contaminam o solo *ad eternum*; óleo lubrificante queimado usados para proteger madeiras, cochos, mourões e pneus, pois quando queimados intoxicam pessoas e animais (TAGUCHI, 2013).

A logística reversa vem angariando retorno considerável para as empresas que a aplicam; somente 20% de todas as embalagens que retornam à organização não são reaproveitadas o que diminui o seu custo e diminui o impacto dela no meio ambiente (GUARNIERI, 2011).

Neste sentido, o Governo Federal do Brasil também vem adotando medidas públicas de forma a descentralizar a responsabilidade da destinação dos resíduos sólidos. Scardua e Bursztyn (2003) pontuam ainda que a implementação da PNMA (Política Nacional para o Meio Ambiente) parece estar aquém do necessário para uma gestão ambiental exitosa e prática. Neste sentido os autores argumentam que “a capacidade institucional deverá ser objeto de ações específicas e contínuas, aliadas à maior participação social na tomada das decisões” (SCARDUA E BURNSZTYN, 2003, p.311). Vê-se, portanto, que é clara a a necessidade de implementação de uma gestão ambiental nas organizações, contudo, a sociedade deve também participar dessa instituição, para que se torne assim efetiva a própria ação em prol do meio ambiente.

Certo é que as organizações passaram a buscar um desenvolvimento cujo impacto nos recursos naturais seja dirimido, de maneira que para tanto há uma movimentação por parte da economia, em termos macro e micro, que objetiva a implementação do aludido sistema de gestão ambiental. Este por sua vez, depende de uma evolução tecnológica neste sentido; as empresas precisam instituir em suas gestões um quadro específico de pessoas gabaritadas à tanto. É necessário, portanto, incrementar a rotina com estudos, pesquisa e investimento por profissionais da área (BARBIERI, 2012).

Em termos macroeconômicos, os instrumentos de abrangência para tal gestão podem ser exemplificados com os tratados internacionais de proteção ao meio ambiente, implementação de políticas nacionais, leis regulatórias, dentre outras. Já em termos micro, o processo de licenciamento ambiental para operacionalização das empresas é um bom exemplo a ser dado.

Eyckmans e Kverndokk (2013) atribuem aos governos a limitação das licenças ambientais para a efetividade do desenvolvimento sustentável, já que outras preocupações são envolvidas no cerne da emissão de tais licenças, como a identidade da nação perante aos acordos internacionais, bem como aos votos angariados com essas medidas aparentemente protetivas.

Assim sendo, faz-se necessário analisar o *framework* das supracitadas implementações; Fryxell e Szeto (2002) apresentam um modelo de gestão ambiental que assim se organiza: política ambiental; processo de planejamento; implementação e operação; verificação e ação corretiva; e revisão administrativa (FRYXELL E SZETO, 2002).

De maneira análoga, a gestão ambiental é um modelo de gestão paralelo à gestão empresarial, pois se estrutura de maneira idêntica, partindo de um planejamento estratégico que atenda às políticas ambientais adotadas, seguindo pela operacionalização de tais políticas

e por fim por uma revisão das mesmas. A própria ABNT institui um organograma simples de implementação do que é um sistema de gestão ambiental, sendo visualizado na figura de número 8.

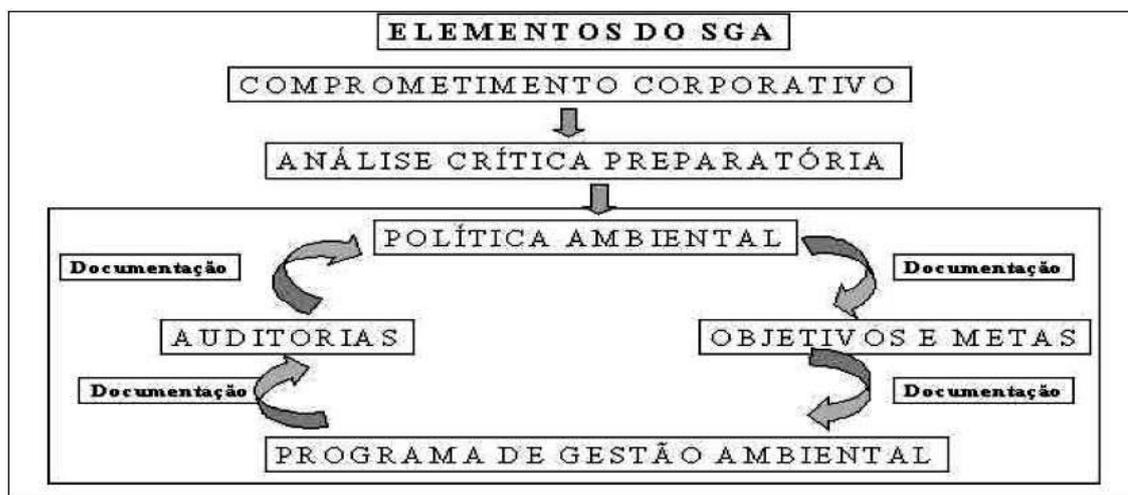


Figura 8: Elementos SGA;
Fonte: ABNT, 2004.

Vê-se que norteado pelas políticas públicas, um sistema de gestão ambiental deve apoiar as organizações no controle e na redução contínua de seus impactos ambientais, apoio esse que consiste basicamente na regulamentação de tais políticas, processos e protocolos de auditoria para operações que geram desperdício de materiais ou emissões de poluentes (MATTHEWS, 2003). O objetivo desse sistema é prover às empresas instrumentos que permitam reduzir os danos ao meio ambiente.

Os instrumentos econômicos de gestão ambiental são também instrumentos de abrangência micro e que, contudo, para sua efetiva implantação, devem estar associados a alguma forma de mediação exercida pelo poder público, ainda que não apresentem, na maioria dos casos, uma obrigatoriedade legal, mas sim estímulos de ordem financeira. Para a adesão a este tipo de instrumento o empreendedor está constantemente fazendo uma análise benefício/custo dos investimentos realizados em melhoria de seu desempenho ambiental (SEIFFERT, 2010, p. 94).

Importante frisar que estes instrumentos necessitam de parâmetros e instrumentos de comparação que disponibilizem as informações do que fora desenvolvido. A construção de indicadores de desenvolvimento sustentável no Brasil integra-se ao conjunto de esforços internacionais para concretização das ideias e princípios formulados na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em

1992, no que diz respeito à relação entre meio ambiente, sociedade, desenvolvimento e informações para a tomada de decisões (MARCOVITCH, 2012).

Tais indicadores servem de referência para a gestão ambiental, principalmente no que diz respeito à padronização dessas medidas. Além da introdução de novos indicadores, em sintonia com as questões contemporâneas sobre o tema, de modo a permitir a comparabilidade histórica dos dados, e originam-se de estudos e levantamentos do IBGE e de outras instituições. Fornecem informações sobre uso dos recursos naturais, qualidade ambiental, satisfação das necessidades humanas, qualidade de vida e justiça social, desempenho macroeconômico e financeiro, uso de energia, bem como sobre a capacidade e os esforços institucionais realizados com vistas às mudanças necessárias para a implementação do desenvolvimento sustentável.

Os indicadores podem ser apresentados sob a forma de tabelas, gráficos e mapas, precedidos de uma ficha contendo a descrição do indicador, a indicação das variáveis e fontes utilizadas em sua construção, a relevância para o desenvolvimento sustentável e análises pontuais. Valiosas para a compreensão dos temas relevantes para o desenvolvimento do País, permitem estabelecer comparações, conhecer a orientação e o ritmo de seus vários elementos, bem como fazer uma apreciação integrada de diferentes enfoques e dimensões, fundamental à adequada formulação e avaliação de políticas na perspectiva do desenvolvimento sustentável (IBGE, 2012).

Contudo, há de se ponderar que para que haja efetivação de tais medidas os custos de sua implantação deverá ser inserido, como de retorno a médio e longo prazo, pois é certo que a implementação tem um valor relativamente alto, sendo ela um investimento de retorno certo, porém, não imediato. Neste sentido, Hang e Chunguang (2015) destacam que “a gestão ambiental melhorará o desempenho financeiro das empresas, melhorando o resultado operacional e reduzindo o custo do produto para ambos os lados” (HANG e CHUNGUANG 2015, p.2). Vê-se que há um melhoramento, portanto, o retorno é garantido, isso na medida em que os desperdícios vão sendo minimizados.

À exemplo de mecanismos de gestão ambiental, a logística reversa de embalagens pode ser implementada nas organizações de maneira a diminuir o impacto ambiental ao reciclar a embalagens de seus produtos. Tal procedimento dá-se da seguinte forma: ao invés de serem descartados como lixo residual, as embalagens voltam à operação nas fábricas através da implementação dessa logística. A figura 9 ilustra o caminho sequencial da embalagem que sai da fábrica e circula no mercado dentre todos os consumidores (finais e intermediários) retornando posteriormente à indústria.

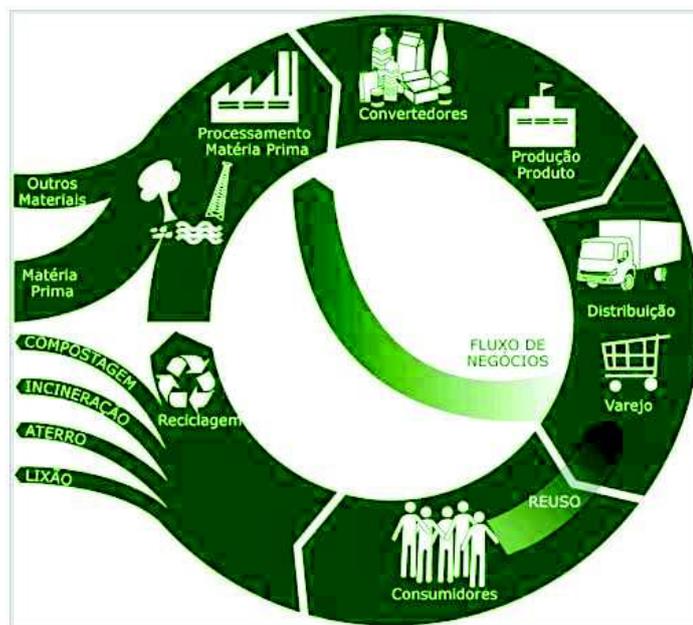


Figura 9: Ciclo da logística reversa;
Fonte: Quartim, 2010.

Esta logística exemplifica a atuação das organizações e a sua responsabilidade para com o meio ambiente. O Estado tem a responsabilidade, no cumprimento de manter a saúde pública, dar destino aos resíduos produzidos pela população. Esta por sua vez ao separar os lixos orgânicos dos recicláveis contribui de maneira a diminuir o ônus do Estado nessa tratativa. As empresas, por sua vez, podem contribuir também nessa destinação final ao recolher e reciclar o material cuja origem fora sua, fechando assim o ciclo reverso.

Essa logística reversa, assim como outros procedimentos estão previstos dentro do enfoque da sustentabilidade, principalmente em se tratando de certificação ambiental, já que esta adota os padrões a serem seguidos que otimizam a preservação do meio ambiente.

No trabalho de Singh, Brueckner e Padhy (2014) resta assegurado que a gestão ambiental implementada através de certificação ambiental tem como objetivo prover às organizações elementos de gestão ambiental eficaz que possam ser integrados a outros requisitos de gestão e auxiliá-las a alcançar seus objetivos ambientais e econômicos no controle do uso dos recursos naturais agregado às necessidades socioeconômicas da empresa. O objetivo geral das certificações é fazer o contrapeso entre a proteção ao meio ambiente e a prevenção de poluição com as necessidades sociais e econômicas. Muitas dessas condições podem ser abordadas ao mesmo tempo ou reavaliadas a qualquer momento (ABNT, 2004).

Entretanto, as melhorias da implantação da gestão ambiental nas organizações somente serão concebidas se atrelados a fatores como empenho da alta direção, gestão da mudança e controle dos aspectos externos, sociais e técnicos (SAMBASIVAN E FEI, 2008).

Quanto aos empecilhos para sua implantação, destacam-se a motivação para com os empregados, pois sem seu comprometimento, a implantação de forma correta pode não ocorrer, dentre outros motivos por falhas na comunicação, não havendo uma correta transmissão das informações e as distorções nas estruturas de poder (CHAN E WONG, 2006). Além do mais, empresas que possuem competências básicas de melhoria contínua podem ser mais regulares para repassar sua *expertise* e gerar situações que possam encorajar grandes compromissos com a gestão ambiental (DARNALL, 2003).

Neste norte é que se faz necessário atender aos requisitos do desenvolvimento sustentável a fim de que se possa alcançar o equilíbrio entre o meio ambiente e economia. A questão ambiental se transforma, então, não mais em uma maneira de estar legalizado ou seguindo o que é determinado para obtenção do aval de funcionamento, mas como fator de competitividade, obtenção de mercado e sustentação, em médio e longo prazo, do que é produzido.

Essa forma de expectativa na produção, mais do que conseguir resultados em termos ambientais, é uma gestão que diminui principalmente desperdícios de recursos e, em termos gerais, reduz custos, amenizando o conflito entre economia e ecologia, ou seja, o mito de que uma organização que se preocupa e possui uma gestão ambientalmente responsável é conflitante com o aspecto econômico e seus resultados. Vê-se que os paradigmas estão sendo quebrados na medida em que a implantação de uma visão mais sistêmica da preservação ambiental é aderida na rotina pelos empreendedores que passam a considerar mais a gestão ecocêntrica do que antropocêntrica, seja por exigência legal seja por necessidade de adaptação ao mercado.

Shrivastava (1995) apresenta os sistemas de gestão que caracterizou entre gestão antropocêntrica tradicional e ecocêntrica conforme disponibilizado em suas conceituações. A tabela 1 esquematiza essa visão:

	GESTÃO TRADICIONAL	GESTÃO ECOCÊNTRICA
METAS	Crescimento econômico e lucros	Sustentabilidade e qualidade de vida
	Riqueza dos <i>stakeholders</i>	Bem-estar dos <i>stakeholders</i>
VALORES	Antropocêntrico	Biocêntrico ou Ecocêntrico
	Racionalidade e conhecimento geral	Intuição e entendimento
	Valores patriarcais	Valores feministas-pós patriarcais
PRODUTOS	Desenhados para função, estilo e preço	Desenhados para o meio ambiente
	Esbanjador de embalagens	Amigo do meio-ambiente
	Intensivo em recursos e energia	Baixo uso de recursos e energia

SISTEMAS DE PRODUÇÃO	Eficiência técnica	Eficiência ambiental
ORGANIZAÇÃO	Estrutura hierárquica	Estrutura não hierárquica
	Decisões de cima para baixo	Decisões participativas
	Autoridade centralizada	Autoridade descentralizada
	Alta diferença de renda	Baixa diferença de renda
MEIO AMBIENTE	Dominação sobre a natureza	Harmonia com a natureza
	Gestão do meio ambiente como um recurso	Recursos considerados como rigorosamente finitos
	Poluição e resíduos são externalidades	Gestão e eliminação da poluição e de resíduos
FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS	Objetivos de marketing para aumentar o consumo	Marketing para educação do consumidor
	Objetivos financeiros para a maximização dos lucros no curto prazo	Objetivos financeiros para crescimento sustentável no longo prazo
	Contabilidade focada em custos convencionais	Contabilidade focada em custos ambientais
	Objetivos na gestão de recursos humanos para aumentar a produtividade do trabalho	Objetivos da gestão de recursos humanos para segurança e saúde no trabalho

Tabela 1: Gestão tradicional *versus* Gestão ecocêntrica

Fonte: Autora adaptado de Shrivastava (1995, p.131)

Shrivastava (1995) propõe um paradigma alternativo para a gestão tradicional. Percebe-se que a organização para aproximar-se da proposta da sustentabilidade precisa ter esta visão incluída em suas práticas, bem como nas demais áreas e funções administrativas, incluindo os elos anteriores e posteriores da cadeia de onde se encontra a organização. Resta evidenciado que o paradigma a ser debatido é o homem como centro da economia, passando a centralizar o foco no ecossistema, onde o homem faz parte. Contudo, a ideia do antropocentrismo ainda está intrínseca ao desenvolvimento econômico. Ainda quando se suscita a cooperação, esta limita-se entre os homens e empresas, sendo que para alcançar o sustentável deve-se considerar o ecossistema com um todo (SHRIVASTAVA, 1995).

Como arrolado, são várias as questões a serem trabalhadas para alcançar uma gestão menos antropocêntrica e mais ecológica. Os princípios da sustentabilidade na gestão ambiental visam adequar essas adaptações, já que é uma realidade dentro dos mercados de países mais desenvolvidos. Contudo, a mudança só surge quando da necessidade e é instituída pelos líderes de cada setor. Este é o papel fundamental de tais *stakeholders*, neste sentido Zylbersztajn (2011):

Parto do princípio de que o desafio dos sistemas produtivos é criar mecanismos de cooperação para gerar valor e para dividir o valor gerado entre os agentes que cooperaram para produzir. Tal princípio deveria ser mais bem discutido entre as lideranças setoriais dos agronegócios. Se desejarmos um posicionamento estratégico nos mercados internacionais,

temos de virar a página do imobilismo estratégico, que foi típico da fase exportadora de *commodities*, na direção da pró atividade que é a tônica dos mercados atuais (ZYLBERSZTAYN, 2011, p. 50)

Assim sendo, vê-se que a discussão entre os agentes produtivos de lideranças setoriais estratégicas pode ser a saída para as problemáticas apontadas. Um meio termo ainda precisa ser alcançado, onde não seja nem tão distante de uma visão ecocêntrica, nem tão próxima da antropocentrismo. Os *stakeholders* ao estabelecerem as metas de uma gestão ambiental eficaz já o fazem, resta a inserção dessas medidas protetivas em larga escala. O agronegócio por estar diretamente ligado aos recursos naturais insere em suas cadeias certificações ambientais que atestam a adoção de medidas protetivas à natureza.

O processo de certificação ambiental das organizações parece ser uma das saídas para chegar o mais próximo possível dos fins arrolados pela gestão ecocêntrica. A padronização de procedimentos ecologicamente corretos acaba por inserir na rotina dos colaboradores o respeito ao meio ambiente. Contudo, como dito, o alcance deve ser em larga escala até que a sociedade assim se comporte.

2.4. Do Processo de Certificação

2.4.1. Origens e Conceito

Do contexto até agora apresentado, cabe definir o que é especificamente certificação, para tanto se faz necessário entender o processo das certificações que nada mais é do que a adoção de procedimentos internos que estejam dentro de um padrão previamente determinado, assim de acordo com Tachizawa e Andrade (2008) que exemplificam esta ocorrência com a ISO 9000 dentro da gestão de qualidade de serviços e produtos, bem como a ISO 14000, na gestão ambiental.

Tachizawa e Andrade (2008) afirmam ainda que o processo de certificação de qualidade surgiu nas empresas estadunidenses no final da década de 1980, cujo enfoque deveria ser dado no processo produtivo, nas relações com a comunidade, bem como nas com os empregados, diferentemente da origem apresentada por Waack *et al* (2010), que assevera que o surgimento das certificações ocorrera na Alemanha em razão da baixa credibilidade de seus produtos no mercado internacional depois da segunda guerra mundial quando então estava consolidando seus produtos no mercado externo depois de 1960.

A ISO (International Organization for Standardization) – certificadora de maior notoriedade, por sua vez, foi fundada em Genebra na Suíça em 1946, com o mesmo propósito de desenvolver normas e padrões que pudessem ser utilizados por todos os países do mundo (ISO, 2012). Inobstante a origem exata do processo de certificação, certo é que esta surgiu por uma necessidade do mercado mundial de padronizar peças e procedimentos a fim de facilitar o comércio que se tornara cada vez mais globalizado

Quanto ao processo de certificação, insta asseverar que o mesmo é realizado por uma certificadora, que por sua vez atua nos moldes de sua respectiva acreditadora, sendo a certificadora a empresa que emite o certificado e a acreditadora que elenca os requisitos a serem averiguados no processo de certificação. O INMETRO conceitua acreditação como: “É o reconhecimento formal, concedido por um organismo autorizado, de que uma entidade tem competência técnica para realizar serviços específicos. O organismo de Acreditação do SBC (Selo Brasileiro de Certificação) é o Inmetro, cabendo às entidades por ele credenciadas a condução das atividades de certificação de conformidade e de treinamento de pessoas” (INMETRO, 2012, p. 1).

A certificação é conceitualmente tida como um documento emitido por uma organização certificadora credenciada pela Coordenação Geral de Acreditação, podendo esta ser internacional ou não. Um exemplo de acreditadora internacional é a Global G.A.P.. No caso das certificadoras nacionais, uma de suas acreditadoras no Brasil é o Inmetro. As regras do sistema de certificação dessas acreditadoras atestam a qualidade de um sistema, processo, produto ou serviço: “o documento é emitido com base em normas elaboradas por entidades reconhecidas no âmbito Sinmetro ou com base em regulamentos técnicos emitidos por órgãos regulamentadores oficiais” (INMETRO, 2012); no caso as acreditadoras internacionais.

Conforme Waack *et al* (2010), a certificação ambiental busca um código de conduta que respeite o meio ambiente composto primordialmente pelos trabalhadores, produtores e familiares. A coordenação daquele código pode ou não ser realizado pelo Governo, já que as instituições nacionais e internacionais vêm cumprindo esse papel, onde uma empresa dominante ou mecanismos de organização acordamente os envolvidos e passam a coordenar tal código. Contudo, Voltolini (2012) acrescenta que das mais de quatrocentas certificadoras existentes, pouquíssimas são conhecidas pelo consumidor final. Foram destacadas na figura 10, algumas logos internacionais com notoriedade entre o seu respectivo público, que assim é identificado por saber e conhecer mais sobre os produtos selados.



Figura 10: Selos Verdes Internacionais;
Fonte: Autora adaptado de Voltolini (2010).

1. Ecomark - Japonesa; 2. Eco-logo – de onde?; 3. Blue Angel - Alemã; 4. Green Seal – Norte Americana; 5. Ecolabel – União Européia.

O que se constata é que o alcance da certificação depende da informação que chega ao público, dependendo inclusive das próprias empresas que optam por assim esclarecer aos seus clientes. O alcance é relativo de acordo com a cultura do país, de seus valores, tradição, e também no que diz respeito das organizações que implementam tal sistema de padronização (AIDOO E FROMM, 2015; JANSSEN E HAMM, 2013).

2.4.2. Características das certificações

As certificações podem se diferenciar quanto ao agente regulamentador e coordenador, bem como quanto ao objeto. Naquela, o processo de obtenção do certificado pode ocorrer através da autocertificação, pode ser desenvolvido por associações empresariais como ABIC e BSCA, que são certificadoras internas das próprias associações cafeeiras, ou ainda envolver padrões socioambientais criados em conjunto com demais atores participantes, no caso seus *stakeholders*, sempre auditados por uma organização externa totalmente independente e/ou por mecanismos de organização acertada entre os envolvidos à exemplo da FSC e Rainforest Alliance Certified (WAACK *et al*, 2010).

No que tange o objeto das certificações, elas podem ser de processo ou de produtos. O sistema ISO de certificação certifica os processos de gestão, desde qualidade 9.001, ambiental 14.001, até a segurança alimentar 22.000. O exemplo mais antigo de certificação de produto é de uma vinícola da região Norte de Portugal, Douro, datada do ano de 1.756. (WAACK *et al*, 2010)

Quanto a classificação das certificações, existe ainda a certificação *multistakeholder*, quando vários atores do sistema estão envolvidos na operação. Este tipo de certificação originou-se em razão dos impactos socioambientais de produtos oriundos de países em desenvolvimento, movimento de consumidores europeus e norte-americanos ambientalistas perceberam que o boicote àqueles não seria o suficiente para diminuir a degradação, motivo pelo qual, após a Agenda 21 da Eco92, alternativas viáveis aos modelos existentes foram discutidas até estabelecerem os padrões mínimos exigidos para certificação. (WAACK *et al* , 2010)

Alguns desses mesmos *stakeholders* formaram o CERES (Coalizão das Economias Ambientalmente Responsáveis) que por sua vez engendraram o GRI (Global Reporting Initiative) que é um relatório que contém a materialidade, a inclusão dos *stakeholders* e o contexto da sustentabilidade. A ISEAL (Aliança Internacional para a Acreditação e Certificação Social e Ambiental) é outro exemplo *multistakeholders* de acreditadora composta pelas principais organizações que determinam os padrões de conformidade focada nos assuntos socioambientais.

MEMBROS DA ISEAL	
Titulares	FLO (Fairtrade Labelling Organization)
	FSC (Forest Stewardship Council)
	IFOAM (International Federation of Organic Agriculture Movement)
	MAC (Marine Aquarium Council)
	MSC (Marine Stewardship Council)
	Rainforest Alliance
	SAI (Social Accountability International)
Associados	IATP (Institute for Agriculture and Trade Policy)
	CRS (Center for Resource Solutions)
Afiliados	Chemonics International
	Global Ecollabeling Network
	Pacific Institute
	Oneworldstandards
	Agroeco

Tabela 2: Membros da ISEAL

Fonte: Autora adaptado com base em Waack *et al* , 2010.

Cumpra esclarecer que inobstante as variações nos processos de certificação dada as diferentes certificadoras existentes, todas elas possuem um padrão na metodologia de obtenção do seu respectivo selo. Há ainda outras organizações que prestam o serviço de consultoria para esclarecimento do processo de aquisição, ou seja, uma empresa instrui a organização que pretende obter o selo de determinada certificadora de como são os padrões e requisitos exigidos para obtenção do certificado. Desse modo, quando a certificadora audita a organização pela primeira vez, esta já promoveu os ajustes principais para conseguir o selo, sendo então necessário somente alguns ajustes.

2.4.3. Certificados Brasileiros

Importante destacar que segundo o INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial) (2015), órgão responsável pela gestão das políticas nacionais de metrologia e qualidade, há no país 127 empresas com tais certificações já validadas aqui no país. A figura 11 identifica algumas das principais certificadoras no Brasil.



Figura 11: Selos de certificação no Brasil
Fonte: Adaptado de Voltolini (ANO)

1. **IBD**: Associação de Certificação Instituto Biodinâmico – organização nacional creditada pelas mais importantes certificadoras internacionais; 2. **PROCEL**: selo emitido pelo governo através do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, que quantifica o consumo energético dos aparelhos testados; 3. **ABNT**: também emitido pelo governo, é um selo que garante que o produto se enquadra nas normas técnicas especificadas pela associação; 4. **IMAFLORA**: Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – associação civil sem fins lucrativos, emite certificados de produção orgânica, dentre outros selos.

Sobre os selos emitidos no país importante destacar o Procel, uma vez que este surgiu quando da crise energética de 2001 e 2002, exigindo um racionamento de energia. Para tanto, uma das políticas adotadas pelo Governo foi a emissão do selo Procel que teve por objetivo identificar o quanto o aparelho eletrônico selado consome de energia, evidenciando que a campanha de conscientização foi promulgada pela própria Administração Pública.

No trabalho de Fikru (2014) resta evidente que as empresas passam por pressões internas e externas para se certificarem, externa por parte do mercado e interna por parte dos próprios funcionários que reivindicam melhores condições de trabalho, por exemplo, demonstrando que o alcance da certificação é sustentável, pois não se limita ao ambiental abarcando o social e econômico também.

Já no que diz ao econômico, a contribuição de tal processo pode ser analisada por várias perspectivas. Husted *et al* (2014) procuraram demonstrar que a “disposição em pagar pelo prêmio”, nomenclatura conhecida como *willingness to pay the price (WTP)*, e que neste caso o prêmio seria a certificação ambiental, é uma questão muito relevante quando a empresa procura certifica-se, porém não há ainda na literatura de hoje estudos comparativos de atitudes ambientais, que no caso seria a opção por produtos verdes e a WTP (HUSTED *et al*, 2014).

Outra questão acerca das certificações não menos importante que as discutidas até agora é a governamental. Deve ser observada a diferenciação entre as certificações públicas e as privadas, já que aquelas emanam da Administração desde a publicação de leis à regulamentos que protegem o meio ambiente e essas são instituídas facultativamente pela própria empresa (JANSSEM, 2014). Ainda sobre a diferenciação, dentre as empresas privadas há de se destacar que nem todas possuem recursos para buscar o processo certificador, neste sentido lê-se no trabalho de Pinto *et al* (2014): “No entanto, os pequenos produtores que participam na certificação em grupo são aqueles com alta produtividade, o que sugere que os produtores mais marginalizados ainda são incapazes de acessar o sistema de certificação” (PINTO *et al*, 2014, p. 59). A certificação de garantia de sanidade animal por exemplo é pública e compulsória, já a certificação de garantia de origem por questões ambientais é privada e facultativa às organizações que vai além do que exigido em lei pelo Governo.

É justamente neste contexto que a gestão ambiental deve atender aos princípios norteadores emanados pelo poder público; logo, este enfoque nada mais é do que um atendimento formal a tais exigências, principalmente no que diz respeito à transparência do balanço social da empresa e sua responsabilidade socioambiental.

Partindo do princípio de que as certificações padronizam o processo produtivo para garantir a qualidade deste, definindo os atributos do produto, pode-se concluir que as

mesmas, uma vez emanadas, conferem uma credibilidade muito maior às empresas certificadas dentro do mercado, se comparadas com as isentas de certificação.

Os benefícios buscados são expostos pela ISO: “muitas empresas têm melhorado suas operações e reduzido o impacto de suas atividades, processos, produtos e serviços sobre o meio ambiente através de uma abordagem sistemática, que busca a melhoria contínua” (INMETRO, 2015). Sobre essa garantia Waack *et al* (2010); “As tendências e exigências dos consumidores globalizados, informados à velocidade da luz, necessitam de respostas na forma de garantias, pois eles não têm acesso direto aos processos de produção. Esboçam-se no Brasil várias iniciativas que poderão dar aos consumidores locais e do mundo esse tipo de resposta” (WAACK *et al*, 2010, p.12).

Vê-se que a certificação aufere garantia ao produto, ao comprar um produto certificado o consumidor se tranquiliza em relação à qualidade, pois sabe que o selo confere tal credibilidade. Este é o retorno do produtor que investiu na certificação, o custo geralmente alto para adquirir o selo é repassado ao longo da cadeia, porém, como já dito, o consumidor é diferenciado e paga por esse “prêmio” no produto certificado.

Waack *et al* (2010) nos conta a história dos produtos alemães e japoneses que em razão da segunda guerra estavam totalmente sem crédito no mercado obrigando as organizações a passarem por rigorosos testes e altos investimentos tecnológicos conferindo após 25 anos, e um esforço tamanho de gerações, o resgate da credibilidade de suas produções. Esse trabalho ensejou no alto padrão de vida que a população da Alemanha e Japão desfruta hoje em dia, contudo, o preço pago por aqueles homens e mulheres do pós guerra foi caro: tempo, força de trabalho, recursos financeiros e boa vontade para as gerações futuras. O fruto desse investimento é a certeza de qualidade, diferentemente do que possa parecer, as certificações não vieram por incentivo político do governo, mas sim das empresas privadas que precisavam demonstrar o seu diferencial no mercado externo onde buscavam credibilidade, ou seja, veio através de motivações econômicas (WAACK *et al*, 2010).

O tripé do desenvolvimento sustentável está calcado nas empresas mais fortemente no que diz respeito ao desenvolvimento econômico, obviamente em razão destas organizações visarem o lucro. Fazer com que a sustentabilidade não se desequilibre neste tripé, faz-se necessário fortalecer os seus três pilares. Contudo, o cenário econômico ainda necessita de instituições mais fortes no que diz respeito ao cumprimento dos contratos (ZYLBERSZTAJN, 2011).

A certificação surge como um novo direito de propriedade dentro das relações comerciais nos sistemas agroindustriais. Assim sendo, é imprescindível que as instituições estejam fortalecidas, para diminuir os custos de transação arcados pela sociedade.

O desenvolvimento econômico é decorrência natural da redução dos custos de transação na sociedade. E fruto do aperfeiçoamento institucional para o qual contribuem tanto formais relevantes, como o Estado, que detém o papel de monopolista do uso da força. Direitos de propriedade definidos e protegidos sinalizam para os agentes econômicos a existência de condições para sobreviver. Sem essas regras claras, os agentes se viram como podem seja o camelô que atua à sombra da formalidade, seja o pequeno acionista que escondia dos balanços, seja o agricultor que espera a reintegração de posse da sua propriedade invadida (ZYLBERSZTAJN, 2011, p. 68).

Como um contrato, a certificação assegura esses direitos aos demais agentes da cadeia, uma vez que dá a garantia de não ter problemas legais de propriedade, cumprimento da legislação ambiental, tampouco trabalhista, pois é pré-requisito estar de acordo com essas obrigatoriedades.

O que se nota é que os empresários já percebem uma certa mudança no mercado, mas ainda não se vislumbra uma necessidade concreta de busca imediata pela certificação, processo esse que ainda caminha a poucos passos. Contudo, a preocupação com a sustentabilidade do processo de produção já é uma realidade, sendo este um dos principais assuntos dos seus *stakeholders*, cuja implementação da gestão ambiental acaba por ser o nó Górdio da cadeia (LOBATO *et al*; 2014).

Em alguns trabalhos analisados encontra-se a mesma percepção de que há uma discussão e um movimento surgindo dentro da cadeia da bovinocultura, mas os produtores da mesma ainda relutam uma aplicação efetiva em prol do meio ambiente por não vislumbrar um retorno financeiro já que os frigoríficos, por exemplo, não pagam um prêmio pelo diferencial de uma carne sustentável (LIMA-FILHO E QUEVEDO-SILVA, 2014).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No capítulo anterior fora apresentada a base referencial através de uma fundamentação teórica que contextualizou o problema inicialmente proposto nesta pesquisa, qual seja: quais são as certificações ambientais na SAG da bovinocultura de corte pró sustentabilidade emitidas por influência dos seus respectivos *stakeholders*?

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa científica. A escolha desses procedimentos metodológicos ocorreu devido ao objetivo da pesquisa, bem como ao objeto estudado.

3.1. Pressupostos da Pesquisa

Considerando a abrangência da pesquisa e a complexidade do tema, optou-se por apresentar as características principais que envolvem a abordagem de desenvolvimento sustentável, sistemas agroindustriais, *stakeholders* e certificação ambiental na bovinocultura de corte.

Para isso definiu-se que o objetivo geral desta pesquisa é o de analisar os processos de certificação ambiental no contexto da SAG da bovinocultura de corte pró sustentabilidade. Atribuiu-se para esta pesquisa questões norteadoras que auxiliaram na delimitação da problemática, quais sejam: quais são os elos da SAG da bovinocultura de corte que possuem certificados ambientais? Como e por quê as organizações optaram por esta certificação? Quem são os *stakeholders* pró certificação? Como o processo de certificação contribui para com a sustentabilidade da SAG?

3.2. Delineamento da pesquisa e categorias de análise

Para definição da problemática, considerou-se a identificação de uma oportunidade em um tema de relevância conceitual para a Administração e com grande potencial de aplicação para a prática de Gestão do Agronegócio, ao entender como as práticas de uma gestão sustentável na bovinocultura de corte podem ser viáveis, por meio da certificação.

3.3. Da Natureza da Pesquisa

A metodologia que foi aplicada nesta pesquisa encontra-se no âmbito das abordagens qualitativas, vez que o objetivo final buscou verificar o contexto onde o fenômeno da padronização se insere a partir da relação objeto (certificações) e sujeito (mercado), e como por ele é interpretado (CRESWELL, 2007). Para Richardson (2009), as pesquisas que se utilizam de uma metodologia qualitativa visam descrever a complexidade de um determinado problema, analisando a interação de determinadas variáveis, a fim de compreender e classificar os processos dinâmicos recorrentes, motivo pelo qual ambas abordagens se enquadram no contexto em esboço já que se busca analisar o cenário das certificações ambientais na SAG da bovinocultura no país.

A pesquisa possui um caráter exploratório, já que não se sabe muito sobre a certificação dentro da SAG da pecuária de corte, sendo necessário esse tipo de análise quando o fenômeno observado não é suficientemente conhecido (COLLINS E HUSSEN, 2005). Para tanto, foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturado aplicado nos principais elos da cadeia, quais sejam: o produtor rural e a agroindústria (anexo A e B); e ainda, um terceiro roteiro, também semiestruturado, aplicado na entrevista realizada junto à organização certificadora do produtor rural certificado (anexo C).

A base teórica fora obtida via pesquisa bibliográfica acerca do desenvolvimento sustentável, gestão e certificação ambiental, *stakeholder* e SAG através da consulta em livros, periódicos disponíveis nos bancos de dados da *internet*. Não obstante, constituem como dados também utilizados, os de fonte documentais disponibilizados na mesma rede, além dos artigos correlatos e discriminados no referencial teórico deste.

No processo de coleta de dados utilizou-se as supracitadas entrevistas semiestruturadas, vez que através destas, segundo Yin (2005), pode ser visualizada uma maior interação entre o pesquisador e o entrevistado, permitindo discutir-se outros assuntos pertinentes ao tema, mas não limitado no que estava previamente estipulado no roteiro da entrevista. De fato, uma margem de abertura dada ao entrevistado para que o mesmo pudesse ter a liberdade de levantar questões que achasse pertinente acaba por instruir e enriquecer a pesquisa, elucidando pontos não antes aventados.

Uma vez obtidos os dados necessários através da revisão teórica e das entrevistas semiestruturadas, iniciaram-se as análises comparativas sobre o processo de certificação ambiental existente dentro da SAG da bovinocultura de corte.

3.4. Procedimento de coleta de dados

3.4.1 Estratégia de pesquisa

Considerando o caráter exploratório da pesquisa, o estudo de caso é o procedimento justificável (TRIPODI *et al.*, 1975), já que foram realizadas as entrevistas nas empresas certificadas, bem como na empresa certificadora, para assim analisar o contexto em que se inserem as certificações ambientais na SAG da bovinocultura de corte no Brasil.

Importante destacar que o estudo de caso é um método de pesquisa que procura responder questões do tipo “como” e “por quê” sendo esta uma estratégia adequada na busca de entendimentos dos processos ligados a determinado aspecto (YIN, 2010), o que neste presente caso é o de compreender o processo de certificação pró sustentabilidade na supracitada SAG. Este caráter exploratório permite “buscar maior familiaridade com o problema, [...] e o aprimoramento de ideias[...]” (GIL, 2002, p.41).

3.5. Desenho e etapas da pesquisa

Dada a dimensão e amplitude da pesquisa, foi necessário traçar uma visão holística de todo o sistema estudado, desde a análise e seleção dos elos a serem pesquisados de toda a SAG da bovinocultura de corte, bem como quais certificadoras poderiam contribuir para entendimento da sustentabilidade neste sistema.

Assim sendo, a pesquisa passou por diferentes etapas: I- fundamentação teórica; II- desenvolvimento e operacionalização da pesquisa de campo; III – análise dos resultados e conclusões.

Para a primeira etapa o estudo exploratório bibliográfico foi realizado sistematicamente acerca das teorias dos *stakeholders*, SAG, do desenvolvimento sustentável e da certificação ambiental a fim de fundamentar a base teórica.

Já para o desenvolvimento e operacionalização, em um primeiro momento foi realizada uma pesquisa nos sítios virtuais das certificadoras a fim de identificar os clientes dentro da SAG pesquisada que já estavam certificados; em um segundo momento foi realizado contatos telefônicos para que se pudesse averiguar a possibilidade de entrevistas com os auditores dos certificados, sendo nessas entrevistas aplicado um roteiro semiestruturado para identificação dos procedimentos inferidos para emissão do selo verde

nos elos da SAG da bovinocultura de corte, bem como das demais cadeias do agronegócio aleatoriamente.

Uma vez concluídas as supracitadas etapas e colhido o material suficiente para analisar o contexto das certificações ambientais na SAG da bovinocultura de corte, passou-se então à análise do mesmo, sendo por fim, apresentado o resultado e discussões do que angariado. Vide esquema do quadro 1:



Quadro 1: Fases esquematizadas da pesquisa;
Fonte: Dados da Pesquisa

Através da triangulação dos dados foi possível corroborar as estratégias que as organizações aplicaram na introdução do processo de certificação pró sustentabilidade junto à teoria. Por conseguinte, as considerações finais foram traçadas com essa dinâmica: perspectiva futura das estratégias existentes para demais pesquisas.

3.6. Seleção do estudo de caso

Para poder realizar a análise do processo de certificação ambiental fez-se necessário, primordialmente, analisar quais as certificadoras do Brasil que certificam a SAG da bovinocultura, para então identificar e caracterizar os certificados e o processo de obtenção dos mesmos. Em uma prévia análise através dos sítios virtuais de quatro certificadoras, quais sejam, ISO, IBD, Ecocert e Imaflora foi possível visualizar certificados emitidos em diversas empresas, sendo a maior parte pelo IBD e em fazendas de pecuária leiteira e não de corte. A tabela 1 identifica as fazendas arroladas no site.

Cliente do IBD	Produtos
1. Empório da Papinha produtos alimentícios	Refeições prontas congeladas
2. Navi Carnes - Indústria e Comércio Ltda - ME	Carnes resfriadas e congeladas; com e sem osso
3. JBS S.A.	Carnes
4. JBS S.A.	Carnes
5. Organic Baby Indústria e comércio de Alimentos	Refeições prontas congeladas
6. Arthur Peixoto Neto (Fazenda Alegria)	Bovinos de leite
7. Cláudio Carneiro Pinto (Sítio Grota São Pedro)	Doce de leite, Leite e frutas
8. Faculdades Associadas de Uberaba	Leite integral pasteurizado, iogurte
9. Fazenda da Toca Ltda	Iogurtes, creme de leite e queijos
10. Fazenda Engenho de Serra	Bovinos de leite e leite
11. Fazenda Engenho de Serra II	Bovinos de leite e leite
12. Fazenda Geribá	Bovinos de leite e leite
13. Fazenda Natureza	Bovinos de leite
14. Fazenda Nova	Bovinos de leite
15. Fazenda Timbaúba Alimentos Orgânicos Ltda	Bovinos de leite e derivados
16. Itabaí produtos naturais	Picolé ao Leite e sorvetes
17. Mico Agropecuária Ltda - Fazenda Tamanduá	Bovinos de leite e queijo
18. Nilson José Saldanha (Sítio Recanto)	Bovinos de leite e queijo
19. Paulo Pereira (Sítio Estância Paraíso)	Bovinos de leite
20. Riroma Agropecuária Ltda	Leite

Tabela 3: Clientes da SAG da bovinocultura do leite e de corte IBD

Fonte: Dados da Pesquisa

Nesta primeira etapa da pesquisa, onde procurou identificar os clientes das certificadoras, o que resta observado é que das 20 empresas certificadas, cujo produto se identifica como de origem bovina, apenas 3 são de carne sendo as demais de produção de leite; o fato de não ter sido questionado às empresas qual o setor está certificado impede qualquer afirmação concreta, porém, o que resta observado é que o número de certificação emitido pela organização certificadora IBD é expressivamente maior dentro da produção de leite do que na produção de carne.

Já no que concerne as outras certificadoras elencadas, como a Ecocert, por exemplo, não há em seu *site* informações de quais fazendas, ou agroindústrias que esta organização certifica; no tocante à ISO e à Imaflora, importante destacar que naquela o processo se aplica à agroindústria, e já nesta junto ao produtor, ou seja, às fazendas de criação de gado com o selo de certificação ambiental. Seus clientes constam arrolados nos respectivos sítios na *internet*, sem contudo existir maiores especificações.

Por tais razões, optou-se trabalhar a pesquisa junto ao Imaflora, que além de uma melhor disponibilidade de acesso, possui um histórico de certificações ambientais, mais antigo, com maior número de clientes dentre as organizações observadas, portanto, mais experiente. Vale destacar ainda que a organização certificada pela ISO, JBS S.A., fora escolhida como um dos elos da SAG da bovinocultura de corte, a fim de pesquisar seu processo de certificação pró sustentabilidade na indústria desta atividade pecuarista.

3.7. Coleta de dados

Para a coleta de dados, primeiramente, foi realizada uma pesquisa a fim de verificar quais as certificadoras trabalham na SAG da bovinocultura de corte. Em seguida selecionou-se uma agroindústria que fosse referência em sustentabilidade e que tivesse certificação ambiental. Da mesma forma deu-se a pesquisa do produtor rural, procurou-se uma fazenda cuja sustentabilidade já fosse também certificada. Uma vez selecionada as organizações a serem entrevistadas, um primeiro contato com cada uma foi realizado a fim de buscar um horário na agenda de cada gestor para então marcar as entrevistas.

A coleta de dados buscou entrevistar organizações de segmentos distintos da SAG da bovinocultura de corte, sendo:

- A Agroindústria JBS concedeu duas entrevistas (Anexo 1), a primeira entrevista em 07 de dezembro de 2015, na sede administrativa em São Paulo, na pessoa da diretora em sustentabilidade da empresa, com duração de uma hora, cinquenta e quatro minutos e vinte segundos, com 19 páginas de gravação; a segunda entrevista, com a engenheira na sede de uma das unidades da organização em Campo Grande, no dia 7 de janeiro de 2016, durante uma hora, seis minutos e seis segundos, com quatro páginas de gravação. Esta última entrevista teve certa dificuldade em encontrar um horário disponível em razão das auditorias que a planta tinha agendada no final do ano, auditorias estas das próprias certificadoras.

- Em um segundo momento, foi realizada entrevista, com a Fazenda São Marcelo, uma organização rural certificada; primeira da SAG de corte a receber um selo ambiental. O roteiro semi-estrutura (Anexo 2) teve adaptações considerando o grau de impacto desta organização que difere da agroindústria nos processos e procedimentos de sua rotina. Este fora então aplicado em uma das gestoras da organização que também é responsável pela área de sustentabilidade da fazenda, em específico pela certificação. O que também difere esta aplicação das demais é o fato de ter sido realizada via *Skype* e não pessoalmente como nas demais, contudo fora da mesma forma gravada e posteriormente transcrita.

Com a visão de sistemas agroindustriais, buscou-se analisar uma certificadora ambiental para verificar como ocorre as certificações na SAG, neste caso, optou-se pela certificadora Imaflora que por sua vez fora contatada através do endereço eletrônico da instituição e com posterior solicitação pessoal para concessão da entrevista, esta ocorreria dia 23 de dezembro de 2015, representado pelo gestor do Instituto. A entrevista durou 42 minutos com transcrição em 8 páginas.

A tabela 4 identifica os roteiros das entrevistas semiestruturadas ao segmento da cadeia onde eles foram aplicados à organização e os respectivos entrevistados.

Roteiros de Entrevista	Segmento da SAG	Organização	Entrevistados
1	Agroindústria	JBS - Diretora	E1
1	Agroindústria	JBS – Engenheira Ambiental	E3
2	Produtor	Fazenda São Marcelo	E4
3	Instituição de apoio	Imaflora	E2

Tabela 4 :Esquema aplicado às entrevistas.

Fonte: Dados da Pesquisa

Uma vez com as quatro entrevistas transcritas, procurou-se identificar onde a sustentabilidade estava mais presente, como a certificação ambiental contribui para esse alcance e por conseguinte seguiu-se com os procedimentos de análise do conteúdo degravado identificando as abordagens teóricas com os seus *stakeholders* (diretores, gerentes, empresários e outros). As variáveis dos impactos ambientais e desenvolvimento sustentável antes e pós processo de certificação, bem como as demais abordagens teóricas seguiram as variáveis da tabela 5.

Referencial Teórico	Variáveis	Autores	Dimensões a serem analisadas
SAG	Elos do sistema (pré e pós porteira)	Batalha (2007); Prodchnik (2002); Zylbersztajn (2010); Azevedo (2015); Malafaia (2014)	Insumos certificados; Insumos padronizados; Sequencia de certificações; Logística de padrões pró sustentabilidade; Educação.
Desenvolvimento Sustentável	Responsabilidade sócioambiental; ecoeficiência.	Barbieri (2007); Brundtland (1991); Hardin (1968); Marcovitch (2012)	Conscientização da escassez (recursos naturais); Programas sociais; Redução de custos.
Gestão Ambiental	Impacto Ambiental; procedimentos e tecnologias empregadas.	Seifert (2010); Barbieri (2007); May & Lustosa (2003)	impactos ambientais; reconhecimento; medidas para tratar; implementação da gestão ambiental; técnicos e/ou peritos; treinamento
<i>Stakeholder</i>	Grau de influência da adoção de medidas protetivas padronizadas.	Clarkson (1995); Donaldson & Preston (1995); Azevedo (2010).	Diferenciação dos agentes; Incentivos; Críticas; Benefícios; Influência.
Certificação Ambiental	Padronização das medidas protetivas.	ISO (2010); RAS (2012); SAN (2014);	Inovação do processo; Implementação de novos procedimentos; Dificuldades na padronização; Metas ambientais; Sistema de controle ambiental; Retorno econômico-social.

Tabela 5: Das variáveis analisadas do referencial teórico

Fonte: Dados da Pesquisa.

Uma vez coletado os dados nas entrevistas e demais fontes conforme fora supracitado, os mesmos restaram analisados de acordo com as explicitações do item seguinte.

3.8. Análise dos dados

Uma vez coletados os dados, foi realizada uma análise de conteúdo dos mesmos. É através desta indução, obtida dos elementos fornecidos, que a mensagem ou premissas levantadas como resultado dos dados apresentam a constatação da pesquisa, o que acaba por representar o êxito de um conjunto de técnicas, incluindo classificação de conceitos, a codificação dos mesmos, entre outras características. (CRESWELL, 2007)

Frise-se que a análise foi realizada em três etapas: a primeira foi uma pré-análise do conteúdo bibliográfico já coletado, depois uma outra exploração sobre o mesmo, na busca de mais informações sobre o que ali já estava disponibilizado, o que oportunamente foram tratados e interpretados, bem como do que estava disponibilizado nos *sites* de cada uma das organizações escolhidas.

Em um segundo momento, passou-se então à análise de todo o conteúdo de maneira a cruzar as informações obtidas entre as transcrições das entrevistas, do material obtido de alguns dos entrevistados com o referencial teórico acerca da sustentabilidade, certificação ambiental e os *stakeholders* da SAG da bovinocultura de corte. Assim seguiu-se com o prelecionado por Bardin (1977) nas técnicas de análise de conteúdo utilizando-se a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e a aplicação da entrevista semiestruturada.

A partir da transcrição das entrevistas é que a análise ganhou maior profundidade, notadamente quando as leituras foram sendo realizadas em comparações diferentes em cada uma delas, ora focando a sustentabilidade, ora focando a importância dos *stakeholders*, ora a SAG e, por fim, a própria certificação em si. Dessa maneira foi possível compreender a relevância do tema para cada uma das organizações entrevistadas e o seu papel dentro da SAG da bovinocultura de corte, ainda em atendimento à Bardin (1977) na estruturação da análise através dos recortes necessário da pesquisa.

Importante destacar que a escolha do estudo de caso foi providencial para compreender como se deu o processo de certificação, ao passo que outro método não disponibilizaria tal análise. O tipo de amostragem utilizada na pesquisa qualitativa não probalística, cuja principal característica é não apresentar uma fundamentação estatística, mas uma amostra por julgamento, que seleciona os objetos de estudo que formam um grupo com opiniões mais relevantes para o pesquisador (GIL, 1996; ROESCH, 1999).

4. RESULTADOS

Conforme elucidado, foram selecionadas diferentes organizações de diferentes elos da SAG da bovinocultura, sendo o critério de escolha realizado em razão da notoriedade das mesmas dentro da cadeia, bem como o grau de importância do modelo de gestão ambiental, pró sustentabilidade implementado em cada uma delas, modelo este disponibilizado no sítio virtual de cada uma. Ambas, JBS e grupo JD (Fazenda São Marcelo) são referências no agronegócio brasileiro, assim como o Imaflora também é para a certificação em prol do meio ambiente.

Os resultados e discussões restam apresentados em 6 itens. Nos três primeiros seguem apresentados os princípios e valores das organizações; em seguida está especificado cada categoria de análise respectivamente à organização entrevistada, ou seja, são subitens de SAG, *stakeholders*, desenvolvimento sustentável e certificação ambiental, correlacionando assim ao que fora elucidado no referencial teórico sobre a certificação ambiental no sistema agroindustrial em espeque.

Nos itens subssequentes a correlação é destacada no que tange aos procedimentos e modelos de gestão ambiental, quando destacados os valores e princípios do desenvolvimento sustentável na promulgação das certificações ambientais. No quinto item resta evidenciado o papel dos *stakeholders* dentro da cadeia, e no sexto e último, o processo de certificação na SAG da bovinocultura de corte.

4.1. SOBRE AS ORGANIZAÇÕES ENTREVISTADAS

4.1.1. Do grupo JBS

A empresa JBS Brasil foi fundada em 1953 em Anápolis por José Batista Sobrinho na região de Goiás, cujas operações da então pequena organização tinha capacidade de abate de cinco cabeças de gado por dia. Segundo o relatório anual de 2012 da própria empresa, esta incorporou em 2009 o segundo maior frigorífico da país, Bertin, adquirindo ainda o controle acionário da Pilgrim's (empresa norteamericana de processamento de carnes). Já em 2012 assume um capital ainda maior nesta empresa, A Pilgrim's Pride. No Brasil, naquele mesmo ano ampliou sua capacidade anual de abate para 2 milhões de cabeças. O grupo é líder mundial neste segmento, possuindo mais de 140.000 colaboradores, está

presente em 22 países em cinco continentes e atendendo a mais de 300.000 clientes no mundo (RELATÓRIO, 2012).

A JBS possui inúmeros projetos pró sustentabilidade, desde o recebimento do animal, o trato deste na chegada, até a distribuição da carne ao consumidor final. Sobre o grupo faz-se necessário pontuar que no ano de 2014 foi consolidado o número de R\$120bilhões em vendas, o que representa um aumento no valor agregado de seus produtos em 30% se comparado com o ano de 2013 (RELATÓRIO, 2014). Tal crescimento se torna ainda mais expressivo se comparado ao crescimento médio das demais indústrias no país que não alcançaram a margem de 1,8% em 2014, dados da FIESP (2016).

Dentro da organização a sustentabilidade tomou demasiada importância quando foi criada em 2012 uma diretoria exclusiva para esta tratativa, totalmente independente e mais corporativa e não mais atrelada ou subordinada ao negócio, ao passo que antes a gestão ambiental era apenas um braço de análise socioambiental da corporação (E1).

Após a implementação desta dinâmica, bem como após a obtenção de certificações ambientais internacionais, o grupo teve suas ações lançadas no mercado de bolsa de valores, sendo a primeira agroindústria do setor pecuarista a fazê-lo (RELATÓRIO, 2012).

Importante explicar sobre a estrutura da gestão ambiental JBS: são três analistas que cuidam especificamente do monitoramento das fazendas que fornecem o gado para a JBS e envolve as análises socioambientais de cada uma delas a fim de saber eventuais ocorrências de desmatamento, invasão de terra indígena ou em unidade de conservação, registro na lista do IBAMA, existência de trabalho escravo ou análogo a este. Uma vez registrada a ocorrência a empresa suspende os contratos estabelecidos com a fazenda, voltando aos negócios somente de sanadas as irregularidades que porventura foram encontradas. (E1)

Há ainda outros critérios e requisitos sociambientais para selecionar os fornecedores dos frigoríficos, contudo, o que ficou claro desde o início é o fato de que não é exigido por estes, qualquer certificação, ou um selo de uma terceira parte fazendo a auditoria nas fazendas e certificando as mesmas. Os critérios e requisitos são exigidos e fiscalizados pelo próprio grupo que investiu em uma gestão específica para tanto. (E1)

Um investimento importante a ser destacado é o de georeferenciamento, onde um sistema mapeia as fazendas fornecedoras através de imagens obtidas por satélite; uma vez georeferenciadas procede-se ao cruzamento dos dados para possível identificação de eventual irregularidade na área, caso haja alguma (desmatamento, invasão de APP, etc.) o grupo então bloqueia o cadastro automaticamente restando então suspenso toda e qualquer relação comercial de compra do gado proveniente dessa organização com a JBS.

Os estados do Pará e do Mato Grosso avançaram sobre a Floresta Amazônica, tal fato é de salutar importância em relação à certificação contra o desmatamento ilegal. Saber a origem do gado e certificar o pasto são exigências já realizadas pelo JBS. O grupo requer de seus fornecedores ações pró sustentabilidade o que inclui declaração de pastagens legalizadas, que é fiscalizada por uma equipe especializada da organização. Portanto, é essa averiguação que dá credibilidade e segurança ao sistema, funcionando como uma auditoria interna própria.

4.1.2. Sobre o IMAFLORA

O Imaflora, por sua vez, é um Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola cujas origens deu-se na Eco92 e a fundação em 1995 na cidade de Piracicaba/SP. Constitui personalidade jurídica de associação civil sem fins lucrativos, sendo sua premissa praticar a sustentabilidade sob a égide de conservar as florestas tropicais oferecendo a elas uma destinação econômica, associada a boas práticas de manejo e a uma gestão responsável dos recursos naturais. (PINTO, 2012)



Figura 14: Selos emitidos pelo Imaflora
Fonte: Dados da Pesquisa

Assim sendo, o Imaflora tem a certificação socioambiental como uma ferramenta neste propósito, sendo ela ainda um instrumento no auxílio do desenvolvimento local, sustentável, seja no setor florestal como no agrícola. O instituto se propõe ainda influenciar as demais cadeias produtivas fomentando a implementação de políticas de interesse público no intuito maior de criar modelos de desenvolvimento sustentável para diversas regiões do país. (PINTO, 2012)

Apesar da constituição ser na prática socioambiental no manejo de florestas, desde o princípio o instituto atuou na mudança das demais cadeias produtivas do setor agropecuário para que assim pudesse atingir um patamar mais elevado de sustentabilidade. Neste sentido o entrevistado deixou claro quanto ao alcance e abrangência da certificadora:

A ideia inicial era tratar somente de florestas, mas ficou óbvio logo em seguida que se não mexer com agricultura você não contribui para a

conservação da floresta, afinal de contas a agricultura é umas das principais razões para o desmatamento daí tem uma discussão bem complicada de que causa o desmatamento daí a gente faz algumas coisas para alcançar a nossa missão, né? Uma delas é a certificação tanto de empreendimentos florestais quanto de agricultura e pecuária, certificação florestal pelo sistema FSC. (E2)

Com tal prática, a associação alcança outras organizações, sejam elas empresas privadas ou mesmo cooperativas na melhoria contínua em prol da sustentabilidade. O suporte dado a essas entidades, é realizado por meio de análises das gestões promulgando soluções, construindo estas, desenvolvendo ferramentas e outros artifícios sempre tendo como objetivo melhorar tanto a gestão quanto o desempenho socioambiental.

4.1.3. Da Fazenda São Marcelo – Grupo JD

A fazenda São Marcelo por sua vez, faz parte do grupo JD que além de gado também produz uvas e cítricos, esta pela fazenda Bravis e aquela pela fazenda Labrunier. A fazenda São Marcelo possui quatro unidades no estado do Mato Grosso, sendo as outras: Vale do Sepotuba, Mathovi e Juba. A São Marcelo foi a primeira fazenda de pecuária de corte do mundo a conquistar a certificação Rainforest Alliance (PINTO, 2012). Também foi a primeira a conquistar a certificação de (Certified Humante), concedida pela Ecocert Brasil, dentre outros selos de qualidade como os que seguem discriminados na figura de número x, sendo eles tanto de alcance nacional, em como global.



Figura 13: Certificados da Fazenda São Marcelo
Fonte: Dados da Pesquisa

Antes da certificação ambiental do Imaflora, a fazenda São Marcelo já angariava especificamente outro selo pró sustentabilidade que é o de certificação orgânica emitida pela SBC (Sociedade Brasileira de Certificação).

No grupo são quatro fazendas modelos de pecuária, sendo que todas passam pelo crivo da Rainforest para usufruto do selo desta certificadora. Os procedimentos adotados são os mesmos em cada uma delas.

4.2. DA SAG DA BOVINOCULTURA DE CORTE

Dentro da SAG verificou-se que o Imaflora além de certificar o produtor, certifica também os frigoríficos para onde os animais serão levados para o abate, fechando assim a cadeia. Esses frigoríficos são os regionais da Marfrig da fazenda certificada São Marcelo. Segundo Alves-Pinto, Newton e Pinto (2012), há um que tem toda a cadeia certificada, vejamos: “Ademais, uma das indústrias frigoríficas da Mafrig se tornou a única globalmente a certificar toda a cadeia de custódia em 2012. O supermercado Carrefour começou a vender carne SAN-certificada sob o rótulo RA no Brasil em 2013” (ALVES-PINTO, NEWTON E PINTO, 2013, p. 20-21).

Contudo, o que acontece na maior parte dos casos dos produtores de gado é não certificar em razão dos bois serem vendidos em leilões para engorda, ou seja, o bezerro pode nascer em uma fazenda certificada, mas é vendido à outra para engorda que não é, isso vice e versa, um mesmo animal pode passar por mais de três fazendas antes de ser abatido (E2). Isto explica em parte a complexidade da SAG da carne, conforme fora observado na literatura em Malafaia (2010). Porém, inobstante tamanho percurso, segundo o entrevistado, no Brasil não seria difícil rastrear todo esse trajeto em razão da obrigatoriedade do uso dos brincos que rastreiam a origem do boi. Todavia, esse rastreamento é exigido pela Sisbov única e exclusivamente por razões sanitárias e nos últimos 3 anos de vida do animal; acaso essa obrigatoriedade fosse dada quando do nascimento dele, seria possível saber quais propriedades por onde ele pastou. Entretanto, não fora descartada a possibilidade de um dia assim proceder, já que se houver demanda para tanto as organizações tendem a atender o que o mercado pede. Neste sentido a entrevista E3 corroborou em suas palavras quando questionada a razão das poucas certificações ao longo da cadeia da bovinocultura:

Eu acho que nunca foi uma exigência deles (cliente) a certificação; eu existo para atender a necessidade de alguém, enquanto ninguém precisar eu não vou existir; e hoje que eles têm começado a olhar o mercado da carne com a sustentabilidade, antes tinha da celulose porque o impacto é muito alto, daí precisava. Para o IBAMA a gente é

risco médio, nem sei porque, acho que é mais em razão do consumo de água do que dos produtos químicos que eu uso, então é muito novo. Então para o meu cliente é muito novo, tem um cliente moderno (europeu e Mcdonalds) eles vêm aqui e me auditam especificamente meio ambiente. Chama auditoria de sustentabilidade; e daí eles olham toda a parte de cuidado das pessoas e me pedem muita coisa de gestão ambiental; mas eles nunca me pediram um selo ISO14 por exemplo. Então o que que faz ser certificado? Buscar uma certificação hoje? Ou eu tenho essa cultura. Ou eu tenho essa exigência. E é muito mais fácil para uma empresa você ter a exigência do que uma cultura. Eu já trabalhei com gestão de empresas enormes que não tem uma ISO9; criaram a deles. Porque hoje a 9 ela se perdeu muito essa coisa das empresas buscarem elas, a SGS estava falando isso. Tem outras coisas fora [...] Mas hoje o cliente está passando a ver essa questão ambiental de forma diferente. Mas vai melhorar muito na pecuária. Porque quando eu estava na floresta, o cliente me exigiu um Cerflor, um FSC, exigiu uma cadeia de custódia, daí então a gente buscou o selo. Mas você faz uma 14, que é a base, os outros selos nasceram dela. Mais fácil de obter qualquer específico depois. Vai muito do que o cliente espera de mim, ele quem rege. [...] desde quando eu entrei até hoje o processo evoluiu muito. Eu fico muito orgulhosa de ver como o meu processo evoluiu, de investimento na fábrica, de como a gente trabalhava e de como trabalha muito mais tranquila, porque a gente investiu muito. A visão sempre positiva. A Gente investiu em sistema. Eles têm acreditado que isso tem o seu valor. A JBS cresceu do nada em proporções geométricas, então a gente não esperava. Era uma ideia de criança com o tamanho de um adulto, hoje A gente está começando a amadurecer agora, todos os processos estão amadurecendo; tudo, tudo, tudo. (E3)

Sobre se a organização tem enxergado um retorno desses investimentos e mudanças, a mesma ponderou: “Acredito que sim, senão não continuaria. Não seria mais o caminho que eu sigo. São várias reuniões que eu estou sendo cobrada de tudo. A gente está amadurecendo, fico feliz.” (E3). Evidencia-se o que fora apresentado na literatura, de que os *stakeholders* fazem com que as organizações repensem suas estratégias (AZEVEDO, 2010).

Como a certificação deve vir ao longo da cadeia, vale ressaltar que o produtor rural é o primeiro elo da SAG da bovinocultura, pois é de sua organização que o animal é vendido para o abate àquela agroindústria. Neste elo o produtor engorda o animal, sendo então necessários os insumos para tanto, conforme visto na teoria da *filie* AZEVEDO, 2014). Sementes para as pastagens, aditivos de correção do solo, fertilizantes, sal e ração são alguns dos insumos comprados para a produção (MALAFAIA, 2014). Contudo, tais elementos ainda não se valem de certificados ambientais, sem óbice ao comprometimento da

sua certificação, a fazenda dá predileção aos que são ecologicamente corretos, existindo profissionais e técnicos especializados neste controle.

Como visto, os elos da SAG passam por diversos agentes, que não necessariamente são certificados, mas dentro da fazenda há essa preocupação: “Sim, a gente busca os certificados, mas são poucas as empresas ainda com certificação” (E4).

Vale dizer que, apesar dos fornecedores de insumo não possuírem ainda essa certificação, a outra ponta da cadeia, os compradores dos produtos da fazenda, no caso os frigoríficos possuem certificação, como ressaltado que são também vistoriados pela mesma certificadora. Os elos quando são certificados produzem uma carne cuja origem deu-se nos padrões requeridos, prosseguindo com essa qualidade até o varejista pós frigorífico: “Sim, a gente só vende para frigoríficos certificados. Porque para a carne ser certificada ela precisa passar por uma fazenda certificada e um frigorífico certificado” (E4).

Vê-se mais uma vez a complexidade da SAG da bovinocultura de corte, com elos bem distintos entre si (SEBRAE, 2000), onde há poucos preocupados com a certificação, o que impede muitas vezes de certificar o produto final em razão da falta dos certificados em elos anteriores.

Esta SAG possui uma diversidade de subsistemas caracterizados, nas palavras de Zylbersztayn (2011), “por tecnologias, medidas sanitárias, atributos de qualidade e mecanismos de coordenação diferentes” (ZYLBERSZTAYN, 2011, p. 51); esses subsistemas não estão no cerne da questão ambiental, mas contribuem para o processo, já que a logística da cadeia compõe o sistema como um todo.

Assim sendo, denota-se que as certificações ao longo da SAG está limitada à complexidade desta, bem como ao fato de que ainda são poucas as organizações que possuem certificados ambientais no primeiro elo, ou seja, poucos produtores certificados que por sua vez não exigem dos seus fornecedores, de insumos no caso, a certificação também.

4.3. DOS STAKEHOLDERS

Conforme apresentado na teoria, os *stakeholders* possuem influencia na tomada de decisão das organizações, bem como na estratégia destas. Em se tratando de uma instituição de apoio, a empresa certificadora obrigatoriamente possui uma visão mais holística quando se trata da influência dos *stakeholders* dentro da cadeia. Quando questionado se ela

consegue identificar se estes agentes estão exigindo as garantias socioambientais que uma carne certificada possui, o entrevistado assevera:

Estão interessados. O grupo de produtores ainda é muito pequeno, mas a gente percebe que algumas partes do varejo e alguns de consumidores querem uma carne com uma garantia, principalmente de desmatamento, já os produtores ainda estão tomando conhecimento disso, tentando entender se isso é vantagem, que oportunidades isso gera. A gente ainda está numa fase inicial, a gente ficou aí durante 4 anos numa fase totalmente pioneira. Mas agora com um pouco mais de massa crítica e certificando, mas é cedo para dizer. Já é uma tendência, mas dizer da escala que isso vai ter é um ponto de interrogação. (E2)

Já quando questionado sobre a participação dos *stakeholders* e a importância destes para a introdução de uma cadeia certificada, respondeu ser muito importante: “Eles influenciam todo o processo de definição da norma, esses critérios, de onde vieram esses animais, os *stakeholders* querem saber. Depois a certificação é um processo mais técnico, mas o conceito da certificação são os *stakeholders* quem definem 100%.” (E2). Resta evidente que esta realidade está corroborada ao elucidado na teoria e que os *stakeholders* são capazes de alterar as premissas das organizações de maneira a se adaptar ao que está se pedindo no mercado (AZEVEDO, 2014; AGUIAR, 2004).

Os *stakeholders* da SAG da bovinocultura de corte, conforme elucidado no referencial teórico (AZEVEDO, 2014), há tempos tem trabalhado na questão da proteção ambiental e como prosseguir com a atividade de maneira a diminuir os impactos ambientais que a mesma traz. Nesse sentido, foi questionado quais *stakeholders* mais influentes na obtenção das certificações, sendo que as respostas foram pautadas na realidade de cada uma das duas entrevistas, vez que uma foi realizada na diretoria da organização e outra na própria planta com a gestora responsável diretamente na rotina dos procedimentos de proteção ambiental.

A entrevista na diretoria E1 diferenciou os mercados mais importantes, o chinês e o europeu. Relatou que este é um mercado mais exigente, principalmente na questão da sustentabilidade, mas possui um viés protecionista bem alto; já o mercado chinês não considera a sustentabilidade como um critério de seleção, pois a urgência deles é em relação à quantidade, principalmente em relação ao cumprimento dos prazos de entrega. Os EUA por sua vez também não exigem certificações pró sustentabilidade, mas estão preocupados com as questões sanitárias e exigem os selos respectivos sobre estas.

Assim como caracterizado na teoria, a Europa é um mercado mais esclarecido às questões ambientais e considerando a carne como uma *commodity* muitos produtos são vendidos enlatados, com valor agregado que se diferencia dos demais mercados também. Já o consumidor brasileiro ainda não faz essa relação,

O mercado interno não tem demanda para esse tipo de coisa, começou agora talvez com a campanha da Friboi, criar uma marca, porque antes o consumidor nem sabia a origem, nem tinha preocupação de que empresa que era, a gente ainda tem muitas regiões dentro do Brasil que consome carne de açougue, leva a carne com osso, fica até distante para o consumidor pensar em questões de origem, mas também tem o fator renda e a própria situação socioeconômica da população (E2).

Fato é que uma população carente não tem sequer acesso a carne bovina tão facilmente quanto às carnes mais baratas, considerando que a carne vermelha é mais cara que as brancas, sendo que o consumo quando ocorre ainda é de matadouros pequenos, sem registro, cuja venda ainda se faz com ossos inteiros na peça dada a falta de estrutura. “O mercado interno tem baixa sensibilidade para o assunto” (E2).

Esta é realidade do ponto de vista do *stakeholder* consumidor, sendo ainda que outros *stakeholders* não menos importantes possuem outras perspectivas em relação às certificações ambientais. Na terceira entrevista, realizada com a engenheira responsável pelos certificados do frigorífico, ficou evidenciado que as instituições financeiras exigem garantias de que a operação não se dá em prejuízo ao meio ambiente, até mesmo porque se faz necessário atuar com cartas de seguro em caso de acidentes ambientais. Ou seja, burocraticamente exige-se relatórios que certifiquem que as medidas profiláticas foram todas adotadas, de maneira a diminuir os riscos ambientais que a atividade tem.

As instituições financeiras são *stakeholders* importantes para as organizações, já que são provenientes delas parte do capital financiado do negócio. Sendo assim, os bancos exercem grande influência nas tomadas de decisão das organizações, o que no caso em espeque, é a obtenção de certificados ambientais. Essa influência por parte das instituições financeiras é o que Azevedo (2010) elucida do comportamento dos *stakeholders* que “reivindicam propriedade, direito ou interesse em uma corporação e/ou situação em suas atividades passadas, presentes ou futuras” (AZEVEDO, 2010, p. 121). Frise-se que esses bancos são os *stakeholders* voluntários que interferem diretamente das decisões da empresa (CLARCKSON, 1995).

Essa influência se dá na medida em que uma organização certificada possui mais garantias do que as que não possuem. Pode se fazer que os frigoríficos possuem um grau

levado de impacto ambiental e precisam estar precavidos de eventuais acidentes. Nas palavras da entrevistada na JBS Campo Grande E3, resta evidente que o certificado é condição *sine qua non* na obtenção de crédito, senão vejamos:

Mas o que acontece que o BNDS exigiu que a gente implantasse um Sistema de gestão ambiental em todas as fábricas, porque a gente tem que ter uma segurança de que o risco de acidente ambiental está controlado no Sistema. Ele investe na gente, a gente tem que garantir que não corremos o risco de uma multa ambiental, ou seja, atestando que o frigorífico é seguro para investimento (E3)

[...] eles inclusive têm uma empresa própria que audita. E eu tenho a sorte de ser auditada todo ano. Eles olham todas as atas de todas as reuniões, querem saber do alcance das minhas metas mensais. Eles olham esses resultados, como ISO 14. (E3)

Quando questionada sobre qual *stakeholder* seria o mais importante, se existia uma ordem de importância entre eles, fora respondido que:

Não há, tanto que não é usado no marketing, eles perguntam se a gente vai usar o selo, a gente diz que não porque a gente não usa mesmo, os clientes perguntam: Carrefour que solicita envio de cumprimento de alguns requisitos. Mas a gente não usa. É só um prêmio do cumprimento do que devido. Aqui é uma unidade modelo, que foi premiada com o selo da ISO14; foi certificada mais para saber se estávamos ok com os requisitos dela. Estávamos. Quando existe alguma não conformidade aqui eu converso com meu coordenador para tratar. Sempre exigindo mais. (E3)

É isso, dentre outros benefícios, que a certificação proporciona: garantia de segurança ambiental. Uma vez certificada, a organização dispõe da certeza de que os seus procedimentos estão dentro de uma linha de conduta segura para todos os *stakeholders*, no que tange os princípios pró sustentabilidade.

Quanto ao Grupo JD, como desde a sua fundação a fazenda se vale dos princípios da sustentabilidade, seus *stakeholders* já a conhecem com esse diferencial. Apesar disto, não há um pagamento extra em razão do certificado por parte dos frigoríficos, até porque os contratos de venda são fechados, a qualidade da carcaça é melhor que o das outras fazendas não certificadas, mas a indústria não paga a mais pelo fato do produtor ser certificado ou não. Tampouco por parte do governo existe um incentivo por toda a estrutura pró sustentabilidade da fazenda, neste sentido corroboram os dizeres da entrevistada E4:

Não, o governo não nos dá nada, não incentiva em nada. Na verdade, é o próprio frigorífico, [...] nós temos um contrato com o frigorífico que leva em

consideração a certificação, mas também tem o volume, a qualidade da carcaça; daí é uma combinação desses fatores que leva a bonificação do frigorífico. Mas não é só porque tem a certificação que tem a bonificação. (E4)

As próprias exigências legais do Governo fomentam a sustentabilidade, pois as fazendas precisam hoje, com o atual Código Florestal ter 21% de sua área protegida, ou seja, essa percentagem não pode ser usada para pasto, cujo o nome é APP (área de proteção permanente) (E4); esta informação corrobora ao que fora elucidado na teoria de que a legislação já impõe para o cumprimento de preservação ambiental, sendo de responsabilidade do proprietário cumprir com a ordem legal (ANTUNES, 2005).

A fazenda São Marcelo já cumpria com essa proteção antes mesmo da legislação. Neste caso, o Estado limita-se a sua influência como *stakeholder* ao exigir dos proprietários o cumprimento das leis. Já os consumidores finais, no caso do produtor, não chegam a influenciar diretamente já que estão localizados na outra ponta da cadeia produtiva, sendo os frigoríficos mesmo os de relação direta com a fazenda e a relação está pautada em contratos de compra e venda já préfirmados (E4). Vê-se que há os *stakeholders* que mais influenciam e os que influenciam menos, os que agem diretamente no comportamento da organização e os que atuam somente de forma indireta, assim conforme elucidado na teoria de Clarkson (1997).

Observou-se que a instituição de apoio, no caso a certificadora Rainforest Alliance influencia mais as atividades da fazenda, pois quando das vistorias é exigido o cumprimento dos requisitos para prosseguimento do certificado focando na melhoria contínua. Contudo, para que haja esta melhoria contínua são necessários investimentos, que no caso em específico são os colaboradores, estes são os principais agentes transformadores da cadeia. Quando questionada sobre a influência deles para obtenção do certificado a entrevistada ressaltou que a educação é o ponto crucial do sistema pró sustentabilidade, uma vez que é ela quem quebra os paradigmas da cultura instaurada no sistema. Esta conclusão pode ser vista na teoria quando elucidado por Ferrarini e Baldo (2014) que a educação é que possibilita formar o esclarecimento acerca da sustentabilidade.

4.4. DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O princípio da sustentabilidade é usufruir dos recursos naturais moderadamente de maneira a conscientizar o consumo de que os mesmos são limitados. Desenvolver-se

sustentavelmente é desenvolver econômica, ambiental e socialmente. Por tal, razão a Rainforest Alliance ao certificar uma organização promove mudanças principalmente nessas duas áreas, assim explicita o entrevistado E2: “E a gente faz a certificação como uma forma de alcançar a nossa missão, sendo que ela gera mudanças no campo: mudanças ambientais e sociais, melhoria nas condições trabalhistas, no uso de agrotóxicos, conservação de florestas, recuperação de florestas, uma série de mudanças (E2) ”.

A certificadora possui projetos de educação de outros grupos que também exploram as florestas, mas cujo empreendimento não é suficientemente grande para certificar a produção. Esta é também a contribuição para o desenvolvimento social do Imaflora.

A gente não faz só isso, a gente também tem projetos com extrativistas, agricultores familiares, para melhorar as práticas de produção sempre procurando agregar mais valor à produção e gerar conservação. Este projeto é principalmente na Amazônia, que são feitos a fundos perdidos: doações; a gente capta um dinheiro para executar um projeto; a certificação é uma prestação de serviço. O trabalho de certificação é uma prestação de serviços e as outras práticas são realizadas com doações. A gente trabalha com políticas públicas do Código florestal por exemplo, Aquecimento Global; e procuramos também trabalhar em outras cadeias produtivas independente de certificação, a gente tem projetos com carvão com café, com vários produtos não madeireiros, e também com castanha, óleo de copaíba, borracha. A gente liga a produção com o consumo. (E2).

É nessa ciência que a organização desenvolve a sustentabilidade, promovendo a capacitação dos agentes da cadeia do agronegócio acerca do meio-ambiente, recurso natural e as limitações de cada um. O projeto propõe mudanças no campo, visa conscientizar o agricultor quanto às limitações da natureza. A promoção do desenvolvimento sustentável no caso é na ordem dos três pilares, corroborando ao que fora apresentado na teoria Brundtland (1991): no desenvolvimento ambiental quando ensina ao agricultor sobre o meio ambiente e a necessidade de preservação; no desenvolvimento social porque capacita, educa e instrui a comunidade local; e também no desenvolvimento econômico ao agregar ainda mais valor à respectiva produção, aumento inclusive o desempenho desta.

Como dito, desde 2012 foi criada na organização uma diretoria de sustentabilidade, antes disso havia já uma preocupação para com o meio ambiente, contudo, a sustentabilidade era uma gerência ligada à diretoria de operações, estando limitada a uma área mais operacional do negócio, ou seja, a criação de uma diretoria exclusiva gerou uma atenção mais focada e, por conseguinte, uma maior importância também para a organização como um

todo. A equipe desta diretoria é composta pelo presidente que responde pela empresa na região do Mercosul, o diretor, a gerente e três analistas formando uma estrutura mais corporativa, cujo objetivo é ter mais independência.

Essa diretoria tem como foco monitorar as fazendas fornecedoras do gado, o que envolve as análises socioambientais, desmatamentos, invasão de terras indígenas, unidades de conservação, irregularidades com o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) e se por ventura a fazenda está registrada na lista das que foram autuadas por trabalho escravo, ou análogo a este. Os critérios para selecionar os fornecedores são bastante rígidos, contudo, não se exige deles uma certificação ambiental. Vê-se que os princípios da sustentabilidade estão presentes nas ações da organização, assim em respeito ao gerenciamento ambiental legal definido por Seifert (2010).

A JBS se vale de fiscais que fazem as vistorias nas fazendas. O que a organização possui é um sistema de georeferenciamento que mapeou as fazendas identificando quais estão de acordo com as resoluções ambientais do governo, mormente em relação ao Código Florestal sobre as áreas desmatadas. Esse sistema geográfico de imagem por satélite possibilita cruzar os dados e identificar eventual irregularidade, caso seja encontrada, a fazenda ficará bloqueada para qualquer relação comercial de compra desse gado com a JBS. O que se identifica aqui é a aplicação de mercado do poluidor pagador, como uma sanção entre os contratantes, isto em analogia ao que fora prelecionado por Antunes (2005).

Para dar segurança e credibilidade ao sistema regularmente são realizadas auditorias contratadas por uma terceira parte que vai fazer por amostragem a verificação do sistema para ver se de fato no período, que geralmente é de um ano, houve alguma compra que infringiu algum desses critérios. Não se trata de certificação, apesar de existir por parte de alguns clientes específicos.

Quando questionada sobre os outros retornos que as inovações implementadas pró sustentabilidade trazem, que não somente a proteção ambiental, a entrevistada E1 foi enfática ao dizer que sempre tem um viés de redução de custo e que as vezes esse não é intuito. O que fora evidenciado ainda é que ocorrem investimentos para economia de energia elétrica e água que acabam por alcançar a sustentabilidade, mas este não era o foco, mas sim redução de custos operacionais.

De fato, investir em redução de custos dessa ordem, trazem benefícios para o meio ambiente, assim de acordo com os autores Vachon e Klassen (2008), pois o alcance da sustentabilidade não se limita a empresa, o consumo desses recursos tem implicações sociais de grande alcance. Além desses recursos naturais que passam a ser consumidos com maior

parcimônia, outras adequações são realizadas nas plantas da agroindústria como a destinação das embalagens de produtos químicos, utilização desses com maior cuidado para com a não contaminação tanto do agente quando do solo, ar e água; tais considerações corroboram ao que Taguchi (2013) dispõe acerca da gestão ambiental das organizações, onde pontua que o material consumido e embalagens produzidas deverá ter destinação pela própria organização produtora. Assim sendo, resta evidente a descentralização da responsabilidade do Estado, passando às organizações sua quota parte.

Esses dados trazidos da entrevista enquadram-se no sistema de gestão ambiental (SGA) enunciado por Fryxell e Szeto (2002), onde os elementos do SGA são edificados pelo comportamento corporativo e análise crítica preparatória, exatamente como identificado na nova estrutura do organograma da empresa. Esta se fez ao construir uma diretoria exclusiva de SGA com uma equipe que analisa os episódios de impactos ambientais de sua produção traçando os objetivos e metas, auditorias e implementação de programas de gestão ambiental, vide figura 5 que demonstra esse entendimento.

Desde a fundação do grupo JD, que se originou junto à Fazenda São Marcelo, os proprietários já tinham uma consciência ambiental. “A São Marcelo é referência em criação de gado e com base na missão, na visão e valores da empresa, ela orienta os seus negócios para a sustentabilidade com o apoio da equipe que seriam os colaboradores os gerentes, os diretores” (E4).

Os valores e missão da organização estão pautados no desenvolvimento sustentável ao providenciar um desenvolvimento social dentro dela com contínua educação, assistência e treinamento de seus colaboradores, providenciando a melhoria contínua da capacitação destes, fazendo além do que exigido pelas leis trabalhistas. “A empresa cuida dos seus colaboradores, ela cuida da segurança, do trabalho, zela pela saúde deles, disponibiliza condições adequadas de trabalho, aplica treinamentos” (E4).

No que tange o desenvolvimento ambiental a Fazenda possui sistema próprio de coleta de lixo, boas práticas de manejo, uso regular do sistema hídrico, não há comprometimento da mata ciliar. “Esgotamento do solo, reflorestamento. Plantio de mudas. Manejo diferenciado, inclusive técnicas de melhoramento genético que são aplicados nas unidades para visar a diminuição dos impactos” (E4).

Já no tocante ao desenvolvimento econômico, a organização ganha notoriedade por esses diferenciais o que, por conseguinte, aumenta seu valor pró sustentabilidade no mercado, apesar de ainda não existir um retorno financeiro em razão disso, já que o retorno é ambiental e não diretamente monetário (E4).

4.5. DA CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL

Quando questionado sobre como se dá o processo de certificação ambiental nas organizações e quais os custos para a implementação, o entrevistado (E2) respondeu que difere de organização para organização. O grau de evolução da gestão ambiental desta é o que determina qual o investimento que o empreendedor dispenderá para implementação do sistema. Fora esclarecido que os investimentos são de duas ordens: direta e indireta.

Na direta são os custos pela obtenção do selo em si como o pagamento pelas auditorias, por exemplo, já o investimento indireto é o quanto o produtor deverá desembolsar para adequar a produção nos ditames da certificadora, o que na maioria dos casos acaba por ser mais dispendioso em razão da precariedade dos estabelecimentos em termos sustentáveis. Isto posto, o valor a ser pago para certificar-se é muito relativo. Neste sentido o entrevistado esclarece:

A grande questão que a gente não sabe responder é quanto de investimento porque varia muito de caso para caso, porque depende muito do estado em que se encontra o produtor. Se é um produtor que tem um padrão baixo que está com as APP todas destruídas, que não registra funcionário, que não paga hora extra, que não dá moradia, enfim que está muito longe de um padrão mínimo de sustentabilidade, daí esse investimento será muito alto que praticamente inviabiliza o cara certificar. No caso de um produtor que já tem um sistema de gestão, que cumpre boa parte da lei e que adota boas práticas esse custo pode ser bem pequeno ou quase nada. Isso a gente não controla. A literatura mostra que esse custo direto da auditoria é o menos importante. A maior barreira é o investimento para se adequar. E no caso do pecuarista, em alguns casos é essa coisa da rastreabilidade, é mudar o jeito de funcionar o setor, que é saber a origem de seus animais, então tem muita gente que compra, a grande maioria, compra sem saber de onde vem os seus bois (E2).

Em razão deste fato, o de saber a origem da origem dos animais, é que fica mais evidente a necessidade de certificar o rebanho desde o nascimento, ou seja, fomentar a certificação da SAG desde o seu início. Dentre os benefícios da certificação está a economia que por fim ela traz para o empreendimento, já que diminui custos e desperdícios aumentando a eficiência da organização. De outro norte, há a valorização do mercado que conhece as vantagens de um produto certificado, o que por conseguinte tende a pagar mais por ele. Corroborando a isso:

[...] ser certificado fica mais eficiente, você tem mais controle e tem uma taxa de retorno maior. Além disso ele abre possibilidades de mercado pra você ganhar mais fora da porteira, o seu produto vale mais. (E2)

Vê-se que a certificação ambiental, apesar de ainda estar limitada a poucos elos da cadeia produtiva da bovinocultura de corte, também agrega valores como nas demais cadeias que a teoria

explícita. A inserção já é uma realidade, os produtores que visualizam como um negócio promissor buscam o certificado e principalmente adequar-se às exigências legais, como o Cadastro Ambiental Rural, que por si só já estipula adoção de procedimentos pró sustentabilidade.

Dos certificados que a JBS possui, a ISO 9.000 e 14.001 são os de destaque, principalmente na planta visitada. Esta por sua vez é a planta modelo e possui os dois, servido, por conseguinte, como exemplo às demais unidades da organização. Esta é também a planta teste para a empresa. Os procedimentos adotados nela são seguidos e encaixados às necessidades de outras plantas no país. Mas este não é o único selo, pois existe o selo do couro, emitido pela ISO e requerido pelos clientes mais exigentes, como o automobilístico, o da alta costura, dentre outros. A exigência por parte destes clientes demonstra que de fato se faz necessário o esclarecimento do consumidor dos benefícios que um produto certificado tem que os não certificados não têm (AIDOO e FROMM; 2015. JANSSEN e HAMM; 2014).

Como fora esclarecido na entrevista, a certificação ambiental é requisito para entrada nesse mercado, é um padrão dos fornecedores, sem o selo sequer há abertura para concorrer dentre eles.

Voltando para o couro, quem são os clientes? Nike, Timberland são marcas de alto valor, muito preocupadas com a reputação, então essas marcas, elas vão exigir de seus fornecedores que tenham um controle bastante rigoroso na produção e na sua cadeia, setor automobilístico e moveleira. [...] Não é que não comprem; você vai ter mercado para tudo, se você quiser atender esses clientes referencias, e que eles precisam ter garantias, não que paguem mais por isso, mas é quase pré-condição para vender para essas marcas. O couro é uma cadeia mais sensível. (E1)

Outra questão levantada fora a certificação de bem-estar animal, que fora esclarecido que também não possui o selo, mas as medidas para possuir já estão sendo adotadas através de uma parceria com a WSPA (World Animal Protection Brazil), mas não há exigências do produtor também nesse sentido. Quando questionada o porquê de não se exigir foi respondido:

[...]por uma série de motivos: 1 é porque a pecuária ela é uma atividade que precisa melhorar bastante seu processo de produção, daí colocar certificação nas fazendas, e atender um nicho, até porque poucas fazendas teriam condições de atender a todas as regras da certificação; e a gente acredita que é melhor a gente incentivar e promover a melhoria para que tenhamos um padrão de melhoria continuada para que todo mundo possa ir melhorando ao longo do tempo; outro fator é que são compras SPOT. Não temos contrato de fornecimento de matéria prima como a soja que tem uma relação de longo tempo com o fornecedor, a gente tem lá diariamente as negociações, tem

produtor pecuarista com gado para vender e a fábrica vai comprando ao longo da semana, que é a compra SPOT, o que dificulta o pedido de uma certificação para esses produtores porque custa caro uma certificação, para você implementar e manter as vistorias e segundo porque a relação é pontual ao longo do ano, as vezes tem uma vez que você vai fazer a compra daqueles animais uma vez ao ano daquele produtor, por causa do ciclo da pecuária, e aí isso dificulta porque não há fidelização, talvez hoje ele venda para a JBS, mas amanhã para o concorrente e assim vai... E até porque o mercado – agora olhando para o outro lado da ponta, a gente não tem mercados que exijam e nem remunerem um diferencial que valha a pena fazer um movimento desses. (E1)

Dada a complexidade da questão do selo de bem-estar animal, a organização não o tem, tal explicação está de acordo com o que é prelecionado por Ferrarini e Baldo (2014) que sustentam a delicadeza do tema, principalmente os requisitos a serem arrolados, dada a subjetividade do que é bem-estar, do que é abate humanizado etc.

Como se vê, mesmo sendo exigido por parte dos investidores para que as medidas protetivas sejam adotadas e que tenha certificados assegurando essa implementação, o que parece importar mesmo é o final da cadeia, ou seja, o consumidor. Ele quem por fim paga pelo produto, enquanto não houver exigência deste *stakeholder* de uma certificação, a organização não se dispenderá à tanto. O mercado do couro exige, logo, há uma movimentação para implementar os respectivos certificados, um público seletivo que exige uma carne orgânica também terá sua demanda atendida. Mas em se tratando do grande público em geral não, seja pelo custo que os produtores não se dispõem a investir para padronizar a sustentabilidade, seja pelo mercado *spot* de compra e venda que não fomenta a certificação de quem o faz.

Importante destacar que apesar de não exigir a certificação, o processo de adequação às práticas sustentáveis é exigido e fiscalizado pela própria organização. Contudo, há uma exceção, uma fazenda que possui certificado ambiental, sendo exemplo de práticas e manejo sustentável citada nesta entrevista que é a Fazenda São Marcelo. Mas em se tratando de projetos existentes na JBS, há outros citados, como por exemplo os casos de Alta Floresta que trabalham em parceria com uma ONG pró sustentabilidade.

Outra questão tratada pela ISO 14.001 em prol da sustentabilidade é a da logística reversa de embalagens. Especialistas da organização possuem agendas temáticas específicas:

[...] um cuida de água, outro de mudanças climáticas, então toda a parte de inventário, de emissões e resíduos – política de reversa de embalagens pós consumo e um terceiro trabalha com a comunicação da sustentabilidade e também novos projetos ligados à pecuária, então eu trabalho com a pecuária

sustentável lá de Alta Floresta em parceria com OCV e agora com outros parceiros, é uma agenda específica de um desses analistas. (E1)

A logística reversa da empresa é bem importante, pois trata-se de um projeto onde uma indústria é implantada ao lado das plantas para reaproveitamento das embalagens. Evidencia-se a tendência apontada por Guarnieri (2011), pois a empresa ganha em dois pontos ao investir nessa estratégia, tanto ambiental quanto econômica.

Já no tocante a parte de produção de carnes orgânicas, um exemplo que não pode deixar de ser citado é o da linha *Swift*. A certificação deste produto é específica de outra certificadora a IBD (INMETRO, 2015). Este instituto promove a padronização de uma linha sem a química que os demais possuem, conforme explicitado no relatório (2012):

Alinhada às tendências de consumo, a JBS conta com a linha Swift Orgânico de carnes orgânicas oriundas de animais tratados apenas com medicamentos homeopáticos e fitoterápicos. Os produtos finais não contêm agrotóxicos ou aditivos. A linha é certificada pelo instituto biodinâmico (IBD) e pela Associação Brasileira de Produtores de Animais Orgânicos (Aspreanor). (RELATÓRIO, 2012, p. 64)

Ainda sobre selos, a organização possui um trabalho específico quando se trata do subproduto do boi altamente rentável, mas que na mesma medida nocivo para o meio ambiente em razão dos produtos químicos para sua confecção que é o couro. Os procedimentos para dirimir este impacto são tão rígidos que a certificadora LWG chegou a premiar a organização, segue trecho do relatório:

A organização internacional Leather Working Group (LWG) concedeu a JBS Couros sete medalhas de ouro e três de prata pelas melhores práticas ambientais e de sustentabilidade adotadas no processo produtivo. Quesitos como controle de substâncias restritas, uso de água, emissões atmosféricas e rastreabilidade estão entre os itens que tiveram maiores avanços, impactando positivamente nas recentes premiações. (RELATÓRIO, 2012, p. 70)

A preocupação com o couro se deve em razão também dos clientes que são muito criteriosos não só com a qualidade do produto, mas também com os recursos usados para confecção daquele (E1). Vale registrar que na entrevista foi pautado ainda que há mercado para tudo, principalmente para os que não exigem selos ambientais para este subproduto em específico, mas que os clientes mais exigentes que são de marcas internacionais cujo nome e imagem precisam zelar, considerando também o nível de exigente dos clientes deles, a

certificação é imprescindível. Vê-se que quando o consumidor final exige, ou mesmo o simples fato de ser mais esclarecido quanto as questões de qualidade e proteção ambiental o selo faz a diferença na SAG. Nas palavras da entrevistada: “O couro tem uma cadeia mais sensível” (E1).

Quando questionada sobre uma eventual tendência para a certificação de carne em analogia ao couro, a resposta foi negativa:

Não, eu não vejo uma tendência de certificação para a carne, porque fica muito num nicho, e vai ter algumas empresas menores especializadas que atende esse público, que consegue fazer um produto com um corte *superpremium*, de um animal *superpremium*, e aí você tem agregando valor num selo atendendo um mercado super específico. Porque a gente trabalha com volume, a JBS atende um monte de mercado, ela atende 150 países no mundo inteiro, daí você vai mandar carne para o Oriente Médio não tem exigência de sustentabilidade, China grande comprador não também (E1).

Contudo, apesar do nicho citado, certo é que dentro dos procedimentos adotados na rotina para fabricação de todos os produtos, os procedimentos de boas práticas são adotados. Há uma busca em adotar as medidas incluídas no processo de certificação porque são procedimentos que acabam por contribuir na redução de custos como água, energia e mesmo na rotina dos funcionários, já que a certificação também prevê essa atenção. Assim, inobstante a falta do selo certificador, as práticas são adotadas através inclusive orientações capacitadas a tanto, mas em níveis de parceria. Identifica-se apontado na literatura esse sistema quando não há disponibilidade de recursos por parte da organização em certificar (PINTO *et al*, 2014).

Vê-se que as medidas são adotadas, mas a certificação ainda não abarca os produtos como um todo em razão do custo empregado ao mesmo; nos dizeres da entrevistada E1: “quando você vai colocar na ponta do lápis pra fazer uma certificação acaba ficando bastante caro para você não conseguir agregar no produto, então o que que acontece na empresa, a gente vai fazer uma parceria com outra que oriente os pontos críticos de melhoria, aí você vai vencendo por etapas, uma empresa desse tamanho você vai priorizar onde você vai investir” (E1).

Outra medida que a organização adota, mas que ainda não possui certificação é em relação ao bem-estar animal. São dois os certificados de maior abrangência: Cruelty Free e o Humane Certified. Aquele certifica que os produtos não foram testados em animais e este de que a criação e o trato se dão de maneira mais humanizada. Nos tutoriais da JBS resta bem

evidente que os funcionários e outros colaboradores (terceiros fornecedores, transportadores dentre outros) são orientados nas normativas da metodologia de Temple.

Insta esclarecer que Mary Temple Grandin foi uma autista dos EUA que desenvolveu uma técnica de lida com o gado que o deixa mais manso e disponível ao manejo do homem, o que, por conseguinte produz uma carne com menor taxa de adrenalina a deixando mais macia; este manejo é conhecido também por abate humanitário (LUDTKE et al, 2012) . Os próprios currais de abate estão sendo reestruturados para melhor se adequar às necessidades desse manejo, leia-se:

[..] então, as plantas já estão sendo adequadas, os currais de pré-abates estão sendo adequados para bem-estar animal, daí por exemplo: aquela planta que não tinha dispersor de água para controle térmico dos animais, daí instala; naquele piso que podia ter queda e os animais podiam se machucar, então readequa. Nisso você vai fazendo readequações e num plano de trabalho de médio prazo, no caso de bem-estar animal a gente investiu também em um treinamento para os motoristas, isso é um trabalho constante, é uma equipe que trabalha cm bem-estar animal, em cada planta tem uma pessoa que cuida desse tema, e a gente tem um coordenador corporativo que gerencia (E1).

Essa medida é adotada em todas as 45 unidades da organização, onde há um responsável da equipe de qualidade que cuida do bem-estar animal (E1). Trata-se de um programa de treinamento de reciclagem com os motoristas, são estes os novos procedimentos adotados na capacitação destes profissionais: “[..] para embarque para não usar choque, ferrão, embarcar os animais com calma, sem gritar [...]”. O caminhão é também diferenciado, pois beneficia o bem-estar dos animais, readequando a estrutura do caminhão-boiadeiro para evitar que eles se machuquem, até porque um animal machucado significa carne necrosada e perda quando do corte, ou seja, esses investimentos acabam trazendo retorno evitando o desperdício (E3).

Esta análise retorna ao que fora evidenciado quando da implantação de sistemas de gestão ambiental que acabam por trazer retornos financeiros mesmo que este não seja o intuito específico direta da implantação dessa inovação. Vê-se, portanto, que a sustentabilidade beneficia vários elos da cadeia. A entrevistada corroborou nesse sentido ao dizer:

Bem-estar animal está diretamente ligado a produção econômica, cada animal que se machuca no transporte perde valor, porque uma contusão ou um hematoma será deduzido, porque quando do corte você vai ter que cortar: o coxão mole vai ter que cortar. [...] você vai limpar a peça e estará perdendo dinheiro. Então é um trabalho forte para reduzir esse tipo de ocorrência. (E1)

Padronizar os procedimentos não só aumenta a eficiência como reduz custo, é uma economia em larga escala. Contudo, não houve uma monetarização dessa economia, até porque de acordo com as entrevistas, em cada planta há especificidades diferentes, sendo que o ajuste dos procedimentos em cada uma traz um retorno diferente também. Necessário se faz considerar também que a sustentabilidade, mesmo com a padronização de processos certificados, não nos permite levantar em números quão bem está sendo feito para o meio ambiente, até porque na maioria das vezes esta melhoria é imensurável.

O exemplo discutido é o problema de se quantificar financeiramente o retorno do investimento pró sustentabilidade para as vendas. Em contrapartida, a perda nas vendas em razão da não certificação foi de fácil de contabilizar. Houve uma ocorrência em 2012, onde o *Greenpeace* denunciou o uso de terras cujo desmatamento fora ilegal, fazendas estas que forneciam gado para a JBS, neste caso, quantificar quanto foi a perda de clientes foi mais fácil do que mensurar o retorno angariado em razão das benfeitorias pró sustentabilidade, porque facilmente foi levantado o valor do prejuízo, mas os ganhos pelos investimentos já não são palpáveis.

O que a organização considera sobre este tema de monetizar a economia vai também no sentido de ser ainda imensurável a questão da sustentabilidade:

Vai ser muito particular de cada planta, de cada tema, depende do que está analisando, se for um programa para água, você vai ter uma conta; por exemplo: estou tentando monetarizar agora, que é uma dificuldade da sustentabilidade, trazer para o mundo financeiro, o que que representa – que é o inverso, não sei dizer quanto agregou de valor um sistema de controle de origem que não tem desmatamento, não sei dizer quanto. Talvez não agregou valor diretamente, mas tendo essa garantia para o cliente a gente teve preferência para o varejista, mas são valores intangíveis, com certeza tivemos melhoras de reputação, também intangível. (E1)

Inobstante a dificuldade encontrada para mensurar o quanto de retorno financeiro houve pela implementação de um sistema de gestão ambiental moderno, em números reais palpáveis para economia da empresa, certo é que a padronização pela sustentabilidade, como evocam os princípios da certificação ambiental, traz um retorno benéfico para a empresa.

Os procedimentos adotados no processo de certificação adequam os procedimentos de gestão ambiental existentes da organização aos padrões da certificadora. Essa adequação ocorreu em razão da Fazenda já possuir uma gestão ambiental bem estruturada desde a sua fundação; já para aquelas organizações que não possuem essa gestão o processo se torna mais custoso e demorado. “A empresa já operava nesses moldes de responsabilidade socioambiental, daí conquistou o selo” (E4). O certificado parece vir como

um prêmio pelo cumprimento dos requisitos pró sustentabilidade, assim de acordo com o apontado na teoria de que a disposição em pagar o prêmio é o diferencial no mercado das certificações (HUSTED *et al*, 2014).

Vê-se que a organização não precisou se amoldar nas normativas do selo, porque já estava de uma certa maneira já padronizada em prol do meio ambiente: “Foi se ajustando na verdade a outras exigências, buscando a melhoria” (E4).

Dentro da gestão ambiental existente na fazenda, os requisitos legais eram integralmente cumpridos. As boas práticas de manejo também já estavam inseridas nos procedimentos de lida com os animais, o que denota a fácil obtenção do selo, pois já enquadrada nos requisitos para isso (PINTO *et al*, 2014). Vale destacar que estas boas práticas foram identificadas como as de orientação da EMBRAPA, onde os requisitos de boas praticas de manejo convergem ao que prelecionado pelos *stakeholders* quando da elaboração daquelas orientações como por exemplo: projeto Pecus que se vale dessas orientações ao desenvolver técnicas de manejo que diminuem a emissão de metano, aumenta os créditos de carbono, o que por fim acaba por diminuir os efeitos danosos dos gases do efeito estufa.

	JBS	Fazenda São Marcelo	IMAFLORA
SAG	Agroindústria	Produtor	Produtor e Agroindústria
STAKEHOLDERS	Instituição Financeira, Mercado	Instituições de Apoio	Instituições de Apoio
DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	Atendimento às Normas Trabalhistas, economia e otimização no uso da água; gestão ambiental bem implementada.	Atendimento às Normas Trabalhistas, benfeitorias aos colaboradores, preservação dos recursos naturais, gestão ambiental bem implementada.	Instrução e orientação às organizações da implementação da gestão ambiental
CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL	Curtumes e Frigorífico Modelo	Implementada desde a fundação da organização; Rainforest Alliance	Própria Rainforest Alliance

Tabela 7: Resumo; fonte: autora.

4.6. DAS CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS DENTRO DA SAG DA BOVINOCULTURA DE CORTE NAS ORGANIZAÇÕES ANALISADAS

Conforme já apresentado, não são todos os elos da SAG da bovinocultura que possuem certificados, porém, o elo da agroindústria vem angariando mais selos, de maneira a fomentar a inserção de outros certificados nos demais pontos do sistema. Já os produtores precisam ainda se adequar às exigências legais de proteção ambiental, como as áreas de proteção permanente, reserva legal e cadastro ambiental rural, o que não existia antes da promulgação do Código Florestal de 2009.

O Ministério Público em sua função fiscalizadora exige também com maior rigor no cumprimento das leis trabalhistas. Todas estas questões inferem-se ao cumprimento de ordens legais, sendo que a certificação ambiental como já pautado na teoria, é um elemento premiador de um agente externo da organização que certifica o cumprimento dessas exigências legais e ainda cumpre além dessas premissas os seus respectivos requisitos (INMETRO, 2014).

Contudo, como também já fora pontuado na teoria, a SAG da carne bovina é demasiada complexa, existindo ainda questões de valores culturais enraizados na mesma (JANSSEN E HAMM, 2014), cuja mudança se dará através das exigências legais e mercadológicas (PINTO *et al.*, 2014). A visualização desta última razão está evidente na agroindústria, pois dadas as exigências do mercado do couro e das instituições financeiras passou a implementar os certificados em sua produção (E1 e E3).

No tocante as promulgações nas fazendas produtoras de gado, segundo o entrevistado E2, a procura triplicou desde que promulgou o primeiro certificado na fazenda São Marcelo. Considerando que fora encontrada outras certificadoras que emitem selos em fazendas de bovinocultura de corte, mas de outra ordem que não a ambiental, no caso a orgânica pelo IBD, pode-se dizer que os paradigmas estão mudando e os produtores antes tradicionalistas estão inserindo gestões novas para suas organizações, seja por cobrança dos *stakeholders*, seja por conscientização mesmo. Cabe pontuar que o meio ambiente enquanto *stakeholder*, conforme proposto por Azevedo *et al.* (2014), possui sua influência direta nas certificações, vez que as mesmas têm o intuito de dirimir o impacto que as organizações possuem sobre ele.

Estas questões estão intrinsecamente ligadas aos padrões estipulados pelos selos verdes. Primeiramente a exigência legal e posteriormente o enquadramento aos requisitos ainda mais exigentes. Dentre os selos existentes e disponibilizados para implementação nesta cadeia em específico, foram encontrados: ISO 9.001, ISO 14.001, Ecoccert, Imaflora, LWG, Global G.A.P., BSCI, Qualidade desde a origem, TESCO, CEIP.



Figura 15: Certificados na SAG da bovinocultura
Fonte: Dados da Pesquisa

CERTIFICAÇÕES	CARACTERÍSTICAS
IFOAM	Trabalha para unir e ajudar os <i>stakeholders</i> de todas as facetas do movimento orgânico. Com escritórios e redes em todo o mundo, IFOAM - Organics Internacional garante que a voz orgânica é ouvida, tanto a nível regional e global. Nossa visão é a adoção mundial de vista ecológico, social e economicamente sistemas de som que são baseados nos princípios da agricultura orgânica.
ISEAL	Organização não-governamental cuja missão é fortalecer os sistemas de padrões de sustentabilidade para o benefício das pessoas e do meio ambiente. A organização está aberta a todos os padrões de sustentabilidade de múltiplas partes interessadas e organismos de acreditação que demonstrem a sua capacidade de cumprir os Códigos da ISEAL de boas práticas e requisitos de acompanhamento e comprometer-se a aprender e melhorar. Através da participação na ISEAL, sistemas de padrões mostram um compromisso de apoiar um movimento unificado de padrões de sustentabilidade. ISEAL também tem um terceiro, categoria assinante de se envolver com os governos, pesquisadores, consultores, organizações do setor privado, organizações sem fins lucrativos e outras partes interessadas com um compromisso demonstrável aos objectivos da ISEAL.
ECOCERT	Organismo de inspeção e certificação fundado na França, em 1991 por engenheiros agrônomos conscientes da necessidade de desenvolver um modelo agrícola baseado no respeito ao meio ambiente e de oferecer um reconhecimento aos produtores que optam por essa alternativa. Desde a sua criação a empresa especializou-se na certificação de produtos orgânicos. A Ecocert contribuiu ativamente para o desenvolvimento da agricultura orgânica nos anos 90, participando na discussão dos textos regulamentares legais na França e Comunidade Europeia. Ao longo dos anos, a Ecocert ganhou a confiança dos profissionais e consumidores e tornou-se uma referência na certificação orgânica no mundo.
BSCI - Business Social Compliance Initiative	Iniciativas voltadas para empresas comprometidas com a melhoria das condições de trabalho nas fábricas e fazendas em todo o mundo. Foi lançado em 2003 como uma iniciativa da Foreign Trade Association – FTA (Associação de Comércio Exterior). Sua criação se deu em resposta à crescente demanda de negócios com condições de trabalho transparentes e melhoria na cadeia de abastecimento de todo o mundo.
TESCO NURTURE (Selo)	Assegura que as frutas e as verduras comercializadas pela rede são de fornecedores com sistemas produtivos e processos ambientalmente responsáveis. Ele faz parte do certificado, administrado pela Tesco, maior rede varejista da Inglaterra.
CEIP - Certificado Especial de Identificação e Produção	Objetivo reconhecer os melhores animais de cada safra, nascidos nos projetos avaliados e aprovados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Assegura a procedência, produtividade e potencial genético do animal, garantindo os números referentes às suas principais características de performance, oferecendo ao mercado reprodutores qualificados e capazes de produzir bezerros (as) de melhor qualidade com exclusividade.
RAINFOREST ALLIANCE	Garante o cumprimento de uma série rigorosa de normas para as atividades de produção agrícola ou exploração florestal, que visam à proteção do meio ambiente, dos direitos e do bem-estar

	de trabalhadores e comunidades locais. O programa de certificação oferece aos usuários da terra, orientação na produção de bens e prestação de serviços de forma eficiente e sem esgotar os recursos naturais ou impactar nas comunidades locais. A Rainforest Alliance acredita que a certificação é uma das ferramentas mais eficazes para a conservação dos recursos naturais do planeta, mantendo a identidade cultural e os meios de subsistência das populações locais.
Global G.A.P.	Objetivo qualificar a propriedade conforme os aspectos de produção, meio ambiente, bem-estar animal, segurança alimentar, análises de riscos, manejo, gestão e responsabilidade social. O certificado é exigido pelo Euro Retailer Group, entidade que reúne os maiores varejistas de alimentos da União Europeia.
Qualidade desde a origem Pão de Açúcar	Programa exclusivo do Grupo Pão de Açúcar, desenvolvido com o compromisso de oferecer aos seus clientes produtos hortifrutigranjeiros com um alto padrão de qualidade, respeito às normas trabalhistas e iniciativas sustentáveis. Utiliza a rastreabilidade e o monitoramento de resíduos de agrotóxicos para ações de desenvolvimento dos fornecedores e com atenção à saúde dos consumidores. O Programa está baseado em cinco pilares para guiar as atividades de desenvolvimento da cadeia produtiva: auditoria de fornecedores, análise de resíduos de agrotóxicos, análise microbiológica, inspeção de qualidade no recebimento e rastreamento.
ISO 9001	Sistema de gestão da qualidade (SGQ) concebido para desenvolver e manter um portfólio de serviços que permitem às empresas melhorar seu desempenho e se beneficiar com a implementação. Funciona um instrumento para ajudar o gestor a encontrar e corrigir processos ineficientes dentro da organização. Além disso, a ISO 9001 é uma forma de documentar a cultura da organização, permitindo que o negócio cresça mantendo a qualidade dos bens e serviços prestados.
ISO 14001	Requisitos de um Sistema de Gestão Ambiental e permite a uma organização desenvolver e praticar políticas e metas ambientalmente sustentáveis. A norma leva em conta aspectos ambientais influenciados pela organização e outros passíveis de serem controlados por ela. A implementação dessa norma deve ser buscada por empresas que desejam estabelecer ou aprimorar um Sistema de Gestão Ambiental, estar seguras sobre políticas ambientais praticadas ou demonstrar estar de acordo com práticas sustentáveis a clientes e a organizações externas.
Leather Working Group	Desenvolver e manter um protocolo que avalia as capacidades de conformidade e desempenho ambiental dos curtidores e promove práticas empresariais ambientais sustentáveis e adequadas dentro da indústria de couro. O grupo visa melhorar a indústria de curtumes, criando alinhamento das prioridades ambientais, trazendo visibilidade às melhores práticas e fornecer orientações sugeridas para a melhoria contínua. É o objetivo do grupo trabalhar de forma transparente, envolvendo marcas, fornecedores, varejistas, os principais especialistas técnicos na indústria do couro, as ONG e outras organizações interessadas.
Garantia de origem Carrefour	Validar um produto saudável, com sabor autêntico, aspecto visual agradável, ecologicamente e socialmente correto. Ele atesta práticas agrícolas sustentáveis, que não degradam a natureza, e produção socialmente responsável, com trabalhadores registrados e sem utilização de mão-de-obra infantil. É administrado pelo grupo francês de hipermercados

	Carrefour.
--	------------

Tabela 7: Das características dos selos da SAG da bovinocultura de corte no Brasil Fonte: Dados da Pesquisa

4.7. DO PAPEL DOS *STAKEHOLDERS* NO PROCESSO DAS CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS NA SAG DA BOVINOCULTURA DE CORTE

Os *stakeholders* da cadeia supracitada acabaram por influenciar os certificados, seja por estipular os requisitos que definem os princípios de sustentabilidade, seja por exigir por questões de contrato; tais influências são as chamadas indiretas e diretas respectivamente por Clarsckson (1995).

Em se tratando de requerimentos pelo certificado o que ganhou destaque fora a do agente financeiro ao exigir a garantia de uma gestão ambiental nas plantas da agroindústria como requisito para a concessão de empréstimos. O de menor expressão, mas não menos importante fora a dos consumidores ao exigir o selo que demonstre a sustentabilidade da carne, que certifique que esta não é proveniente de pastagens de desmatamento ilegal. Vê-se, portanto que os *stakeholders* possuem papel imprescindível para o aumento do número de certificados ambientais dentro da cadeia da bovinocultura de corte.

Quando a entrevistada E3 informa da necessidade da certificação ambiental para a concessão do empréstimo junto ao banco, resta evidente que uma gestão ambiental é requisito imprescindível para a operação de uma organização. A agroindústria foi o primeiro elo da cadeia em questão a ter como exigência tal acompanhamento. Outros elos demonstram necessidade também se considerado o número de aditivos químicos usados nos insumos pelos produtores, até porque o impacto ambiental destes não é menor para o meio ambiente, assim como o consumo de água etc. Contudo, a dificuldade ainda se apresenta para rastrear os animais dentro de toda a cadeia (WAACK *et al*, 2010).

O Entrevistado E2 informa, por sua vez, que o número de fazendas em busca da certificação vem aumentando consideravelmente, o que parece então ser uma tendência dentre os produtores de *avant garde*, pois estes além de cumprirem com os requisitos legais de operação, sanitários, ambientais e sociais, procuram o diferencial de estarem dentro de normas internacionais de sustentabilidade (PINTO *et al*, 2012).

Os *stakeholders* discutem em fóruns internacionais sobre estes requisitos especificamente para a cadeia da carne, como por exemplo, o GTPS- Grupo de trabalho de pecuária sustentável que passou a estipular padrões para a produção sustentável da carne bovina (FERRARINI e BALDO, 2013).

Portanto, no que tange à questão da sustentabilidade o papel dos *stakeholders* vem ganhando importância tanto para a promulgação dos requisitos a serem implementados nos processos de certificação, quando na própria exigência de certificados ambientais dentro da SAG da bovinocultura de corte. Assim sendo, foram identificados sem ordem de importância os *stakeholders* do sistema em questão: as instituições financeiras, Governo, consumidores finais do mercado externo, consumidores finais do mercado interno, centros de pesquisas, associações, cooperativas, OSCIPs e ONGs, como ilustrado na figura 16.

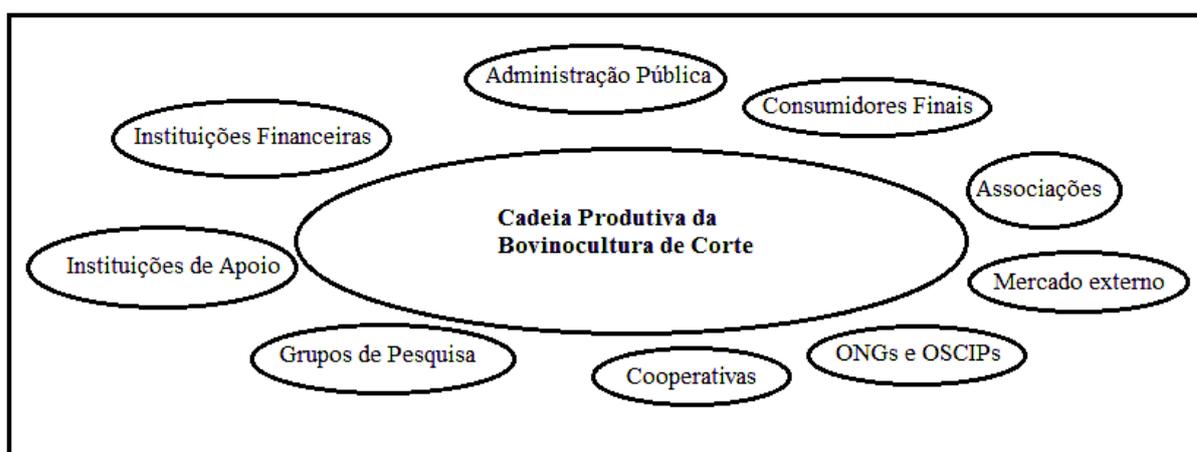


Figura 16: Os *stakeholders* da SAG da bovinocultura de corte

Fonte: Dados da Pesquisa

Cada um destes atores possui um atributo distinto do outro, com exigências distintas, vez que suas características, por sua vez, também o são. Tendo em vista que o objetivo principal de uma empresa é buscar o lucro, os atores relacionados diretamente a este fim ganham importância maior. Como evidenciado nas entrevistas, há mercados que exigem como pré requisito de compra o certificado, estes atuam como *stakeholders* diretos, mas não menos importantes são as ONGs que estimulam a promulgação de selos verdes na cadeia que atestem a sustentabilidade na produção.

Este é o papel dos *stakeholders*: promover as mudanças nas organizações do que for necessário para melhorar o funcionamento de suas atividades, daí a razão de existir também das *roundtables* nacionais e internacionais. Os grupos de discussão angariam novas ideias, engendrando novos comportamentos sempre no intuito de melhorar a produtividade da cadeia, seja em termos sociais, econômicos e ambientais. A prova dessa promoção são os grupos com GTPS, ABPO, Embrapa, grupos estes que incentivam um manejo com menor impacto ambiental e maior retorno financeiro ao produtor.

Isto posto, resta evidente a importância dos *stakeholders* na promulgação dos certificados ambientais, vez que estimulam direta e indiretamente o cumprimento de requisitos em prol da sustentabilidade.

4.8. DOS PRINCÍPIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PROMULGAÇÃO DAS CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS.

As certificações socioambientais estimulam melhorias ambientais, sociais e econômicas dentro das organizações, sendo que a certificadora entrevistada estimula essas melhorias especificamente nos setores florestais e agropecuários.

A instituição entrevistada reconhece que uma atuação responsável contribui para a conservação dos recursos naturais, proporciona condições dignas e justas para os trabalhadores e promove boas relações com a comunidade próxima à área, propriedade ou empresa certificada (E2) (PINTO, *et al*, 2012; WAACK *et al*, 2010).

Entre os benefícios alcançados pelos empreendimentos certificados, independentemente do porte, os que se destacam são: diferenciação dos produtos no mercado, participação em mercados mais exigentes, ganhos em gestão e melhoria na imagem institucional (WAACK *et al*, 2010). O que implica dizer que uma organização certificada tende a produzir com uma gestão mais eficiente, pois aloca seus recursos de maneira a potencializar as melhorias, assim conforme evidenciado nas entrevistas: “ser certificado fica mais eficiente, você tem mais controle e tem uma taxa de retorno maior. Além disso, ele abre possibilidades de mercado pra você ganhar mais fora da porteira, o seu produto vale mais” (E2).

Assim como a literatura demonstra - Brundtland (1991), Barbieri (2007) e Hardin (1968), ficou evidente na pesquisa que o alcance do desenvolvimento sustentável é pautado na tríade econômico-social-ambiental, pois em todas as organizações pesquisadas mantinham no seu plano de gestão ambiental essas premissas, senão vejamos:

A gente tem critérios sociambientais para selecionar fornecedores[...], selo de uma terceira parte fazendo a auditoria nas fazendas e certificando as fazendas, são processos bem distintos, o que a gente tem é um sistema que a gente tem as fazendas mapeadas, a gente usa um sistema de informação geográfico que imagem de satélite, georeferenciados a gente faz o cruzamento desses dados e identifica se tem alguma irregularidade na fazenda, tendo alguma irregularidade como desmatamento ilegal, ou mesmo existencia de autuações de trabalhadores não registrados, ações trabalhistas o fornecedor é bloqueado. (E1)

A gente foi criada principalmente para enfrentar o desmatamento e a desvalorização das florestas, que foi muito intensa no final da década de 80 início de 90, e a nossa missão, portanto é promover e incentivar as mudanças sociais e ambientais no setor de florestas e agricultura nos moldes do desenvolvimento sustentável (E2)

Os princípios na verdade a São Marcelo ela segue os pilares da responsabilidade socioambiental, cuidar do meio ambiente, dos seus colaboradores e agir com responsabilidade social. [...] A empresa cuida dos seus colaboradores, ela cuida da segurança, do trabalho, zela pela saúde deles, disponibiliza condições adequadas de trabalho, aplica treinamentos. [...] A São Marcelo é referência em criação de gado e com base na missão, na visão e valores da empresa, ela orienta os seus negócios para a sustentabilidade com o apoio da equipe que seriam os colaboradores os gerentes, os diretores. (E4)

Apesar da certificação ambiental estar voltada mais para a questão ambiental, as empresas que a implementam tem a consciência da responsabilidade social, o que se denota que também estão para as questões da sustentabilidade. Conforme explicitado, uma organização que busca uma certificação ambiental está ciente de que os requisitos são pautados nessa tríade. O cumprimento do que está exigido em lei é o primeiro passo para obtenção do selo, é um pré requisito, pois uma vez estando com alguma irregularidade tanto ambiental quanto social, o certificado não será obtido (FIKRU, 2014).

Outro programa pró sustentabilidade de pré requisito para a certificação na cadeia é o Programa Pecus. A rede Pecus é composta por 12 projetos componentes, e reúne várias unidades da Embrapa, universidades e outras instituições de pesquisa nacionais e internacionais, com apoio de agências de fomento à pesquisa e da iniciativa privada. Os pesquisadores estudam a dinâmica dos gases de efeito estufa (GEE) em sistemas de produção presentes nos diferentes biomas brasileiros. O objetivo é contribuir para a competitividade e sustentabilidade da pecuária brasileira, identificando alternativas de mitigação e subsidiar políticas públicas. (EMBRAPA, 2012) A fazenda São Marcelo além de cumprir as exigências da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) junto aos seus empregados rurais, que possuem algumas tratativas diferenciadas e nem sempre respeitadas dos demais empregados, empenha esforços para atender às orientações de desenvolvimento social como promovendo estrutura de moradia, educação, segurança e saúde. Estes diferenciais demonstram que a organização que obtém um selo ambiental possui dentro de seus princípios e valores a responsabilidade sócio ambiental.

O desenvolvimento econômico é o que move as organizações, estas objetivam o lucro, a questão da sustentabilidade envolve o crescimento econômico sem o detrimento do meio ambiente nem tampouco dos colaboradores da empresa. Ao contrário, a ordem é estimular o tripé para um desenvolvimento geral mais justo, harmônico e equilibrado.

4.9. DAS AÇÕES PARA INSERÇÃO DE CERTIFICAÇÕES AMBIENTAIS NA SAG DE BOVINOCULTURA DE CORTE.

Considerando que a SAG, quando comparada as demais cadeias produtivas do agronegócio ainda é incipiente na obtenção de certificados ambientais (WAACK, 2010), sua agroindústria mostra-se mais aderida aos padrões da sustentabilidade, sendo que os produtores de animais ainda estão se adequando às exigências legais de proteção ao meio ambiente como a emissão do CAR (Cadastro Ambiental Rural), cumprimento às limitações das APP (Áreas de Proteção Permanente), dentre outras exigências trazidas pelo novel Código Florestal.

A questão levantada acerca da incipiência dos produtores na sustentabilidade não se limita a sócioambiental, mas também para a gestão produtiva como um todo. De uma maneira geral os produtores não buscam implementar um sistema que aponte quais as perdas efetivas da fazenda quando não são consideradas as perdas em razão da falta de um manejo bem instruído que diminui por exemplo os hematomas nos animais que diminui o aproveitamento de sua carne o que por sua vez, diminui seu valor de mercado (FERRARINI; BALDO, 2014).

Este é só um exemplo, outro, são das práticas agrosilvopastoris, onde a terra tem alternância nas plantações o que aumenta a riqueza mineral do solo elevando o ganho produtivo do pecuarista; contudo, como esclarece Martha (2015), as tecnologias precisam ser aplicadas no campo com o intuito de aumentar a rentabilidade da produção agrária; investir em inovação, em novas técnicas de manejo diminuem custos e angariam maiores lucros (MARTHA, 2015).

Tais procedimentos estão elencados no projeto de Boas Práticas Agropecuárias (BPA) desenvolvido pela Embrapa Gado de Corte, que destaca a relação estreita entre a bem-estar animal, saúde animal e desempenho produtivo; implementar a BPA é sinônimo de gestão sustentável da propriedade, pois tem a função de instruir o produtor ao planejamento, organização, direção e controle (VALLE, 2011); tal qual a BPA as certificações também prelecionam essas quatro diretrizes em prol da sustentabilidade.

A implementação de uma gestão eficiente implica a adoção de sistemas de inovação como os procedimentos que a certificação disponibiliza aos produtores. Uma vez investido valor nessas tecnologias, sob uma ótica econômica, a função de produção desloca-se para cima e os custos para baixo o que torna o produtor apto a produzir e vender e maior e melhor qualidade (MARTHA, 2015). Os benefícios dessas implementações são claros, mas ainda existe uma certa resistência por parte dos produtores tradicionais que resistem a adoção dessas medidas.

A necessidade de novos ajustes já é uma realidade para os criadores de gado e as certificações podem instruir os produtores nesse caminho pró sustentabilidade, sendo este o intuito, por exemplo, da organização entrevistada. Porém, a cultura tradicionalista, enraizada nesse setor da economia brasileira quiçá a mais antiga, já que a criação de gado no país data desde a colonização, precisa de novos ares. Novos gestores já visualizam a tendência de implementar uma gestão ambiental ecoeficiente e passam a investir na mesma, resta portanto ampliar este alcance para todo o resto da SAG da bovinocultura de corte.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral analisar os processos de certificação ambiental no contexto da SAG da bovinocultura de corte no Brasil, sendo que os específicos foram os de mapear as certificações ambientais dentro desse sistema; descrever as certificações ambientais encontradas nos elos das SAGs das bovinoculturas de corte; identificar a influência dos *stakeholders* da cadeia na promulgação das certificações; e analisar a sustentabilidade inseridas nas certificações ambientais emitidas nos diferentes elos do sistema.

A certificação ambiental é fruto da demanda dos mercados por padrões de sustentabilidade. Cumpre esclarecer que é oriunda das certificações de qualidade que surgiram para padronizar procedimentos de produção de países distintos de maneira que um produto possa ter peças de diversas localidades. Deste princípio também se vale a certificação ambiental, ou seja, a certificação nasce da necessidade de se estabelecer critérios e estipular requisitos a serem seguidos para as empresas que queiram padronizar seus procedimentos com o intuito de diminuir o impacto ambiental que sua atividade produz.

Na pesquisa encontrou-se diferentes processos de certificação, vez que cada certificadora possui um método diferente com requisitos e procedimentos diferentes umas das outras. Contudo, o que pode ser destaca como ponto comum no processo nas certificações ambientais é o atendimento ao que requerido pelos *stakeholders* da cadeia. O processo de inserção das certificações ainda é lento, tendo em vista que foram encontradas poucas ao longo da cadeia, quando comparadas a outros setores da agricultura, como cítricos, soja e cana-de-açúcar por exemplo.

Quando estudada a SAG da bovinocultura de corte, identificou-se sua complexidade e os subsistemas que nela existem. Apesar de ser uma das atividades mais antigas do país, pois a criação de gado data do início da colonização, ela ainda está arraigada em valores muito tradicionalistas. Contudo, vislumbra-se um investimento em novas tecnologias e sistemas de criação que move a cadeia para procedimentos mais modernos (MARTHA, 2015).

O elo da SAG da bovinocultura de corte foi onde encontrou-se mais certificações foi na agroindústria que possui selos ambientais para o subproduto da cadeia, o couro, cuja

exigência de certificação é realizada por parte de mercados específicos como o mobiliário, automobilístico e de alta costura; foi encontrado ainda certificações ambientais de certificadoras com acreditadas diferentes como o caso da ISO14.0001, Rainforest Alliance, Ecocert e IBD.

Vale ressaltar que os produtores rurais estão visualizando que as questões ambientais estão tomando importância, seja pelas exigências da lei, seja pelo mercado externo que passa a exigir uma carne de procedência sustentável, o que, por conseguinte fomenta o mercado dos selos. O programa de Boas Práticas Ambientais (BPA) é o exemplo que deve ser considerado quando suscitada as *roundtables* que angariam novas tratativas na pecuária, novos procedimentos que possuem o intuito de diminuir o impacto ambiental da atividade.

Como o processo de certificação ambiental se dá em atenção aos princípios da sustentabilidade, sendo este ainda novo na inserção da gestão das organizações, estas estão se adequando a nova realidade. As empresas que já visualizaram essa tendência tomaram a dianteira no processo de certificação para garantir notoriedade no mercado e reputação no tocante às suas respectivas ações de diminuição dos impactos ambientais.

A condição *sine qua non* para o desenvolvimento sustentável é que as organizações estejam plenamente de acordo com todas as exigências das normas trabalhistas promovendo daí mais melhorias para os trabalhadores da organização, o que, por conseguinte traz melhorias para com o desenvolvimento social, devem estar ainda operando de acordo e em respeito às leis, normas e regulamentações ambientais e ainda crescer economicamente gerando riqueza não só para a organização mas para a SAG onde está inserida, seus *stakeholders* e sociedade.

A certificação ambiental tem como objetivo traçar metas em busca do desenvolvimento sustentável na medida em que padroniza requisitos a serem seguidos pelas organizações promulgando respeito ao meio-ambiente, não à toa que estão em maior número em países desenvolvidos. Uma vez atingido esses requisitos, os recursos naturais que hoje caminham à escassez teriam mais tempo para renovação, possibilitando que as futuras gerações usufruem dos mesmos sem prejuízo de seu desenvolvimento econômico e social.

A educação é o nó Górdio da sustentabilidade, o esclarecimento do seu termo tanto para uma organização de grande porte é tão importante quanto para um indivíduo, pois este por ser o consumidor final daquela é um importante *stakeholders* da cadeia. Enquanto a população não for esclarecida da necessidade de se respeitar o meio ambiente, isto implica dizer flora e fauna (de animais silvestres ou não), e não o tratar como um bem público de todos nós, de direito de usufruto de todos sem que haja quaisquer deveres em contrapartida as

consequências se agravarão. A escassez de água, desastres ambientais, extinção de espécies animais e vegetais já é uma realidade vivida em vários países. Tais desastres não ocorrem única e exclusivamente dentro do país que engendrou o desflorestamento, que teve sua usina nuclear danificada, ou barragem de mineradora rompida, essas ações humanas, diga-se falhas humanas são sentidas por todos os humanos, brasileiros, italianos, russos, etíopes, japoneses, australianos et.

O problema das mudanças climáticas é global, assim sendo, as ações devem da mesma forma ter alcance global. Os *stakeholders* estipulam requisitos pró sustentabilidade em níveis internacionais justamente para que padronizem o mínimo de segurança ambiental acerca da economia do mundo. Há de se pontuar que cada região possui suas peculiaridades, o que torna essa padronização muito generalizada, o próprio Código Florestal do Brasil nasceu com falácias dessas. O país possui dimensões continentais, com biomas muito diferentes, as pastagens dos pampas gaúchos são muito diferentes das pastagens do cerrado, que por sua vez tem características diferentes das do norte do Brasil. Portanto, o GTPS estuda essas diferenças no intuito de alcançar mais profundamente os problemas em comum de todos.

Certo é que as discussões começaram há anos e o retorno desses debates é a adoção, por parte das organizações, de medidas protetivas, seja em razão de exigências legais, seja em razão de exigências comerciais. O fato é que as mudanças nos procedimentos é uma realidade que não mais se discute e a inobservância das exigências legais possui sanções pesadas aos infratores. Contudo, ainda assim há os desvios e os caminhos mais curtos que levam aos desastres ambientais como o que ocorrera na Amazônia com a intervenção do *Greenpeace* que relatou o caso de carnes provenientes de desmatamento ilegal da floresta que engendrou o boicote de clientes em realação à JBS que preciso se retratar com investimentos em tecnologia e inovação pró sustentabilidade.

Como demonstrado na pesquisa, essa mudança vem acontecendo dentro da SAG da bovinocultura de corte, mas limitando-se a elos como o da agroindústria, porque como dito, na pecuária ainda os produtores se limitam a cumprir as exigências legais. Daí a necessidade de incluir as benesses da certificação ambiental nesse elo, pois fornece ao produtor a imagem de sustentabilidade àqueles que importam.

Da mesma forma que os prejuízos ambientais não são de fácil mensuração, o retorno do investimento em sustentabilidade também os são. Mas certo é que a falta desse investimento traz uma repercussão negativa para a organização como o caso da JBS que adquiria animais cuja pastagem era oriunda de desmatamento ilegal, sendo reportado isso pelo *Greenpeace* que angariou alcance global. Para recuperar sua reputação a empresa precisou

investir em tecnologias que garantissem a procedência, o que é publicado no mercado com o selo de garantia de origem.

Inobstante o selo de garantia de origem não ser de uma certificadora ambiental o princípio válido para sua existência é o mesmo, qual seja: a sustentabilidade.. Contudo, a grande massa consumidora não acessa tais informações, seja porque não chegam por fácil acesso, seja porque sua educação ambiental ainda é primária. Portanto, este é um dos gargalos destacado a ser solucionado.

A dificuldade encontrada pode estar ligada a valores culturais e éticos, que são questões subjetivas, demonstrando que pode se levar tempos até chegarmos a um ponto comum de alcance à sustentabilidade à todos.

Assim sendo, considerando os dados levantados na pesquisa, conclui-se que a certificação ambiental é um caminho seguido por algumas organizações da SAG da bovinocultura de corte, principalmente as pesquisadas.. Evidencia-se também que onde encontrou-se os certificados ambientais os valores e princípios da sustentabilidade estão arraigados no processo de certificação o que acaba por promover um desenvolvimento sustentável para o setor e necessário para todos, o que acaba por valorizar ainda mais o produto.

Considerando que o objetivo da pesquisa fora o de analisar o processo de certificação ambiental na SAG da bovinocultura de corte e que esta é complexa, o estudo que ainda se faz necessário é o de se estudar separadamente cada um de seus elos. São vários os subsistemas que existem dentro desta SAG, devendo, por conseguinte, aprofundar o entendimento de cada um para que se alcance uma perspectiva global mais perto da realidade.

Cumprir destacar que para pesquisas futuras, sugere-se contemplar desde os insumos que são produzidos pró sustentabilidade até os consumidores finais em geral, além de correlações entre os dados de perfil e fatores que influenciam o mercado da pecuária. Cabe ainda sugerir a realização de pesquisas acerca de outras certificações que promovem a sustentabilidade dentro da SAG da bovinocultura de corte que valorizam os respectivos produtos tanto em âmbito interno quanto externo, buscando reconhecer convergências e particularidades.

6. REFERÊNCIAS

ABIEC – Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne. **Estatísticas por setor**. Disponível em <http://www.abiec.com.br/img/Upl/osetor-101012.pdf> , Markestrat e Scot Consultoria 2011. Acesso realizado em: 13.nov.2015.

_____. **Estatísticas da agropecuária 2015**. Disponível em <http://www.abiec.com.br/download/relatorio-anual-2015.pdf> . Acesso realizado em 05.nov.2015.

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Sistema de Gestão Ambiental**: requisitos com orientações para uso. ABNT. São Paulo: 2004.

AGUIAR, S. **A Dinâmica Entre Raízes e Asas**: Um Estudo sobre Organizações Inovadoras. Tese de Doutorado. São Paulo: EAESP-FGV, 2004.

AIDOO, R.; FROMM, I. **Willingness to Adopt Certifications and Sustainable Production Methods among Small-Scale Cocoa Farmers in the Ashanti Region of Ghana**. Journal of Sustainable Development; Vol. 8, No. 1, 2015.

ALVES-PINTO H, NEWTON P, PINTO L. **Certifying sustainability**: opportunities and challenges for the cattle supply chain in Brazil. CCAFS Working Paper no. 57. CGIAR Research Program on Climate Change, Agriculture and Food Security (CCAFS). Copenhagen, Denmark. Available online at: www.ccafs.cgiar.org; 2013.

ANTUNES, P. B.. **Direito Ambiental**. Lumien Juris editora 8ed., Rio de Janeiro. 2005.

AZEVEDO, D.B. **Diálogos entre Stakeholders em Redes de Organizações de Agronegócios na Busca da Mitigação dos Efeitos da Mudança Climática**: O Caso do Instituto do Agronegócio Responsável – ARES. 2010, 204 f. Tese (Doutorado em Agronegócios). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2010.

AZEVEDO, D.B.; MALAFAIA, G.; PEDROZO, E.A.. **Should inter-organizational relationships in agribusiness be guided by consumer or by stakeholders?** African Journal of Business Management Vol. 6(3), pp. 745-755, 2011.

AZEVEDO, D.B.; COSTA, R.S.; MALAFAIA, G.C.; SILVA, M.O.; ALVES, L.G.S.; SANTOS, P.S.; ABRAHÃO, A.F.S.. **Stakeholders do GTPS (Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável)**: Desafios Enfrentados para a Implantação da Pecuária Sustentável. Business and Management Review. ISSN: 2047 – 0398, June, 2015.

BATALHA, M. O.. **Gerenciamento de sistemas agroindustriais**: definições, especificidades e correntes metodológicas. In.: Batalha, M. O. (coord.), *Gestão agroindustrial*. pp. 1-62, ed. 3. São Paulo: Atlas. 2007.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental**: conceitos, modelos e instrumentos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977

BLACKMAN, A.; NARANJO, M.. **Does Eco-Certification Have Environmental Benefits?** Organic Coffee in Costa Rica. Resources for the future. 1616 P St. NW Washington, DC 20036, 2010.

BRASIL, Lei Federal 6938/81; **Lei da Política Nacional do Meio Ambiente**. Presidência da República – Casa Civil, 2010.

_____, <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/02/governo-quer-aumentar-producao-de-leite-em-40-em-10-anos> - Fonte: Portal Brasil com informações do Diário Oficial da União publicado EM 27/02/2014

BRUNDTLAND, G.. **Nosso futuro comum** – Comissão Mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. Fundação Getúlio Vargas 2º ed., Rio de Janeiro/RJ 1991

CHAN, E. S. W.; WONG, S. C. K. Motivations for ISO 14001 in the hotel industry. *Tourism Management*, v. 27, n. 3, p. 481-492, 2006

CLARKSON, M. **A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance**. *Academy of Management Review*, v. 20, n. 1, p. 92-117, 1995

COLLINS, J.; HUSSEN, R.. **Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos e pós-graduação**, 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CRESWELL, J. W. . **Qualitative Inquiry & Research Design: Choosing Among Five Approaches**. 2 ed. Lincoln, University of Nebraska. Sage Publications, Inc. 2007.

DONALDSON, T.; PRESTON, L. E.. **The stakeholder theory of the corporation: Concepts, evidence and implications**. *Academy of Management. The Academy of Management Review*; 20, 1; ABI/INFORM Global pg. 65. 1995

DE OLIVEIRA, O. J.; PINHEIRO, C. R. M. S.. **Implantação de sistemas de gestão ambiental ISO 14001: uma contribuição da área de gestão de pessoas**. *Gest. Prod.*, São Carlos, v. 17, n. 1, p. 51-61, 2010

EMBRAPA 2007 = Acesso em 13 de abril de 2015, disponível: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/7.pdf

EYCKMANS, J.; KVERNDOKK, S.; **Moral concerns on tradable pollution permits in international environmental agreements**. *Ecological Economics* 69 (2013) 1814–1823

FERRARINI, G., BALDO, B.. Bem estar na fazenda. Disponível em <http://pecuariasustentavel.org.br/pdf/guai_gtps_capitulo_1.pddf> Acesso realizado em 13 de dezembro de 2015.

FIESP - Disponível em <http://www.fiesp.com.br/noticias/economia-do-brasil-deve-crescer-2-em-2014-projeta-fiesp/> - Acessado em: 18 de fevereiro de 2016.

FIKRU, G. Mahelet. **International certification in developing countries: The role of internal and external institutional pressure.** Journal of Environmental Management, 286-296, 2014

FREEMAN, R.E.. **Strategic management: a stakeholder approach.** Boston, MA: Pitman. 1984

FRYXELL, G. E.; SZETO, A. **The influence of motivations for seeking ISO 14001 certification:** an empirical study of ISO 14001 certified facilities in Hong Kong. Journal of Environmental Management, v. 65, n. 3, p. 223-238, 2002.

GOLDBERG, R.A.. **Agribusiness coordination:** a systems approach to the wheat, soybean and Florida Orange economies. Boston: Division of Research. Graduate School of Business Administration. Harvard University, 1968.

GRAU, Eros Roberto. **A Ordem Econômica na Constituição de 1988.** 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

GUARNIERI, P.. **Logística reversa:** em busca do equilíbrio econômico e ambiental. Ed. Clube de autores. Recife/PE. 2011

HANG, S.; CHUNGUANG, Z.; **Does environmental management improve enterprise's value?** – An empirical research based on Chinese listed companies, Ecological Indicators, 51 (2015) 191–196.

HANSEN, P. B.. **Um modelo meso-analítico de medição de desempenho competitivo de cadeias produtivas.** Porto Alegre, 2004.

HARDIN, G.; **Tragedy of Commons.** Science, vol. 162, p. 1243–1248, December 1968.

HOFF, D. N.; **A construção do desenvolvimento sustentável através das relações entre as organizações e seus stakeholders:** A Proposição de uma Estrutura Analítica. Tese (Doutorado em Agronegócios). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2008.

HUSTED, W. Bryan; *et al.* **An exploratory study of environmental attitudes and the willingness to pay for environmental certification in Mexico.** Journal of Business Research. v.67, 891-899, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Relatório dos recursos naturais, 2012. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default_2012.shtm Acessado em: 13.jun2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário. 2013. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm> Acesso em 20.ju.15. -

INMETRO. **Empresas Certificadas ISO 14001**. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/gestao14001/Rel_Certificados_Validos.asp?Chamador=INMETRO14&tipo=INMETROEXT>. Acesso em: 02.mar.2015

_____. Avaliação de conformidade: sistema de Brasileiro de certificação, 2012. Disponível em <<http://www.inmetro.gov.br/qualidade/comites/sbc.asp>>. Acesso em 14.mar.16

ISO - International Organization for Standardization, 1996. *14001-Environmental Management Systems:Specification with Guidance for use*. Geneva, Switzerland: ISO. Disponível em <<http://www.iso.org/iso>>. Acesso em: 07.jan.16.

JANSSEN, M.; HAMM, U.; **Governmental and private certification labels for organic food: Consumer attitudes and preferences in Germany**. Food Policy 49, 437–448, 2014.

JABBOUR; SILVA; PAIVA; SANTOS. **Environmental management in Brazil: is it a completely competitive priority?** Journal of Cleaner Production, 2011.

LIMA-FILHO, D.O.; QUEVEDO-SILVA, F.. **Drivers para a sustentabilidade ambiental na cadeia Produtiva da Bovinocultura de corte**. Cap. 3. Gestão Estratégica da Sustentabilidade, Experiências Brasileira. Pages 63-81, 2014.

KLEWITZ J.; HANSEN E.G.. **Sustainability-oriented innovation of SMEs: a systematic review**, *Journal of Cleaner Production*, doi: 10.1016/j.jclepro.2013.07.017 - 2013.

LOBATO, J.F.P.; FREITAS, A.K.; DEVICENZI, T; CARDOSO, L.L.; TAROUCO, J.U.; VIEIRA, R.M.. **Brazilian beef produced on pastures: Sustainable and healthy**. Meat Science 98 336-3345 - 2014.

LUDTKE, C. B.. CIOCCA, J. R. P., DANDIN, T., BARBALHO, PC., VILELA, J. A., FERRARINI, C.. **Abate humanitário de bovinos** – Rio de Janeiro : WSPA, 2012

MACHIAVELLI, F.D. **Pecuária Sustentável**. Vitrine da Conjuntura, v.2 n.8, Curitiba, out - 2009.

MALAFAIA, G. C.; AZEVEDO, D. B.; SILVA, J.M.; TADEU, H. F. B.; CAMARGO, M. E.. **Towards a Social Construction of Competitive Advantages in the Brazilian Beef Cattle: an approach of local agro-alimentary systems**. Australian Journal of Basic And Applied Sciences, v. 8, p. 423-433, 2014.

MALAFAIA, G.C. *et al.* **Rentabilidade da produção de carne bovina no Brasil e desafios para o seu crescimento**. In: Sustentabilidade e sustentação da produção de alimentos no Brasil: O desafio da rentabilidade na produção. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, V.02. 2014.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Agrícola e Pecuário 2014/2015. Brasília,DF – 2014. Disponível em <

http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/PAP%202014-2015.pdf> Acessado em 20 de abril de 2016.

MARCOVITCH, J.. **Certificação e Sustentabilidade Ambiental**: uma análise crítica. USP São Paulo, 148 p. 2012.

MARQUES, G. H. F.. **A experiência brasileira na erradicação da febre aftosa e o emprego do sistema I- ELISA 3ABC/EITB para certificação sanitária de bovinos e bubalinos**. Dissertação para obtenção do título de mestre pelo Instituto Biológico de São Paulo. 67 f. São Paulo, 2013.

MARTHA, G.B.J.. **Pesquisa, desenvolvimento e inovação na agropecuária**. Revista de Política Agrícola. Brasília/DF 2015.

MATIAS, M. J. A.; **Sustentabilidade e Rede Organizacional na Bovinocultura de Corte Orgânica do Pantanal Sul**: caminhos para a competitividade. Dissertação de Mestrado. 2013. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS

MATTHEWS, D. H. **Environmental management systems for internal corporate environmental benchmarking**. Benchmarking: An International Journal, v. 10, n. 2, p. 95-106, 2003

MAY, P.H.; LUSTOSA, M.C.; VINHA, V. **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 7.

MCT - Ministério das Ciências e Tecnologias. http://www.mct.gov.br/upd_blob/0012/12425.pdf; 1999

MITCHELL, R. K; ALGE, B. R; WOOD, D. J.. **Toward a Theory of Stakeholder Identification and Salience**: Defining the Principle of Who and What Really Counts The Academy of Management Review, Vol. 22, No. 4, 1997

MOZONI, M.; BIDERMAN, R.. **Propostas empresariais de políticas públicas para uma economia de baixo carbono no Brasil**: Energia, Transportes e Agropecuária. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2010

PINTO, L.F.G.. A busca pela sustentabilidade no campo - 10 anos da certificação agrícola no Brasil – Piracicaba/SP. IMAFLORA, 2012.

PINTO, L. F. G.; GARDNER, T.; MCDERMOTT, C. L.; AYUB, K. O. L.. **Group certification supports an increase in the diversity of sustainable agriculture network–rainforest alliance certified coffee producers in Brazil**. Ecological Economics, v.107, 59-64, 2014.

PROCHNIK, V.. **Cadeias Produtivas e Complexos Industriais**. Seção do capítulo Firma, Indústria e Mercados, do livro Hasenclever, I. & Kupfer, D. Organização Industrial, Ed. Campus, Rio de Janeiro 2002

QUARTIM, E.. Logística reversa de embalagens. 2010. Disponível em <<http://embalagensustentavel.com.br/2010/01/09/logistica-reversa/>> Acessado em: 21 de abril de 2016.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: Métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SAMBASIVAN, M.; FEI, N. Y. Evaluation of critical success factors of implementation of ISO 14001 using analytic hierarchy process (AHP): a case study from Malaysia. *Journal of Cleaner Production*, v. 16, n. 13, p. 1424-1433, 2008.

SANTOS, M. G.; BARCZSZ, S.S.. **Sustentabilidade Ambiental: o caso dos frigoríficos exportadores de carne bovina de mato grosso do sul**, 2010 SOBER

SCARDUA, F.P.; BURSZTYN, M.A.A.. **Descentralização da Política Ambiental No Brasil**. *Sociedade e Estado, Brasília*, v. 18, n. 1/2, p. 291-314, jan./dez. 2003

SEBRAE. **Sustentabilidade e sustentação da produção de alimentos no Brasil – Vol. 2 O Desafio da rentabilidade na produção**, 2000.

SEIFFERT, M E. B.. **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. São Paulo: Atlas, 2010. p. 54-5.

SHRIVASTAVA, P.. **The role of corporations in achieving ecological sustainability**. *Academy of Management review*. Vol. 20. N° 4, 936-960. 1995.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, p. 820, 2001.

SILVESTRE, B.S.. **Sustainable supply chain management in emerging economies: Environmental turbulence, institutional voids and sustainability trajectories**. *International Journal of Production Economics*. Vol. 167. 2015.

SINGH, M.; BRUECKNER, M.; PADHY P.K.; **Insights into the state of ISO14001 C in both small and medium enterprises and industry best companies in India: the case of Delhi and Noida**. *Journal of Cleaner Production*. 69 (2014) 225e236

TACHIZAWA, T. ANDRADE, R. O. B.s, **Gestão e Responsabilidade Socioambiental**. Elsevier, São Paulo, 2008, p. 1-14. (procurar o nome da revista)

TAGUCHI, V.. **Fazenda sustentável: social + ambiental + econômico**. *Revista Globo Rural*. 62 Dez.; Rio de Janeiro. 2013.

TRIPODI, T. *Et al.* **A análise da pesquisa social**. Petrópolis: Alves, 1975.

VACHON, S; KLASSEN, R. D.; **Environmental management and manufacturing performance: The role of collaboration in the supply chain**. *J. Production Economics* 111 (2008) 299–315

VALLE, E.R.. **Boas práticas agropecuárias bovinos de corte: Manual de Orientações**. Embrapa Gado de Corte Campo Grande, MS 2011

VOLTOLINI, R.. **Rótulos, selos e certificações verdes: uma ferramenta para o consumo consciente**.
 Ideia Sustentável. Disponível em

<http://www.ideiasustentavel.com.br/pdf/IS20%20-%20Dossie%20v3.pdf>. Acesso em 02.mar.2015

WAACK, R.S., GIORDANO, S. R.; BARTHOLOMEU, D. B.; CARDOSO, F.C.; LIMA, R.C.A.; **Governança Socioambiental nos Sistemas Agroindustriais**, ARES – Instituto para o Agronegócio Responsável, 2010.

WALKER N, PATEL SA, DAVIES F, MILLEDGE S, HULSE J.. **Demand-side interventions to reduce deforestation and forest degradation**. International Institute for Environment and Development. London. 2013.

WRI. World Resource Institute – Disponível em <http://www.wri.brasil.org/>, Acesso datado de 06.04.2016.

WWF; Disponível em <http://www.wwf.org.br/?25920/Mercado-de-carne-organica-do-MS--tema-na-2a-Expo-MS>, acesso datado de 12 de outubro de 2014.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZYLBERSZTAJN, D.. **Estruturas de governança e coordenação do *agribusiness***: uma aplicação da nova economia das instituições. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Tese de livre-docência. São Paulo, 1995.

_____. **Cadeias Agroindustriais**: Um esboço metodológico. In: MEGIDO, J.L. Tejon; Xavier Coriolano. *Marketing & Agribusiness*. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial**. In: ZYLBERSZTAJN, Décio; NEVES, M. F. (org.) *Economia e gestão dos negócios agroalimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição*. São Paulo: Pioneira, 2000.

_____. **Caminhos da agricultura brasileira**. Ed. Atlas. São Paulo, 2011.

APENDICE A

Roteiro de entrevista 1

Agroindústria certificada – JBS

PERFIL DO ENTREVISTADO
NOME:
FUNÇÃO:
TEMPO DE EMPRESA:
GRADUAÇÃO/ESPECIALIZAÇÃO:

Certificação Ambiental

1. Quais os valores e princípios da organização? (1)
2. Que sistema de gestão é adotado para atendê-los? (2)
3. Quais são os custos da certificação? (9, 10, 11,)
4. Quais os incentivos que uma organização tem para se certificar? (11, 12)
5. Quais os entraves para certificar-se?(11,12)

Stakeholders

1. Quem são os stakeholders pró certificação? (14)
2. Qual a importância desses agentes para certificar uma organização? (20, 21)
3. Considerando que a empresa objetiva o lucro, o consumidor final é um stakeholder muito importante, correto? Eles têm tomado mais consciência sobre a certificação? (20, 21, 22)

Desenvolvimento Sustentável

1. Pode-se dizer que empresa que busca um certificado ambiental ela possui uma maior conscientização pró sustentabilidade? (1, 2)
2. O tripé da sustentabilidade é o alvo da certificação ou ela tende a perquirir mais sobre o desenvolvimento ambiental?(1, 2)

Gestão Ambiental

1. As empresas que buscam certificados possuem gestão ambiental dentro da sua organização? (24, 25)
2. Há ciência dos gestores internos quanto aos impactos ambientais engendrados pelo processo produtivo? (26)

SAG

1. Existe a preocupação de certificar a cadeia como um todo, ou especificamente alguns elos? (5,6, 7,8, 16, 17, 23)
2. O número de certificações na cadeia da carne vem aumentando ou ainda é resistente sua implementação? (13)
3. Quais as políticas de incentivo públicas e privadas para certificar mais elos na cadeia?

APENDICE B

Roteiro De Entrevista 2 Produtor Rural – Fazenda São Marcelo

PERFIL DO ENTREVISTADO DA ORGANIZAÇÃO CERTIFICADA
NOME:
FUNÇÃO:
TEMPO DE EMPRESA:

Desenvolvimento sustentável

1. Quais são os valores, missão e visão da empresa?
2. Como esses valores são passados aos funcionários?
3. Como é analisado se esses valores são absorvidos pelos funcionários?
4. Qual a importância de repassar esses valores?
5. Quais os aspectos sociais de maior importância para a organização?
6. Como foi no início da fundação da fazenda?
7. Como evoluiu essa preocupação da fazenda para com o meio ambiente e responsabilidade social?
8. Qual a percepção para os fundadores e para os funcionários (o senhor enquanto funcionário) sobre a influência da sociedade para com a sustentabilidade?
9. Como estão arraigados esses valores na fazenda?
10. Quão fundamental é a educação para sustentabilidade?
11. Como empresa faz para inserir uma nova cultura e novas práticas para os funcionários? (32)
12. Quais são os atuais investimentos da empresa pró sustentabilidade? (34)
13. Quais são os planos futuros da empresa? (36)

Gestão Ambiental

14. A empresa vislumbra os impactos ambientais da sua atividade?
15. Quais seriam estes impactos em caso afirmativo?
16. O manejo sustentável é aplicado? Em caso positivo qual o procedimento neste que difere do tradicional? (24)
17. O senhor poderia citar quais os benefícios depois da implementação do certificado? (25)
18. Quais impactos foram diminuídos pela empresa no meio ambiente? (26)
19. Em relação aos fatores de custo/benefício da produção, o investimento foi viável?(27)
20. Face as dificuldades, foi cogitada a desistência da certificação? (33)

Certificação ambiental

21. Houve alguma certificação anterior à atual? (10)
22. Em caso positivo qual era certificadora e qual o porquê da troca? (6)
23. A certificação antiga serviu como base//modelo de gestão? (7)
24. Quais outros selos a Fazenda São Marcelo já teve? (10)
25. Poderia explicar// comentar sobre cada um?
26. Como surgiu o interesse pela certificação?
27. Como a organização iniciou o processo de certificações? (12)
28. Quais adaptações foram necessárias para a nova certificação? (13)
29. Quais as dificuldades para as adaptações// adequações? (12, 13)
30. Qual é a vossa perspectiva no mercado com uma concorrência não certificada? (22, 23)
31. Como a organização visualiza o crescimento econômico pós certificação? (29)
32. Quais as principais dificuldades enfrentadas pela organização na implementação da certificação?(31)

Stakeholders

33. Quem são os stakeholders da empresa?
34. Existe uma ordem de importância entre esse stakeholders? Por quê? (14)

35. Qual é o feedback que a empresa receber deles em relação a certificação? (15)
36. Como são os incentivos para os stakeholders da cadeia da carne?
 - 36.1. Dos consumidores, 36.2. Fornecedores, 36.3. o mercado como um todo, 36.4. O Governo?
37. Existe algum tipo de incentivo por parte de algum deles?
38. Por parte do Governo, especificamente, ele oferece algum tipo de incentivo? (19)
39. A fazenda possui algum retorno financeiro e ou ambiental? (21)
40. Como é a comercialização dos frigoríficos? (28)

SAG

41. Como os senhores comercializam o animal certificado?
42. Existe a preocupação em vender para um frigorífico certificado? Ou essa questão não é preocupante? (17)
43. Quanto aos insumos da fazenda, como é a comercialização? São eles certificados (Ração, sal, semente, pastagem, fertilizantes)?
44. Existe contratos específicos para aquilo que é certificado nesses elos da cadeia? (20)
45. Qual a vossa percepção de como a cadeia se comporta com essas novas certificações dentro dela?
46. Como os senhores estão sendo valorizados em termos sustentáveis? (30)

APENDICE C

Roteiro de entrevista 3

Instituição de apoio - Certificadora

PERFIL DO ENTREVISTADO
NOME:
FUNÇÃO:
TEMPO DE EMPRESA:
GRADUAÇÃO/ESPECIALIZAÇÃO:

Certificação Ambiental

6. Quais os valores e princípios da organização? (1)
7. Que sistema de gestão é adotado para atendê-los? (2)
8. Quais são os custos da certificação? (9, 10, 11,)
9. Quais os incentivos que uma organização tem para se certificar? (11, 12)
10. Quais os entraves para certificar-se?(11,12)

Stakeholders

4. Quem são os stakeholders pró certificação? (14)
5. Qual a importância desses agentes para certificar uma organização? (20, 21)
6. Considerando que a empresa objetiva o lucro, o consumidor final é um stakeholder muito importante, correto? Eles têm tomado mais consciência sobre a certificação? (20, 21, 22)

Desenvolvimento Sustentável

3. Pode-se dizer que empresa que busca um certificado ambiental ela possui uma maior conscientização pró sustentabilidade? (1, 2)
4. O tripé da sustentabilidade é o alvo da certificação ou ela tende a perquirir mais sobre o desenvolvimento ambiental?(1, 2)

Gestão Ambiental

3. As empresas que buscam certificados possuem gestão ambiental dentro da sua organização? (24, 25)
4. Há ciência dos gestores internos quanto aos impactos ambientais engendrados pelo processo produtivo? (26)

SAG

4. Existe a preocupação de certificar a cadeia como um todo, ou especificamente alguns elos? (5,6, 7,8, 16, 17, 23)
5. O número de certificações na cadeia da carne vem aumentando ou ainda é resistente sua implementação? (13)
6. Quais as políticas de incentivo públicas e privadas para certificar mais elos na cadeia?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa. Você precisa decidir se quer participar ou não. Por favor, não se apresse em tomar a decisão. Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte ao responsável pelo estudo qualquer dúvida que você tiver. Este estudo está sendo conduzido pela pesquisadora **Ana Flávia Siqueira Abrahão**, acadêmica do curso de Mestrado em Administração da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, na linha de pesquisa Sustentabilidade no Agronegócio.

A finalidade deste estudo é analisar o processo de Certificação Ambiental dentro da SAG da bovinocultura de corte, buscando identificar quais são os selos implementados naquela cadeia, descrever e compará-los.

Poderão participar do presente gerentes, gestores e diretores das organizações selecionadas para entrevista. Você será submetido a uma entrevista sobre o tema da pesquisa em espeque. A entrevista será gravada e o que você disser será registrado para posterior estudo.

Você participará deste estudo durante o segundo semestre de 2015, onde um grupo de aproximadamente 8 pessoas serão entrevistadas.

Você poderá experimentar constrangimento ao responder algumas perguntas, caso isso ocorra poderá avisar o entrevistador e encerrar a entrevista. Se você concordar em participar do estudo, seu nome e identidade serão mantidos em sigilo. A menos que requerido por lei, somente o pesquisador, a equipe do estudo, o Comitê de Ética independente e inspetores de agências

regulamentadoras do governo (quando necessário) terão acesso a suas informações para verificar as informações do estudo.

Informaremos periodicamente de qualquer nova informação que possa modificar a sua vontade em continuar participando do estudo.

Para perguntas ou problemas referentes ao estudo ligue para Ana Flávia Siqueira Abrahão, telefone (011) 99802-7970. Para perguntas sobre seus direitos como participante no estudo contate o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFMS, no telefone (067) 3345-7187.

Sua participação no estudo é voluntária. Você pode escolher não fazer parte do estudo, ou pode desistir a qualquer momento.

Declaro que li e entendi este formulário de consentimento e todas as minhas dúvidas foram esclarecidas e que sou voluntário a tomar parte neste estudo.

Nome:
E-mail:
Telefone:
Data:

Assinatura do Voluntário

Assinatura do Pesquisador